



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

**ÁGUAS QUE FINDAM, VENTOS QUE PESAM:
expropriações contemporâneas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará**

Recife

2023

IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

**ÁGUAS QUE FINDAM, VENTOS QUE PESAM:
expropriações contemporâneas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Orientadora: Maria das Graças e Silva

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

- S232a Santana, Iara Vanessa Fraga de
Águas que findam, ventos que pesam: expropriações contemporâneas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará / Iara Vanessa Fraga de Santana. - 2023.
152 folhas: il. 30 cm.
- Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças e Silva.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.
Inclui referências e anexos.
1. Bens públicos. 2. Territórios. 3. Complexo industrial. I. Silva, Maria das Graças e (Orientadora). II. Título.
- 361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2023 – 023)

IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

ÁGUAS QUE FINDAM, VENTOS QUE PESAM:

expropriações contemporâneas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Aprovada em: 31/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Graças e Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Rosa Maria Cortês de Lima

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Sandra Maria Batista Silveira

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Evelyne Medeiros Pereira

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico às pessoas que viveram da pesca, da agricultura e do extrativismo em *Anacetaba* (*no tupi – casa dos Anacé*), nome dado a atual cidade de São Gonçalo do Amarante, Ceará.

AGRADECIMENTOS

“Quem me dera, simplesmente estar e olhar as estrelas. Sem pensar nas cruces ou nas bandeiras, quem dera as luzes da via láctea, iluminassem as cabeças. E acendesse um sol em cada pessoa. Que aquecesse os sonhos e secasse as mágoas [...] Essa terra é boa, esse povo agita. Não é à toa que a gente voa, que a gente canta e acredita”. “Cruzeiro do Sul”, foi uma música bastante inspiradora durante a escrita deste texto, que aconteceu em meio a um tempo desafiador para a humanidade e, em especial, para o nosso país.

Viver a pandemia da Covid-19, sob essa era presidencial genocida, nos fez por diversas vezes questionar a possibilidade de continuidade deste trabalho. Entre pesquisa de campo, leituras, sínteses, reflexões, escritas e orientações, estavam as crianças precisando de acompanhamento durante as aulas remotas; bebê amamentando, familiares e a amigos/as adoecendo e finalizando suas passagens pela Terra. Quanta dor e indignação, estiveram presentes neste tempo! E por diversas vezes, olhar para o céu, observar as estrelas e suas constelações (Cruzeiro do Sul), foi o que nos chamou para não perder a esperança.

Mas também estiveram conosco, a herança e a força de minha mãe, aquela que sempre repetiu: “ - Estuda, é a única coisa que tenho pra deixar pra ti”. Eu obedeci, e lembrei desse seu pedido durante a feitura dessa pesquisa. Também lembrei de minha família paterna, que me acolheu em Recife durante os dois anos de realização das disciplinas, semanalmente na UFPE, e depois no Estágio Docência. Minhas tias, queridas, mulheres negras, fortalezas, especiais, que me alimentaram, contaram histórias e zelaram pelo meu sono.

A ida semanal pra Recife também foi possível porque pude contar com o cuidado e o apoio de Eduarda de Lemos (Duda) e Carlos Eduardo (Cadu), que cuidaram de Acauã e Tiê, lá nos idos de 2017 e 2018. Nos derradeiros anos, a continuidade da responsabilidade desse companheiro, pai verdadeiro, no zelo com nosso menino Moa, me liberando por diversas vezes das minhas tarefas maternas e domésticas, contribuindo para que eu conseguisse avançar, a passos bem lentos, com esse trabalho.

Tenho um agradecimento especial a minha turma de doutorado. Leidiane, Mirella, Fabi, Simaia, Fabíola, Stella e Taci. Elas me inspiraram, me fortaleceram e seguraram minhas mãos para eu não desistir. Diferente de muitas outras situações vividas nesse espaço, cuja nossa competência e capacidade acadêmica foi questionada, com elas eu pude acreditar em mim; elas me afirmavam que não era por acaso que eu havia chegado ali e que iria conseguir concluir o trabalho.

Foi também graças à Graça (Graças!), minha orientadora, que não desisti desse caminho de doutoramento. Com mansidão, alegria, cobrança, nordestinidade, confiança, reconhecimento e firmeza, Graça me mostrou o privilégio que era está cursando essa pós-graduação e a importância de seguir rumo a sua finalização. Eu que a conheci ainda na graduação em Serviço Social, lá em 2008. Passada uma década, permaneci admirando sua humildade, disponibilidade e compromisso em produzir conhecimento para transformar o mundo.

Andrea Alice, é uma amiga a quem sou grata há tempos, desde o movimento estudantil do Serviço Social. Desde o mestrado, ela me apoia nestes ciclos acadêmicos. Nos momentos de desespero, de profundo sentimento de incapacidade e desesperança, ela se fez presente, iluminando as veredas pra que eu conseguisse seguir a caminhada. Também contei com o apoio de outras tantas amigas valiosas: Rafa, Pedro, Ana, Pâmela, Eduarda (de novo), Carina, Iury, Glau, Leina, Jana, Bia, Isadora, Roberta, Leneide, Sarah, Lohana, Inaê, Ranieri, Mari (que me acolheu em um final de semana, e consegui finalizar o terceiro capítulo da pesquisa) e Seu Marcos, com quem pude dividir o peso, as lágrimas e sorrisos. Agradeço também à Silvia Nunes, minha professora de yoga

Minhas amigas-irmãs do Instituto Negra do Ceará (INEGRA) também me ajudaram a remar e a não deixar o barco cair, me fazendo lembrar das nossas ancestrais e da importância de ocupar esse espaço que historicamente negou/nega à presença e permanência da população negra.

Esse problema de pesquisa me levou a reencontrar Luciana Nóbrega e Amsterdã. Ele estudando o CIPP a partir Geografia e ela da Sociologia, compartilhamos materiais, achados e reflexões desta pesquisa. Realizamos ações junto ao Fórum dos/das Atingidos pelo CIPP, trabalhos de campo e publicação de artigos. Com Luciana, também partilhei os desafios de maternar, trabalhar, assumir tarefas políticas junto aos movimentos sociais e produzir ciência. Uma amizade valiosa, a quem sou muito grata.

Também durante esse trabalho, estivemos junto com o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e com a Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE). Tantas lutas e vitórias que travamos desde 2017 e permanecemos até agora. Essas coletividades me auxiliaram e identificar a abrangência do CIPP e suas conexões com megaprojetos que estão localizados em outras regiões do Estado e do Nordeste brasileiro. Nas pessoas de Renata Catarina, Juliane Melo, Raquel Rigotto, Erivan Silva, Gleidson Mendes, Paulo (Paulinho), Seu Chico, Elvis Aroerê Tabajara, Teka Potyguara, Sibá Potyguara, Zé Antônio e Dona Zilmar Potyguara, eu agradeço.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS), agradeço pelos estudos nas pessoas de Silvana e Rebeca.

Sou grata à Acauã, Tiê e Moa pela compreensão de minhas ausências, estresses, desânimos, cansaços e à Cynthia Studart que me acolheu, alimentou e também apoiou para a finalização desta pesquisa, durante a minha passagem na docência junto ao IFCE/Campus Iguatu. Também ao colegiado do Curso de Serviço Social do IFCE/Campus Iguatu, nas pessoas do Prof. Anastácio e Profa. Adriana, pelo apoio durante a reta final de doutoramento.

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem a qual a permanência no programa e realização da pesquisa, não seria possível

Aos/Às professores/as da Banca de qualificação: Rosa Cortêz, Marco Mondaini, Evelyne Pereira e Jeovah Meireles.

Às contribuições dos/das avaliadores/as da Pré-Banca e Banca de Defesa.

“Pois o vento, o só, a lua,
A chuva e a terra também,
Tudo é coisa minha e sua,
Seu dotô conhece bem.
Pra se sabê disso tudo
Ninguém precisa de istudo;
Eu, sem escrevê nem lê,
Conheço desta verdade,
Seu dotô, tenha bondade
De uvi o que vô dizê”.

A terra é naturá
Patativa do Assaré, poeta cearenese.

RESUMO

Essa pesquisa de doutoramento apresenta a atualidade das expropriações no contexto de crise da sociabilidade capitalista, sendo os megaprojetos – a exemplo dos complexos industriais, aportes estratégicos para retomada da crescente lucratividade dessa ordem metabólica. Destacam-se neste estudo, a destrutividade da natureza e a superexploração desses bens comuns que, outrora garantiam a produção e a reprodução das relações sociais, especialmente através do trabalho com a terra (agricultura) e com a água (pesca). Essas expropriações são capturadas a partir do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Uma pequena parcela da população da região foi empurrada para vender sua força de trabalho às indústrias que constituem o CIPP. Outra considerável parcela, que não foi absorvida pelo Complexo (necessidade do capital de criação dos sobrantes – exército industrial de reserva), também foi separada dos seus meios de objetivação e reprodução da vida, mas neste caso, em razão dos impactos ambientais deixados por essas empresas, particularmente a poluição do ar e contaminação da água, processo ao qual denominamos de expropriação por decesso. Essa pesquisa teve como objetivo geral desvelar as estratégias econômicas e ideopolíticas das expropriações ocorridas em razão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e suas inflexões nas comunidades locais. Como objetivos específicos buscamos identificar como os bens da natureza, outrora comuns, foram convertidos em capitais, bem como revelar como as relações de trabalho se modificaram com a chegada do CIPP e explicitar o lugar do Estado cearense nas expropriações ocorridas na região do Complexo. Observamos tal problemática e realizamos pesquisa de campo a partir dos territórios de Saquinho, Tanques e Olho D'Água que distam uma média de 4km da siderúrgica e das termelétricas, indústrias centrais na expansão e funcionamento do CIPP atualmente. As análises são também resultado de pesquisa documental e bibliográfica e estão concentradas no período de 2008 a 2022, tempo de instalação e operacionalização daquelas, impulsionadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A pesquisa revela alguns achados que nos permite afirmar que as expropriações contemporâneas desterritorializam e reterritorializam populações e continuam transformando trabalhadores/as em mercadorias para o capital. Mas, mais que isso, a intensa extração dos bens comuns da natureza e seus agravos de destrutividade, ameaçam a sobrevivência e continuidade da vida em sua diversidade na Terra.

Palavras-chave: Expropriações Contemporâneas; Bens Comuns; Territórios; Megaprojetos; Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

RESUMEN

Esta investigación de doctorado presenta la actualidad de las expropiaciones en el contexto de crisis de la sociabilidad capitalista, siendo los megaproyectos – como los complejos industriales – elementos estratégicos para retomar la rentabilidad creciente de este orden metabólico. En este estudio se destaca la destrucción de la naturaleza y la súper-explotación de aquellos bienes comunes que antes garantizaban la producción y la reproducción de las relaciones sociales, especialmente a través del trabajo con la tierra (agricultura) y el agua (pesca). Tales expropiaciones son capturadas a partir del Complejo Industrial y Portuario de Pecém (CIPP), ubicado en la Región Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Una pequeña porción de la población de la región se vio obligada a vender su fuerza de trabajo a las industrias que conforman el CIPP. Otra parte considerable, que no fue absorbida por el Complejo (necesidad del capital de crear excedentes - ejército industrial de reserva), también fue separada de sus medios de objetivación y reproducción de la vida pero, en este caso, debido a los impactos ambientales dejados por estas empresas, particularmente la contaminación del aire y del agua. Esta investigación tuvo como objetivo general desvelar las estrategias económicas e ideológicas de las expropiaciones ocurridas a causa del Complejo Industrial y Portuario de Pecém (CIPP) y sus inflexiones en las comunidades locales. Como objetivos específicos, buscamos identificar cómo los bienes de la naturaleza, antes comunes, fueron convertidos en capital, así como revelar cómo las relaciones de trabajo se modificaron con la llegada del CIPP y explicar el papel del Estado de Ceará en las expropiaciones ocurridas en la región del Complejo. Observamos este problema y realizamos investigación de campo en los territorios de Saquinho, Tanques y Olho D'Água, que están a una distancia promedio de 4 km de la siderúrgica y de las termoeléctricas, industrias centrales para la operación del CIPP. Los análisis también son resultado de investigación documental y bibliográfica y se concentran en el período 2008 a 2022, tiempo de instalación y puesta en funcionamiento de tales industrias, impulsadas por el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). La investigación llega a algunas consideraciones que permiten afirmar que las expropiaciones contemporáneas des-territorializan y re-territorializan poblaciones y continúan transformando trabajadores/as en mercancías para el capital. Pero, más que eso, la intensa extracción de los bienes comunes de la naturaleza y su destructividad amenazan la supervivencia y continuidad de la vida en su diversidad en la Tierra.

Palabras-clave: Expropiaciones contemporáneas; Bienes comunes; Territorios; Megaproyectos; Complejo Industrial y Portuario de Pecém.

ABSTRACT

This doctoral research presents the present of expropriations in the context of the crisis of capitalist sociability, with mega-projects - such as industrial complexes - being strategic contributions for resuming the growing profitability of this metabolic order. In this study, we highlight the destructiveness of nature and the overexploitation of these common goods, which once guaranteed the production and reproduction of social relations, especially through work with land (agriculture) and water (fishing). These expropriations are extracted from the “Pecém” Industrial and Port Complex (PIPP), located in the Metropolitan Region of Fortaleza, Ceará. A small part of the region’s population was pushed to sell its labor force to the industries that make up the CIPP. Another considerable part, which not absorbed by the Complex (capital’s need to create surplus - industrial reserve army), was also separated from its means of objectification and reproduction of life, but in this case, due to the environmental impacts caused by these companies, particularly air pollution and water contamination. The general objective of this research was to find out the economic and ideopolitical strategies of the expropriations that occurred due to the “Pecém” Industrial and Port Complex (PIPP), and their impacts on the local communities. Our specific objectives were: to identify how natural assets, once common, were converted into capital, as well as to reveal how labor relations changed with the arrival of the PIPP and to clarify the place of the State of Ceará in the expropriations that occurred in the region of the Complex. We investigated this problem and carried out field research in the territories of “Saquinho”, “Tanques” and “Olho D’Água”, which are about 4 km away from the steel mill and the thermoelectric plants, industries that are crucial for the operation of PIPP. The analyses are also the result of documentary and bibliographical research and are concentrated on the period from 2008 to 2022, when those plants were installed and operationalized, driven by the Growth Acceleration Program (PAC). Some of the research’s findings allow us to affirm that contemporary expropriations deterritorialize and reterritorialize populations and continue transforming workers into commodities for capital. But, more than that, the intense extraction of common goods from nature and its destructive results threaten the survival and continuity of life in its diversity on Earth.

Keywords: Contemporary Expropriations; Common Goods; Territories; Megaprojects; “Pecém” Industrial and Port Complex.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Empresas Associadas à AECIPP	56
Quadro 2	Legislações Desapropriações para fim Público	67
Quadro 3	Comunidades e Famílias	83
Quadro 4	Perfil Participantes da Pesquisa	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Agente Comunitária de Saúde – ACS

Articulação Antinuclear do Ceará – AACE

Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – AECIPP

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Cinturão das Águas – CAC

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado – COGERH

Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA

Consórcio Santa Quitéria – CSQ

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS

Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito – EFTA

Estudo de Impacto Ambiental – EIA

Grupo de Resistência Ambiental por Outra (s) Sociabilidade (s) – GRÃOS

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA

Indicador de Comércio Exterior – ICOMEX

Indústrias Nucleares do Brasil – INB

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA

Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC

Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE

Instituto Negra do Ceará – INEGRA

Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social – LAPESS

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra – MST

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM

Partido dos Trabalhadores – PT

Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA

Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará – SEINFRA

Secretaria de Recursos Hídricos do Estado – SRH

Sistema de Informações sobre Mortalidades – SIM

Sistema de Informações Hospitalares – SIH

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Sistema Único de Saúde – SUS

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE

Superintendências de Obras Hidráulicas do Ceará – SOHIDRA

Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos – PROURB Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos – PROGERIRH

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Unidade Básica de Saúde – UBS

Universidade Estadual do Ceara – UECE

Usina Termelétrica – UTE

Zona de Processamento de Exportação – ZPE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A ATUAL FASE DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP, CEARÁ	29
2.1	Os megaprojetos como parte de uma estratégia global do capital	30
2.2	Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e os complexos industriais e portuários	41
2.3	Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e o seu lugar na economia cearense	46
3	AS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP)	61
3.1	A atualidade da categoria expropriação no contexto do capitalismo periférico	61
3.2	O Estado nos processos de expropriações contemporâneas	65
3.3	Reterritorialização e expropriações do capital no CIPP	73
4	CRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO PARA O CAPITAL: EXPROPRIAÇÕES E COLAPSOS SOCIOAMBIENTAIS EM ANÁLISE	79
4.1	Caracterização da área de estudo	79
4.2	Trabalho, ocupação e desemprego de comunidades do entorno do CIPP	99
4.3	Territórios, expropriações e as mudanças no acesso e uso dos bens comuns da natureza	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	129
	ANEXO A – MAPA DO PLANO DIRETOR DO CIPP	134
	ANEXO B – MAPA DOS RECURSOS HÍDRICOS	135
	ANEXO C – MAPA DAS ADA’S	136
	ANEXO D – PARECER PLATAFORMA BRASIL	137
	ANEXO E – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	141

1 INTRODUÇÃO

*¿Puedes venderme el aire que pasa entre tus dedos
y te golpea la cara y te despeina?
¿Tal vez podrías venderme cinco pesos de viento,
o más, quizás venderme una tormenta?
¿Acaso el aire fino me venderías, el aire (no todo)
que recorre en tu jardín corolas y corolas, en tu jardín para los pájaros,
diez pesos de aire fino?
El aire gira y pasa en una mariposa. Nadie lo tiene, nadie. [...]*

¿Puedes? – Nicolás Guillén

A pesquisa aqui apresentada, é resultado de uma caminhada que tem início na graduação em Serviço Social e proporcionou sucessivas aproximações à realidade das expropriações contemporâneas realizadas na região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Há um pouco mais de uma década chegamos ao território indígena Anacé, na comunidade do Bolso através do convite do Núcleos Tramas¹ – nos idos de 2008. Naquela tarde, junto com irmãs da Pastoral do Migrante², iríamos dialogar com as populações indígenas e camponesas da região, sobre os graves impactos do carvão mineral à saúde humana, caso a termelétrica fosse instalada ali.

Naquele dia percebemos o quão aquelas pessoas estabeleciam relações diferenciadas com a natureza, em especial com a terra e com a água. Em razão disso, expressavam profunda indignação e incompreensão sobre a necessidade do Estado cearense em expulsá-las de seus territórios para ampliação do CIPP, com a construção de uma termelétrica e uma siderúrgica.

As propagandas de “progresso” e “desenvolvimento” do Estado não mostravam que naquele lugar pulsavam vidas, que ancestralmente construíram relações imersas na sociabilidade capitalista, mas com particularidades que lhes garantia relativa autonomia dela, a

¹ O Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) está vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC) e desde 1996 realiza pesquisas em diálogo com as demandas e problemáticas apresentadas por grupos sociais, comunidades e movimentos e/ou organizações populares, em consonância a função social da universidade e sua produção de conhecimento. Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/?page_id=66. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

² As irmãs Claudina e Paulina, pertencentes à Congregação Scalabriniana, estiveram em missão, junto às populações indígenas e camponesas, até o ano de 2011. Não recebiam apoio do sacerdote religioso local, mas resistiram com seu trabalho até serem transferidas. As primeiras vivências e entendimento sobre trabalho de base, tivemos com elas. Durante os anos de 2008 e 2009, realizamos quase que semanalmente, encontros com as comunidades indígenas e não indígenas

exemplo dos trabalhos com a pesca, com o extrativismo e a agricultura. Esse trabalho realizado nos mostravam a relevante dependência dessas populações dos bens da natureza.

Daquele dia em diante, passamos a denunciar as ameaças sofridas por aqueles territórios em razão da ampliação do CIPP, através do “Grupo de Resistência Ambiental por Outra (s) Sociabilidade (s)” (GRÃOS³). Junto ao povo Anacé produzimos um documentário⁴, elaboramos um dossiê ambiental e participamos de assembleias estaduais dos povos indígenas. Ao lado das lideranças (em especial das mulheres Anacé), participamos de muitas rodas de conversas e de visitas às várias comunidades da região⁵, o que as irmãs chamavam de “trabalho de base”.

Aquelas e outras andanças que passamos a fazer nos mostravam, em parte, a relação contraditória entre o campo e a cidade, entre a forma de apropriação da natureza pelas empresas capitalistas e pelas comunidades indígenas e camponesas; entre modos e cotidianos de vida que garantiam sua produção material, postos em dicotomia com o modelo econômico de desenvolvimento do Estado.

Criamos o grupo de estudo “Questão Ambiental, Agrária e Serviço Social” vinculado ao Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com a intenção de entender, dentre tantos outros conteúdos, porquê esses territórios eram alvo de megaprojetos de “desenvolvimento econômico”.

Eram corriqueiras as histórias semelhantes ao que vivenciávamos no CIPP, que chegavam até nós e, algumas delas passamos a conhecer de perto. Essas histórias expressavam, quase que como naturais, as ameaças e expulsões de comunidades camponesas da terra onde produziam e reproduziam suas vidas, a exemplo das comunidades do município de Jaguaribara que foram expulsas para construção do Açude Castanhão⁶. Comunidades dos municípios de

³ O GRÃOS, foi um coletivo ambientalista que se organizou entre os anos de 2008 e 2012 em torno de questões relacionadas as contradições ambientais. Inicialmente era formado por estudantes do Serviço Social que buscavam visibilizar a relação existentes entre questão ambiental e questão social. Depois outros estudantes de outras áreas do saber chegaram, contribuindo para diversas ações do coletivo tanto no meio acadêmico, quanto e, especialmente, junto aos movimentos sociais.

⁴ O outro lado do progresso” documentário produzido de forma amadora que circulou vários espaços numa perspectiva de denunciar a realidade das populações existentes na região do CIPP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OZIJUq4fGo>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁵ Conhecemos neste período as comunidades de Padre Holanda, Tapuia, Chaves, Bolso, Siupé, Gregório, Acende Candeia de Baixo e Acende Candeia de Cima.

⁶ O açude recebeu esse nome em reconhecimento à fazenda Castanhão, pertencente a uma família oligárquica da região. Uma obra de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), que teve seu início em 1995 e sua conclusão em 2002. O município de Jaguaribara foi submerso para construção do açude e a cidade de Nova Jaguaribara foi criada para acolher as famílias expulsas para construção da obra. Ainda hoje existem conflitos relacionados a esse processo de desterritorialização e relatos de adoecimento, em especial das pessoas idosas, chegando à morte. Disponível em: <http://mardoceara.blogspot.com/2016/03/a-historia-do-acude-castanhao.html>. Acesso em 7 de março de 2019.

Alto Santo e Iracema, também expulsas, para construção da Barragem do Figueiredo, no baixo Jaguaribe cearense.

Recordamos ainda as comunidades quilombolas de Alto Alegre e Base, localizadas no município de Horizonte, também Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que lutaram e obtiveram vitória para não terem seus territórios divididos pelo Canal do Trabalhador (canal responsável por levar um contingente de água ao CIPP), e que ainda hoje se organizam em torno da regularização fundiária das suas terras. A aproximação a estas comunidades gerou nosso Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social⁷.

Conhecemos neste período tantas outras movimentações contraditórias entre a classe trabalhadora e a classe empresarial. Estamos falando do auge do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro chefe das primeiras gestões conduzidas por governos autodeclarados democráticos e populares neste país. As comunidades da zona costeira cearense, que enfrentavam a implementação dos parques eólicos e a carcinicultura, na época, o rebatizaram como “Programa de Ataque às Comunidades” (PAC*).

Entre essas histórias, e também a convite do Núcleo Tramas, nos aproximamos das contradições com o capital mineral nos idos de 2010, ano em que estivemos pela primeira vez na comunidade de Riacho das Pedras, situada no município de Santa Quitéria, sertão central cearense, que dista poucos quilômetros da maior jazida de urânio do país⁸. Foi nessa região que,

⁷ O que fazia dessas comunidades reivindicar a regularização territorial quilombola? Quais elementos do seu modo de vida, a partir de um estudo sobre o cotidiano, afirmava a existência e resistência da histórica desse povo negro rural? Essas questões resultaram na monografia “O COTIDIANO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ALTO ALEGRE: fortalecendo raízes e semeando vidas na luta pela terra”.

⁸ No Ceará, a jazida de urânio e fosfato, localizada na Serra do Céu, entre os municípios de Santa Quitéria e Itaitira, sertão central, foi descoberta na década de 1970. O Brasil tem a sétima maior reserva do urânio do mundo com 300 mil toneladas distribuídas entre a jazida de Itaitira, Ceará (142 mil toneladas), a de Lagoa Real, Bahia (93.200 toneladas) e outras jazidas menores como a de Gandalaria, Minas Gerais em que há ouro associado ao urânio, a de Rio Cristalino no Pará e a de Figueira, no Paraná. (CÁRITAS, 2013). O Consórcio Santa Quitéria é formado entre a INB S.A e a Galvane Fosnor – Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. A Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB é uma empresa estatal, criada em 1988 em substituição a Nucleobrás. É responsável pelo monopólio da cadeia de produção do urânio no Brasil. Afirma que “O urânio é garantia de futuro com energia, de desenvolvimento planejado e encontra-se inserido nas necessidades do século 21”. Disponível em: http://www.inb.gov.br/pt-br/WebForms/interna2.aspx?secao_id=47. Acesso em 23 de maio de 2019. Esse Consórcio iniciou uma terceira tentativa de licenciamento ambiental no auge da pandemia da Covid-19, em outubro de 2020. A revisão desta tese, foi realizada em meio uma série de ações realizadas com a Articulação Antinuclear do Ceará (AAE), a qual passe a integrar desde o seu início, em 2012. Formações políticas nos territórios, articulações institucionais com o sistema de justiça, elaboração de parecer sócio econômico, são algumas das nossas tarefas para impedir a liberação das licenças ambientais.

posteriormente, realizamos parte de um trabalho da residência agrária⁹ e em seguida a pesquisa de mestrado, quando iniciamos os primeiros estudos sobre mineração¹⁰.

Importante destacar que nesse movimento dialético e contraditório da sociabilidade humana, também estivemos em espaços em que se evidenciaram os valores que nos aproximam da nossa essência criativa transformadora – do ser humano-genérico. Relembramos, apenas a título de exemplo, do projeto piloto de biorremediação vegetal/fossa verde¹¹, no qual o GRÃOS realizou um trabalho de educação ambiental junto aos assentados(as), bem como pesquisas relacionadas à saúde ambiental. Nesse projeto fomos bolsistas de iniciação científica e foi o período em que começamos a conhecer de perto o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST).

O Assentamento 25 de Maio, situado no município de Madalena, território instituído a partir da primeira e maior ocupação coordenada pelo MST no Estado, foi quem primeiro acolheu a experiência de saneamento rural no sertão cearense – já havia fossas verdes em algumas regiões do litoral. Assentados(as) refletiram e materializaram nos seus quintais hortas adubadas com as águas cinzas de suas cozinhas e banheiros; experiência de uso e reuso da pouca água, em pleno sertão, esse que é o mais alvejado pelas expressões da crise hídrica.

Ainda nesse espiral¹² contraditório, estivemos na “inauguração” da Reserva Indígena Anacé em fevereiro de 2018 a convite das lideranças mulheres da comunidade de Bolso. Foi o momento em que retornamos ao território do Complexo. Anteriormente, no ano de 2011, parte dos indígenas negociaram suas terras com o governo do Estado, período em que nós, a Pastoral do Migrante e o Tramas nos afastamos um pouco desses territórios. A termelétrica, à época denominada de MPX Geração de Energia S/A, entrou em operação no ano de 2013 e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) iniciou suas operações em 2016.

O então governador do Estado, Camilo Santana, chegou à reserva indígena de helicóptero no momento da inauguração da Reserva. Os demais parlamentares do seu campo

⁹ Especialização em Direitos Sociais do Campo/Residência Agrária, Universidade Federal de Goiás, Campus Cidade de Goiás. Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Seguridade Social no campo cearense: direitos sociais e disputas socioambientais no território da Reforma Agrária” (2015).

¹⁰ Dissertação de Mestrado intitulada: “GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresta, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE) (2017).

¹¹ Projeto “Biorremediação vegetal do esgoto domiciliar em comunidades rurais do semiárido: Água Lima, Saúde e Terra Fértil” realizado em articulação entre professores da UECE, UFC e MST. Vide publicação: ARAÚJO, J.C; BRITO, Liana; SILVA, E.V. (Orgs) ÁGUA LIMPA E TERRA FÉRTIL: saneamento e gestão das águas no sertão do Ceará. Estudo do Assentamento 25 de Maio, Madalena (2016).

¹² “[...] o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções” (KOSIK, 1989, p.14).

político, diga-se de passagem, campo dito “progressista”, falavam orgulhosamente da satisfação de serem os responsáveis pela criação da primeira reserva indígena do Ceará. Em nenhum momento dos seus discursos ecoaram o significado e a justificativa da criação da reserva. Do contrário, lideranças indígenas lembraram que ali estavam em razão das ameaças às suas vidas pela ampliação do CIPP e temiam seu desaparecimento/morte. Observávamos que existiam indígenas chorando por terem saído do seu lugar e outros chorando de alegria por terem conquistado aquela reserva, após 10 anos de luta e resistência.

Semelhante ao que ocorria ali no litoral, no território indígena Anacé, no sertão dos Inhamuns, também ocorriam contradições referentes ao processo de expulsão e permanência. Esse movimento de “quem vai e quem fica” estava bem presente nas comunidades de Besouro e Bandarro, no município de Quiterianópolis, no contexto de enfrentamento às iniciativas da mineradora coreana de ferro - Globest.

Chegamos lá através do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em 2016 e no final de 2017, através da organização política das comunidades e da incidência jurídica, conseguimos barrar as atividades da empresa Globest¹³. Os efeitos das atividades desta mineradora ao longo dos anos (2010-2017) – poluição, “nuvem de fumaça”, perda de plantações e de criações de animais, bem como, da diminuição das águas dos poços e cacimbas – foram determinantes do deslocamento forçado de parte das famílias daquele território.

Recordamos a primeira vez em que estivemos nessas localidades, logo após a paralisação da mineradora. Da janela da casa de uma agricultora, que fica em frente à mina, ela nos dizia do tempo em que ficou sem ver o céu, pois a poeira advinda da extração do minério cobria as comunidades próximas à empresa. A mesma poeira impossibilitou que continuassem produzindo suas roças de milho e feijão e seus cultivos de leguminosas, frutas e a criação de animais; igualmente poluiu seus açudes e o rio Poti¹⁴.

O saqueamento dos bens comuns¹⁵, em especial das águas, dos ares e da terra para a acumulação capitalista, assim como a expulsão de grupos de trabalhadores(as) dos seus

¹³ Articulações locais, incidências jurídicas junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e ao Ministério Público Estadual e Federal, realização de Assembleia Popular da Mineração, foram algumas ações que nos fizeram alcançar vitória. Vide algumas matérias e visibilidade nos meios de comunicação local que essas articulações também conseguiram. Disponíveis em: mamnacional.org.br/2017/09/24/ce-assembleia-popular-da-mineracao-emquiterianopolis/; <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/31762/31762/>; <https://www.opovo.com.br/jornal/2019/04/02/rio-poti—e-contaminado-com-rejeito-de-minerio-de-ferro-no-ceara.html>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

¹⁴ Pesquisa recente realizada por órgão do Estado comprovou o que as comunidades e movimentos sociais denunciavam há bastante tempo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/05/28/material-cancerigeno—relatorio-da-nutec-aponta-contaminacao-do-rio-poti.html>. Acesso em 30 de maio de 2019.

¹⁵ Utilizaremos a categoria “bens comuns” reivindicada pelos povos andinos (ACOSTA, 2016).

territórios, está presente, conforme mostramos, em nossa trajetória de pesquisa, atuação profissional e política. Formas de expropriações que modificam o trabalho, a vida e a natureza de territórios. Essas caminhadas atestam que, apesar de vivermos na fase madura do capitalismo, cuja financeirização e o rentismo são o seu carro-chefe, permanecem práticas que foram estratégicas na acumulação primitiva do capital. Porém, sabemos que na contemporaneidade, ganham particularidades que objetivamos evidenciar com este trabalho. Era muito comum quando caminhávamos e conversávamos com as pessoas da região do povo indígena Anacé, há pouco mais de uma década, o orgulho que tinham em falar da água que brotava do chão. Falavam dos frutos colhidos, dos roçados e das lagoas onde viviam momentos de lazer e de pescaria.

Nos últimos anos tem se agravado as dificuldades dessas comunidades em relação ao acesso à água. Para mitigar esta situação algumas comunidades têm sido abastecidas por carros pipa. Em visitas realizadas durante o ano de 2018 com o MAM, identificamos que a Unidade Básica de Saúde do distrito de Bolso estava há dois anos sem água e sem energia. A Lagoa Azul, na qual também vivemos momentos marcantes ao lado das Anacé, está aterrada, e os cajueiros e mangueiras dos quais voltávamos com as sacolas cheias dos seus frutos para casa, sequer floram mais. As pessoas que permaneceram na região afirmam que o “pó preto e brilhoso” não deixa mais eles nascerem.

Essa caminhada compõe a justificativa deste trabalho. As diversas aproximações a essa realidade nos trouxeram conhecimentos empíricos e algumas inquietações, que transformamos em objeto de estudo. Constituem esse fenômeno, as expropriações, as transformações territoriais relacionadas aos bens da natureza, as mudanças nas formas de ocupação, bem como de produção e reprodução da vida, complexas e distintas entre as populações locais e as necessidades do empresariado industrial.

Partimos, portanto, desse lugar para iniciar o “caminho de ida” dessa pesquisa, na qual o problema real nos encaminha para o problema (objeto de pesquisa), qual seja, as expropriações contemporâneas a partir do CIPP e suas inflexões nos modos de vida das populações que, ancestralmente ocupam essa região. Os bens comuns da natureza que, outrora eram de uso coletivo, foram apropriados e convertidos em bens do capital; trabalhadores(as) convertidos em trabalhadores(as) livres para vender sua força de trabalho às empresas do Complexo.

Sabemos que o saque da água, da terra e do ar agudizaram-se após a fase de implantação e operação das Usinas Termelétricas (UTE Pecém I e II) e da Companhia Siderúrgica do Pecém

(CSP), o que nos leva a voltar a atenção para a acumulação de capitais advindos dessas empresas, demarcando o nosso período de estudo.

Alguns estudos já foram realizados sobre o CIPP e as transformações ocorridas no território. Rabelo (2017) realizou pesquisa sobre a qualidade do ar no CIPP e identificou a presença em quantidades variadas de Dióxido de Nitrogênio (NO₂), Óxido de Nitrogênio (NO_x) e Dióxido de Enxofre (SO₂), todos gases que alteram as condições de sociobiodiversidade do território. Outros estudos, já realizados, estão relacionados à água da região. Silva (2016) apresenta uma pesquisa que acompanhou as perfurações de poços tubulares e a qualidade das águas subterrâneas numa área de 30 km² dentro do CIPP. Foram cadastrados 40 poços cavados pela Superintendência de Obras Hidráulicas do Ceará (SOHIDRA), com o objetivo de abastecer o CIPP e populações locais.

Uma pesquisa recente, lançada pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul PACS (2017)¹⁶, mostra violações de direitos ocasionados por siderúrgicas que operam em complexos portuários. A pesquisa foi realizada nas regiões portuárias de São Luís (MA), Pecém (CE), Tubarão (ES) e de Itaguaí (RJ) e identificou processos de expropriação dos bens comuns. Apesar de as populações dessas regiões estarem distantes uma das outras, suas narrativas encontram-se e expressam o *modus operandi* da indústria do aço¹⁷ nos diferentes territórios brasileiros.

Além das termelétricas, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que passou a operar em 2016, também constitui o CIPP e é responsável pelo uso de uma quantidade elevada de água, bem como por emissões de poluentes (RABELO, 2017). De acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA, 2009), a CSP deverá produzir anualmente 3 milhões de toneladas de placas de aço semiacabadas na primeira fase e 6 milhões na segunda fase de operação. Também deverá produzir 250MW de energia elétrica advinda do carvão mineral, em cada fase, totalizando 500MW.

O Porto do Pecém foi o lugar de partida para a construção do Complexo, cujo início da sua operação ocorreu nos anos 1990. Batista (2005) e Albuquerque (2005) pesquisaram as transformações socioterritoriais no Pecém, distrito costeiro, que outrora era formado por colônias de pescadores expropriados em razão da implantação do porto. A primeira pesquisa

¹⁶ Pesquisa intitulada “Quintais e Usinas: o dia a dia de violações de direitos da produção de aço no Brasil”. Disponível em: <http://violacoesnasiderurgia.pacs.org.br/>. Acesso em 7 de janeiro de 2020.

¹⁷ De acordo com a geologia, o aço é uma “liga metálica formada por ferro e carbono”. Esse minério é produzido a partir de minério de ferro (calcário) e coque (subproduto do petróleo) em alto-forno. “Ao todo, o parque produtor de aço brasileiro é composto por 30 sinas, distribuídas entre 11 grupos empresariais e com cerca de 105 mil trabalhadores”. A produção do aço demanda uma grande quantidade de água e é responsável pela elevada emissão de CO₂ na atmosfera. Dicionário Crítico da Mineração, 2018.

intitulada “Reestruturação socioespacial do Ceará: o projeto portuário do Pecém”, aponta a importância e a estratégia econômica de construção desta região portuária para o “desenvolvimento” do Estado. E a segunda, “Zona Costeira do Pecém: de Colônia de pescador à região portuária”, buscou visibilizar as contradições e conflitos vividos pela vila de pescadores que ocupavam e sobreviviam na região.

Importante evidenciar que o Complexo começou a ser forjado entre as décadas de 1960 e 1980, ainda nas duas gestões do então Governador Virgílio Távora (1963-66 e 1979-82), durante o “milagre econômico” brasileiro. Mas foi com o governador Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1999 e 1999-2002) que, em 1995, o CIPP saiu do papel, sendo nomeado em 2009 de Complexo Industrial e Portuário Mário Covas. Constituiu o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-1998, integrante, em âmbito nacional, dos programas Brasil em Ação e Avança Brasil.

A história nos diz que as primeiras estruturas portuárias do Brasil para fins comerciais datam ainda do século XVI. Mas é entre as décadas de 1940 e 1980 que as regiões portuárias brasileiras vão ganhando maior estrutura e investimentos públicos e privados, a exemplo do porto Paranaguá (PR), porto do Rio de Janeiro (RJ) e o porto de Itajaí (SC).

Temos ainda pesquisas que realizam avaliação ambiental do CIPP. Barros (2017) avalia na dissertação de mestrado os passivos ambientais da correia transportadora de carvão mineral do CIPP. Atesta o adoecimento e expulsão de pessoas da comunidade Lagoa do Pecém, a mais próxima de um dos trechos da correia. Também comprova a concentração de material particulado no ar superior ao permitido pela legislação ambiental brasileira, bem como da emissão de outros poluentes.

Existem outras pesquisas que evidenciam o turismo na região e que abordam a dinâmica populacional e transformações do espaço (TELES, 2015). Todos esses trabalhos auxiliam na compreensão desse grandioso Complexo, apesar de, em sua maioria, serem pesquisas voltadas para apontar a necessidade de as empresas desenvolverem melhores tecnologias que causem menos impactos socioambientais ou para importância do CIPP na economia do Estado. Poucas questionam esse modelo de desenvolvimento econômico e visibilizam as suas contradições. As exceções talvez estejam em Telles (2015) e em Gomes (2014) que discutiram o “neodesenvolvimentismo” e o modo de vida do povo indígena Anacé. De maneira semelhante Bezerra (2010) analisa as mudanças na saúde de comunidades locais com a chegada do CIPP.

Pesquisadores(as) da Fiocruz também realizaram um trabalho entre os anos de 2017 e 2018 e recentemente publicaram resultados iniciais das suas pesquisas em que analisam as percepções sobre a saúde e o CIPP junto às comunidades que vivem no seu entorno. Esses

estudos também se valeram da análise de dados secundários dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, utilizando-se dos “[...] bancos de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM), Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)” (NUTO, 2018). Dentre os resultados, foi constatado que no município de São Gonçalo do Amarante, a partir de 2017, houve um aumento das doenças do aparelho circulatório, respiratório e de causas externas de morbidade e mortalidade acima daquele ocorrido no Nordeste, no Ceará e no município de Caucaia no mesmo período.

Com relação à mortalidade por neoplasias, as pesquisas mostraram que há uma diferença relativa entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo. Estes municípios “[...] encontram-se acima dos casos de Nordeste e do Ceará, em que Caucaia apresenta aumento de 225,55%, São Gonçalo do Amarante com 521,81% e Nordeste e Ceará, respectivamente, com 146,42% e 141,67%” (NUTO, 2018, p. 223-224).

Como já mencionado, alguns dos estudos sobre o CIPP destacam os “impactos” das termelétricas e da siderúrgica para região, seja numa perspectiva afirmativa dessas empresas e sua importância para o desenvolvimento econômico do Estado, seja apontando os problemas causados às populações da região. Apesar de evidenciarem essa produção industrial, não localizam o fluxo mineral, a cadeia da mineração corrente para acumulação de capitais, base dessas indústrias – há um ocultamento da economia mineral com sua herança colonial¹⁸.

Ao problematizarmos essa realidade, encontramos uma base material para a constituição do nosso objeto de estudo que o particulariza. A partir da teoria crítico-dialética buscaremos analisar essa realidade, inicialmente a partir da evidência e depois, a partir dos dados coletados na pesquisa. Ele tem vinculação com as respostas que o Estado brasileiro deu à crise do capital de 2008, mas também com os planos desta economia de estrutura colonial e dependente no Nordeste brasileiro, e do mesmo modo, com a forma pela qual o Estado e o capital tratam os bens comuns da natureza. Para atender às necessidades desta ordem sociometabólica do capital (MESZÁROS, 2005), o Estado brasileiro permanece expropriando populações, rompendo e/ou fraturando suas formas de produção e reprodução da vida.

Os governos do Estado do Ceará, assim como as diversas frações burguesas, permanecem na contemporaneidade afirmando a necessidade de desenvolvimento da economia

¹⁸ Essa lacuna, ou talvez, ausência decorrente das ainda incipientes pesquisas sobre mineração no Ceará, nos aponta a necessidade de pesquisas sobre a economia mineral circulante no CIPP. Essa atividade, que tem origem no período colonial, permanece sendo uma das fontes de expropriação e acumulação de capitais e o complexo entendemos que é possível estudarmos diversas cadeias produtivas dos minérios.

e da civilização nordestina, defendendo expressamente o “desenvolvimento sustentável” do CIPP, conforme registrado na publicação da Assembleia Legislativa do Ceará (2013).

Nosso problema de estudo tem relação com esse modelo de acumulação e sua permanente máquina (com especificidades na contemporaneidade) que expropria e espolia populações e altera a disponibilidade e acesso aos bens comuns da natureza imprescindíveis para sobrevivência humana. Conforme exposto, as evidências empíricas dão conta do avanço das expropriações na região do CIPP na última década (2012-2022). Nesse sentido, nos perguntamos: Quais as estratégias e mecanismos ideopolíticos as expropriações “arrancaram” os bens de uso comum e os transformaram em capital? Quais as implicações desses processos para as condições de trabalho e de continuidade das formas de produção e reprodução das relações sociais na região? Mais especificamente, temos como objetivos desvelar os aspectos econômicos e ideopolíticos pelos quais os bens da natureza, outrora comuns, foram convertidos em capital, bem como identificar as inflexões no trabalho e nas formas de vida das comunidades locais com a chegada do Complexo.

A fim de realizar sucessivas aproximações a essa realidade, sendo a produção do conhecimento constitutiva da práxis humana, “[...] subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social” (TONET, 2013, p. 78).

A ciência foi uma das formas de construção do conhecimento do mundo pela humanidade. Nas palavras de Marx, “[...] toda ciência seria supérflua, se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Portanto, a história humana se constitui pela perseguição a essa essência da realidade. E através da pesquisa podemos captar uma dada realidade, nos aproximar dela, transformá-la e ser também transformada por ela. “[...] a pesquisa [é] destinada a captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real [...]” (MARX, 2011, p.19).

São diversos os métodos de captação e tentativa de aproximação dessa realidade. Desde os mitos, passando pelo “padrão greco-romano”, “padrão moderno”, cuja centralidade está na subjetividade, e o que Tonet (2013), como as demais classificações, chamou de “padrão marxiano”. Esse rompe com as formas anteriores (e só existe por conta delas) porque consolida uma perspectiva teórico metodológica fundada na ontologia do ser social e na totalidade das relações sociais.

Desta forma, como a realidade não se apresenta imediatamente a nós, elaboramos formas de representação dela para compreendê-la. O método e os instrumentos de pesquisa

devem nos auxiliar na captação de um dado fenômeno da realidade para aproximação desse real. O que se apresenta, em princípio, são os fenômenos. Esses, por sua vez, trazem uma verdade oculta que precisa ser investigada. Para encontrá-la é necessário “fazer um desvio”, que num movimento de destruição e reconstrução podemos chegar à concretude da realidade (KOSIK, 1976).

Dito isso, projetamos para esse caminho, a busca de se aproximar da essência da realidade para transformá-la. Na certeza da não existência da neutralidade da ciência, afirmamos a ciência enquanto “[...] um processo total e constante que atua em vários níveis e que se expressa por meio de grupos de pessoas que pertencem a diferentes classes sociais” (BORDA, 1984). É, portanto, um trabalho que busca contribuir para construção de uma ciência popular, uma ciência que se posiciona e almeja fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Partindo desse “todo caótico” e seguindo decompondo esse todo, buscamos nesse movimento investigativo desvelar os processos de expropriação ocorridos na região onde se implantou o CIPP e sua relação com os bens comuns. Devemos nos valer tanto de elaborações teóricas e documentais, bem como das contribuições empíricas e da pesquisa de campo junto a moradores das comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água, que permanecem no entorno do Complexo.

Ainda com relação aos procedimentos teóricos e metodológicos, consta o tratamento das categorias já sinalizadas na construção do objeto de estudo: expropriação, trabalho, complexos industriais, megaprojetos e bens comuns da natureza. A pesquisa bibliográfica necessariamente contribuirá com a compreensão dessa realidade através de produções teóricas clássicas e contemporâneas sobre as expropriações, sobre os complexos portuários e industriais e sua relação com bens comuns, particularizando o nordeste brasileiro.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. O processo investigativo contou com o levantamento de dados referentes às populações expropriadas, bem como informações socioeconômicas dos três territórios que elegemos trabalhar a partir de entrevistas que também buscaram identificar as formas de expropriação ocorridas nos territórios. Destacamos que a escolha dessas comunidades responde a três questões/problemas: o primeiro diz respeito à ausência de informações, sequer da existência delas, no EIA/RIMA do CIPP e da mesma forma, em parte das pesquisas já realizadas, nem nos documentos públicos do Estado, apesar de avistamos as chamas da queima do carvão e da produção do aço nas comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água. O segundo tem relação com a localização desses territórios, que distam em média de 3 a 5km, em linha reta, da siderúrgica e das

termelétricas. E o terceiro problema está vinculado às denúncias advindas dessas comunidades relacionadas à poluição do ar.

Outras técnicas de pesquisa serão utilizadas, tais como pesquisa documental (EIA/RIMA do Complexo, bem como das termelétricas e da siderúrgica; boletins da secretaria de saúde dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia; publicações das empresas; relatórios e publicações elaboradas por organizações da sociedade civil).

Foi realizada, ainda, pesquisa de campo, através da observação, por meio da participação em reuniões ocorridas nos territórios, encontro e seminários com a finalidade de nos aproximar dessa realidade. Ainda como parte da pesquisa de campo, realizamos entrevistas com seis moradores(as), sendo duas representações de cada comunidade, sobretudo daqueles(as) que vivem na região a mais tempo e acompanharam as transformações territoriais que ocorreram com a implantação do Complexo, num lapso de 10 anos, tempo de implantação e operação das termelétricas e da siderúrgica.

Além dessa introdução e mirando organizar nossas reflexões, esse trabalho foi dividido em três partes. Na primeira identificamos o CIPP, imerso na atual fase de desenvolvimento capitalista e os megaprojetos como uma estratégia global do capital na contemporaneidade. Nesta sessão também apresentaremos elementos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o lugar dos complexos industriais e portuários, especialmente na economia cearense.

No capítulo seguinte, trabalharemos as expropriações contemporâneas, visibilizando a atualidade desta categoria nos países de economia periférica e o lugar do Estado nessa engrenagem. Também buscamos revelar as expropriações promovidas em razão do CIPP.

O terceiro capítulo apresentará nossa pesquisa de campo e os achados com suas respectivas análises, buscando responder as questões deste trabalho, a partir das entrevistas realizadas junto a duas pessoas das comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D'Água. Conforme sinalizamos anteriormente, a escolha dessas comunidades deveu-se a sua aproximação geográfica do CIPP, bem como em razão de não aparecerem em nenhum documento público do Estado – invisibilizadas, como se não existissem. Os critérios de escolha das participantes estiveram relacionados ao tempo de moradia nas comunidades considerando um lapso de no mínimo dez anos (tendo em conta as transformações causadas pelo CIPP, especialmente em razão da chegada das termelétricas e da siderúrgica); Indicações da Agente Comunitária de Saúde do território e de outras pessoas das comunidades.

O trabalho de campo nas três comunidades nos faz refletir sobre as mudanças no modo de vida dos territórios, especialmente vinculados às expropriações, ao trabalho e ao uso dos bens comuns da natureza. As atividades com a pesca, extrativismo e agricultura praticamente

desapareceram, ora por conta da transformação da mão de obra das populações locais para o capital, na fase de implantação da siderúrgica e das refinarias, ora em razão dos impactos ambientais causados por essas indústrias.

Todas as pessoas entrevistadas relatam a presença do “pó preto e brilhoso” nas suas casas, nas águas, no solo, no ar e nas plantas. Essa alteração no ambiente decorrente da poluição do ar, além de aumentar os índices de adoecimento, também vem dificultando ou impedindo as práticas tradicionais da agricultura. Um dos fatores que interferem nessa produção está relacionado com a água. O uso intensivo de águas para o resfriamento das caldeiras nas termelétricas e na siderúrgica, é responsável pelo desaparecimento e contaminação de lagoas, açudes e de olhos d’água que, por sua vez têm consequência no trabalho com a pesca e com a irrigação das plantações.

Em relação à oferta de empregos, apesar de o Estado super propagandear a oferta de centenas de vagas e a importância disso para a economia cearense, observamos que existem poucas pessoas desses três territórios empregadas no CIPP. E tanto as entrevistadas, quanto os dados referentes aos empregos, mostram que houve uma oferta considerável de postos de trabalho, apenas na fase de implantação das indústrias, e uma elevada contratação de mão de obra de trabalhadores de outros Estados e países. Mais da metade dessa população foi demitida após os dois primeiros anos de construção, ficando uma massa de trabalhadores reduzida para a operacionalização das empresas, e essa também não é, em sua maioria, oriunda dos territórios locais.

Os achados da pesquisa serão apresentados ao final do texto mais num exercício de realização de sínteses do que de conclusões propriamente ditas. Dentre essas, a realidade nos mostrou o lugar do Estado no esteio das necessidades de expansão capitalista através da estratégia dos megaprojetos, sendo os complexos industriais e portuários exemplos desses.

Além do governo do Estado do Ceará, que garantiu a desapropriação de dezenas de territórios para fins públicos, mas que foram apropriados privadamente, investimentos em infraestrutura, em especial, relacionados a toda malha rodoviária que leva ao CIPP, da concessão de outorgas de água para o complexo, também tivemos um importante suporte do governo federal na ampliação do CIPP. No período de 2008 a 2016, conforme apontaremos, houve elevados investimentos do PAC. Essas e outras contradições também estarão presentes nesses exercícios de pausa, para as sínteses dos achados e das análises da pesquisa. Também apontaremos lacunas e janelas abertas que não foram possíveis de examinar neste trabalho.

Apesar disso, os caminhos dessa pesquisa nos conduzem à defesa da seguinte tese: as expropriações contemporâneas, considerando a particularidade do CIPP, como expressão de

um megaprojeto articulado com outros da região Nordeste brasileira, em resposta à crise estrutural do capital conta com o apoio do Estado no esteio desse processo de acumulação, inclusive (em especial) em governos estaduais e federais do campo progressista. Além disso, essa era do capital opera e se sustenta sob dupla expropriação: a clássica, que já conhecemos, onde os/as trabalhadores/as são empurrados/as a vender sua mão de obra para as indústrias e os bens comuns da natureza, também são explorados e transformados em bens comuns para o capital. Porém há uma segunda dimensão das expropriações que decorrem do colapso planejado dos sistemas ambientais e a impossibilidade de continuidade do modo de produção advindo da pesca, da agricultura e do extrativismo. A essa segunda relação de expropriação, categorizamos de expropriação por decesso.

Em síntese, o atual estágio de produção capitalista, amparado pelo Estado, produz a inexistência de diversas formas de produção e reprodução da vida que outrora condicionava a existência de outras relações sociais e anuncia colapsos programáticos da água, do ar e do solo. O CIPP, é uma exímia expressão dessa tese.

2. A ATUAL FASE DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP, CEARÁ

*Na minha aldeia tinha mar e cais
Montanha verde boiada na serra
Havia pelo ar um cheiro bom demais
De mar de flor, de terra
Tinha um riacho que corria em paz
E muitas frutas pelo chão
Canto de curios e sabiás¹⁹*

São diversas as possibilidades de análises que buscam compreender essa era histórica que a humanidade alcançou. Escolhemos nos movimentar numa seara que entende as relações sociais da sociedade moderna estruturadas sob a lógica de produção e reprodução das vidas, atinentes às demandas da máquina geradora de capitais. Para alguns grupos teóricos, esse entendimento é ultrapassado, para outros, constitui verdadeira bandeira utópica de comunistas.

¹⁹ Minha Aldeia e o Mar. In: FRAGA, Eudes; PINHEIRO, Paulo César. *Do Espinho da Flor do Mandacaru*. Manaus: Selo Rádio MEC. 2005.

Mas a nossa escolha se conecta diretamente com a realidade a qual buscamos nos aproximar em sua essência.

Estamos nos referindo a uma região cujo passado não muito distante tinha terra verde para plantar, água no riacho e um cheiro bom no ar, assim como canta o trecho de abertura deste capítulo. Porém, com a implantação de um porto seguido de um complexo industrial, aquelas formas de vidas estão ameaçadas ou já deixaram de existir. Qual seria o outro arcabouço teórico revelador da destrutividade planetária que vivemos na contemporaneidade, que também encontra lugar no Ceará?

O presente estágio de desenvolvimento das relações sociais capitalistas nos empurrou para um penhasco onde temos nos sustentado na linha tênue das contradições entre a barbárie e o anseio de mudança radical do nosso modo de vida. Caminhamos sob uma sociabilidade que produz alimentos para suprir a necessidade de 7,3 bilhões de pessoas que habitam o planeta. Porém, uma em cada nove dessas pessoas ainda passa fome no mundo, de acordo com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2016).

Tamanha contradição também encontramos na região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). As termelétricas Pecém I e II, as maiores do país que utilizam carvão mineral como combustível, têm a autorização do governo cearense para captar até 800 litros de água por segundo do Açude Castanhão, enquanto parte da população local compra água advinda de carros pipa, que não supre suas necessidades básicas.

Parcela desse cenário presente por todo o globo, decorre da condição “sociometabólica” do capital de geração ininterrupta de superlucros. As grandes empresas capitalistas que determinam, alinhadas com os Estados Nações, o que vamos comer, vestir e beber, também ganharam o poder de superexplorar bens comuns da natureza, como estratégia de correção de mais uma crise desse moinho de produtos que nos aprisionam. Como diz Galeano (2010) “Esta civilização não deixa as flores dormirem, nem as galinhas, nem as pessoas”. Neste capítulo, buscaremos identificar as estratégias de reprodução do capital nesta fase de desenvolvimento contemporâneo, considerando a crise de superprodução de 2008 e as movimentações globais para “solucioná-la”, sendo os megaprojetos e os complexos industriais, algumas das suas principais estratégias.

2.1 Os megaprojetos como parte de uma estratégia global do capital

O Estado moderno, inaugurado com a forma de produção capitalista, o qual estrutura nossa vida material há pouco mais de cinco séculos, desde a sua origem é movimentado por ciclos, cujas crises são inerentes. Com a crise da era medieval calcada nos estamentos clérigos, na nobreza, servos e escravizados, os burgueses, primeiros comerciantes, são responsáveis pela conformação desse modelo de sociedade que vivemos. Ele é novo, comparado às outras eras históricas, e construiu particularidades que se fundamentam na subordinação do trabalho ao capital.

A revolução burguesa quebrou as correntes amarradas pelos senhores feudais e conquistou a liberdade para circular e comercializar produtos. Os seres humanos que outrora produziam a partir de um sistema servil e escravista, passaram ao status de mercadoria, um processo de *reificação* (Lukács, 2003). A “liberdade” para vender sua mão de obra a quem quisesse comprar. Alinhados à liberdade, essa classe nascente também reivindicava igualdade e fraternidade. Porém, o sustentáculo dessas novas relações sociais é a produção de *mais valor* e, para tanto, há de se explorar o trabalho. Vejam, com essa nova forma de sociabilidade, o trabalho se torna alienado.

Conhecemos, a partir das contribuições dos mesmos autores, que o trabalho é o que nos torna ser social. Diferenciamo-nos dos demais animais em razão da nossa capacidade teleológica de transformar a natureza. De forma intencional e com uma finalidade, fomos ao longo do tempo criando e recriando obras capazes de alterar nossas relações a partir de mútuos processos transformativos.

Não cabe apresentarmos com profundidade essas frutíferas elaborações, mas decerto, faz-se necessário compreendermos que aquele(a) trabalhador(a) que outrora se reconhecia na sua criatura (no resultado do seu trabalho), com a sociabilidade capitalista, se torna alienado, estranho a ela. O trabalho que é esse movimento de transformar a natureza e ser transformado(a) por ela, se torna alienado. O capitalista que passou a ser proprietário dos meios de produção, também comprou a mão de obra do(a) trabalhador(a) livre, o que lhe dá o poder de decidir o que ele quer como produto final.

Os ofícios de ferreiros, carpintaria, agricultura, alfaiataria, entre outros, foram sendo substituídos pelas fábricas, depois pelas indústrias, assim como também foi sendo substituída, subjugada e subalternizada a capacidade de criação humana. Distanciando-nos da nossa essência, do que nos diferencia das demais esferas ontológicas – inorgânica e orgânica (LESSA, 2009).

Sobre esse processo, a literatura de Saramago (2000) traz boas ilustrações. Em “A Caverna”, ele narra a história de um oleiro que viu seu trabalho, sua criação, as louças de barro,

serem substituídas por louças de plástico descartáveis advindas de processos de trabalho fabris. O oleiro que, “[...] cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno” (p.22), questionou depois de anos fornecendo sua mercadoria, o que aconteceu para que as vendas tivessem baixado tanto.

Acho que foi o aparecimento aí de umas louças de plástico a imitar o barro, imitam-no tão bem que parecem autênticas, com a vantagem de que pesam muito menos e são muito mais baratas. Não é razão para que se deixe de comprar as minhas, o barro sempre é o barro, é autêntico, é natural. Vá dizer isso aos clientes, não quero afligi-lo, mas creio que a partir de agora a sua louça só interessará a colecionadores, e esses são cada vez menos. (SARAMAGO, 2000, p. 23).

A narrativa de Saramago, apesar de ficcional, expõe formas de supressão dos meios de trabalho e de reprodução da vida, dentre tantas outras expropriações levadas a cabo pela sociabilidade capitalista. Os trabalhos artesanais têm desaparecido, diminuído ou sido substituídos por outros processos de trabalho afinados com a industrialização e com a globalização sob a lógica de subsunção do trabalho ao capital. De forma semelhante, a produção advinda da agricultura, do pescado, do extrativismo vegetal, do modo de vida, entre outras, vem sendo saqueadas através das terras, das águas, também em razão do modo de produção capitalista, realidade que pulsa na região ocupada pelo CIPP.

Pois bem, foram sob essas bases que essa sociabilidade foi se constituindo num ininterrupto processo de renovação das formas de expropriação, onde a regra é a tendência crescente de acumulação. Os cercamentos, por exemplo, foram as primeiras formas de aumentar acumulação e lucro, expulsando camponeses para transformação da terra em pastos e dentro dessa cadeia devoradora, a nascente indústria têxtil.

Tivemos algumas fases dessa ordem capitalista, qual seja: a revolução industrial e a fase do capitalismo concorrencial seguida da fusão de empresas aliadas aos bancos e a sua fase monopólica. Todas essas mudanças ocorreram sob a lógica do aumento da extração da mais-valia e da violência. Como diz Marx: “A violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (MARX, 2013, p. 821).

A fase monopólica do capital merece um destaque neste estudo e contamos com as contribuições de Mandel (1982) e de Netto (2005) para melhor compreensão. Sabemos que o crescimento do modo de produção capitalista sempre conduz a um desequilíbrio que também esteve presente na transição do capital de livre concorrência para o imperialismo clássico. Esse foi marcado pela produção e trocas entre “[...] os países metropolitanos e as nações desenvolvidas”. Ainda com as palavras de Mandel (1982):

A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento

econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a “artilharia leve” de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a ‘artilharia pesada’ do controle das reservas de capital (p. 37).

Essa fase do capital tem como base de sustentação inicial, os superlucros extraídos principalmente da produção de matérias-primas de baixo custo e da exploração da força de trabalho, também de baixo custo, ambas ofertadas pelos países de economia dependente. Mandel, a partir de Marx, analisava o cenário do século XIX e início do século XX, mas percebemos estratégias semelhantes no século XXI, a partir da economia capitalista que circula no CIPP.

A princípio a extração de superlucros a partir da renda absoluta do solo, através do monopólio da terra, era a principal estratégia. “De maneira mais geral, é essa a fonte de todos os superlucros dos monopólios” (MANDEL, 1982, p. 52). Na contemporaneidade, o capital eleva a monopolização de outros bens comuns, como a água e os minérios.

A concentração das exportações de capital nos setores da agricultura e da mineração – em outras palavras, na produção de matérias-primas – permitiu inicialmente que esse capital obtivesse grandes superlucros, a um preço dado para matérias-primas (competindo com métodos tradicionais de produção e uma produtividade do trabalho mais baixa). Em seguida, resultou num declínio geral nos preços do conjunto das matérias-primas e, conseqüentemente, num acréscimo da taxa de lucro (ou redução na composição orgânica do capital) nos países metropolitanos (MANDEL, 1982, p. 56).

A outra fonte dos superlucros adveio/advém dos baixos custos com mão de obra, particularmente reservados nos países “[...] a se industrializar” e a conseqüente e fundamental formação de um extenso exército industrial de reserva.

Mandel (1982), em “O Capitalismo Tardio”, apresenta ainda, as formas de exploração do trabalho e de barateamento do capital constante e a exportação de capitais, a partir da agricultura e mineração, semelhante ao que circula no CIPP.

A diferença no nível de produtividade entre a agricultura e a mineração por um lado, e a indústria de transformação, por outro, levou ao resultado oposto [...]. A concentração das exportações de capital nos setores da agricultura e da mineração – em outras palavras, na produção de matérias-primas – permitiu inicialmente que esse capital obtivesse grandes superlucros, a um preço dado para matérias-primas (competindo com métodos tradicionais de produção e uma produtividade do trabalho mais baixa). Em seguida, resultou num declínio geral nos preços do conjunto das matérias-primas e, conseqüentemente, num acréscimo da taxa de lucro (ou redução na composição orgânica do capital) nos países metropolitanos (p. 56).

Netto (2005) evidencia a inserção das inovações tecnológicas neste processo dos superlucros, assim como a fusão de empresas e a centralidade no sistema bancário e creditício. A concentração e a centralização de capitais, a exemplo dos complexos industriais, são também estratégias do capital monopólico que extraem seus superlucros inclusive da “dedução de mais-

valia de outros grupos capitalistas”. Os megaprojetos são resultados de capitais profundamente concentrados imersos em um modelo de acumulação voltado para a intensificação das trocas de matérias-primas. Os complexos industriais facilitam a circulação de mercadorias, especialmente no tocante ao tempo e ao custo, já que [...] a livre concorrência é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados” (NETTO, 2005, p. 23).

Nesta fase do capital há de evidenciarmos também a atuação dos Estados nacionais. Esse passa a intervir a partir do interior das relações econômicas de forma contínua e sistemática, dando condições para a progressão da ordem monopólica²⁰.

Realizado esse destaque para essa fase monopólica do capital, retomamos e chamamos atenção para outra característica constitutiva do *modus operandi* do capital, quais sejam: as crises, afinal “[...] a vocação histórica do período burguês” é [grifo nosso] “a acumulação pela acumulação, a produção pela produção” (Marx apud Harvey, 2011). A produção que circula em forma de mercadoria não tem como finalidade atender às necessidades humanas, mas sim as do capital.

As crises cíclicas foram e são regra neste modo de se reproduzir a vida, na sociabilidade capitalista, a exemplo dos Estados Unidos, centro do imperialismo, onde no período de 1810 a 1920 ocorreram pelo menos 15 crises. Acrescentamos ainda, a grande crise de 1929 com duração de uma média de 10 anos, superada apenas com a II Guerra Mundial (FOLADORI, 2016). Em período anterior, século XIX, Engels apontava tendências dessa forma organizativa de produção.

Nós não passamos, verdadeiramente, por uma grande crise no período em que ela deveria ocorrer, em 1877 ou 1878; mas temos tido, desde 1876, um estado crônico de estagnação em todos os ramos dominantes da indústria. Não ocorrerá nem a crise completa, nem o grandemente esperado período de prosperidade antes ou depois dela, ao qual nós achávamos ter direito. Uma depressão tediosa, uma superabundância crônica de todos os mercados para todos os negócios, isso é o que temos vivido por quase dez anos (ENGELS apud COLETIVO CEM FLORES, 2018).

As crises estão, em geral, relacionadas à superprodução de mercadorias e à capacidade de produção elevada do capital, o que não corresponde, por sua vez, na mesma intensidade, a uma elevada capacidade de consumo. Por consequência há a diminuição real da produção, redução do trabalho vivo, resultando na constituição/ampliação do exército industrial de reserva que, em continuidade, possibilitará uma nova elevação da taxa de lucros.

A crise do capital é o momento de ruptura com o ciclo anterior de produção/acumulação, quando explodem as contradições acumuladas naquele

²⁰ Sobre o Estado e a sua base para acumulação capitalista, iremos aprofundar adiante.

período. A taxa de lucro acentua sua trajetória de queda; as bolhas de capital fictício tornam-se insustentáveis e explodem; o crédito se torna muito mais restrito; o mercado se contrai; as mercadorias acumulam-se em estoques indesejáveis, explicitando sua superprodução; os investimentos são interrompidos, dada a superacumulação; iniciam-se ondas de falência e de desemprego; os programas estatais para sustentação do capital são acionados (redução das taxas de juros, emissão de dívida pública e outras formas de capital fictício) e a superacumulação de capital torna-se evidente, impedindo a retomada dos negócios burgueses (COLETIVO CEM FLORES, 2018).

Lênin (1916), identificará a crise na “fase superior”, imperialista do capital, fase essa em que “toda a Terra está dividida entre os países capitalistas mais importantes”. O autor define cinco principais características desta fase que são fundamentais para entendermos a crise que vivemos na atualidade. São definições do imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1916 apud COLETIVO CEM FLORES, 2018).

Após a crise do início do século XX, conforme sinalizamos, teremos um novo quadro de crise do capital que se estendeu por um longo período e que também é fundamental para entendermos a crise atual. Na década de 1970, como resultado de um processo de superprodução, sem escoamento para o consumo no mesmo ritmo da produção, gerou novamente uma queda na taxa de lucros. “O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos, e com as poucas áreas reproduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação” (HARVEY, 2008, p.136).

E mesmo com uma série de medidas disparadas pelos países centrais do capital, uma série de crises, feito uma extensa pilha de dominó, dará início a uma nova onda prolongada de crise do imperialismo. Nas palavras de Engels: “a necessidade de expansão constante, e essa expansão constante torna-se agora impossível” (COLETIVO CEM FLORES, 2018). São exemplos:

[...] a crise do petróleo que teve seu auge em 1973; a crise da bolha imobiliária no Japão entre 1986 e 1991; a crise mexicana em 1994; a crise monetária do sudeste asiático em 1997; a crise russa em 1998; a crise da desvalorização do Real no Brasil em 1999; a bolha da internet ou crise “ponto com” em 2000-2001; a crise econômica argentina entre 1999 e 2001; e, finalmente a crise do subprime que desde 2008 tem perturbado o sistema capitalista (DORNELLES, 2013, p. 593).

A saída para essa crise foi a adoção da política neoliberal, com importante influência das medidas neoliberais de privatização dos bens públicos, advindas do presidente Ronald

Regan nos Estados e da Primeira-Ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher. Para esse momento, uma nova forma de organização do capital, denominada acumulação flexível.

Com essa, há uma reestruturação produtiva e flexibilização nas relações de trabalho, de produção e circulação de mercadoria que se estenderá até o início dos anos 2000. “A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica” (HARVEY, 2008, p.148).

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 2008, p. 140).

Apesar dessas tentativas neoliberais, observamos que desde a década de 1970/1980 as crises estão numa onda de constância. Diversos autores ratificam que a crise atual, disparada entre os anos de 2007/2008, apresenta uma magnitude não observada na crise de 1929. “[...] os mesmos elementos novos que vinham impedindo a ocorrência de uma depressão mundial nas últimas décadas, agora se mostram não apenas impotentes para evitar a depressão, mas são eles mesmos o epicentro do *crash* que abala toda a economia capitalista mundial” (COLETIVO CEM FLORES, 2018).

Além da reestruturação produtiva, das medidas neoliberais e todas as suas consequências, o capital tem avançado na contemporaneidade sobre o fundo público e os direitos sociais. E conforme sinalizamos, também tem apostado na superexploração dos bens comuns da natureza. Os resultados dessas estratégias são a violência de Estado, a criminalização da pobreza, a barbárie social.

Há de identificarmos também outra importante ferramenta do capital nesta prolongada onda da crise, qual seja, a política ideológica neoconservadora, que tem como seu subproduto as manifestações pós-modernas, os (des)valores liberais e burgueses que recebem novas roupagens neste momento da história.

A retomada da militarização e da religiosidade instituídas na família tradicional, passam a jorrar um discurso de ódio e de morte aos que fogem a essa ordem e moral. Um processo profundo de reificação de todas as dimensões da vida, em que a existência de um grupo, significa a inexistência de outro (BARROCO, 2009).

Esses tempos também inserem elementos inovadores com as mídias globais, a exemplo das *fakenews* que elegeram alguns presidentes por todo o mundo neste início de século XXI. É deste período a última crise que aprofundou drasticamente as condições de vida nesta Terra.

Essa crise de 2008 tem suas raízes na economia capitalista, mas atinge um elevado nível de destrutividade se ampliando para a barbárie de outras dimensões da vida, a exemplo do desaparecimento de flora, fauna e ameaça de outros bens da natureza.

Sobre isso, Silva (2010) nos mostra como a degradação ambiental está mediada pela competição entre os Estados nacionais e pela divisão internacional do trabalho, através das corporações mundiais. A autora destaca o conceito de “imperialismo ecológico” (FOSTER; CLARCK, 2006), evidenciando que o saque da natureza é global, bem como o esgotamento ecológico, porém há disparidades entre os países centrais e os periféricos. Há, “[...] o saque de recursos de certos países por outros”. Acrescenta:

A pilhagem, a prática de saques dos recursos naturais, a compra barateada dos bens públicos, os ataques especulativos contra as moedas dos países periféricos, o pagamento das dívidas nacionais só podem ser assegurados mediante ‘compromissos’ firmados com a forte mediação das agências multilaterais (SILVA, 2010, p. 95).

As respostas da natureza às necessidades de superexploração do capital apontam limites que são, por sua vez, os limites desta sociabilidade em crise, mas num contínuo movimento ganancioso que busca a retomada crescente de lucros. Meszáros (2011) chama atenção para a incontrollabilidade desse sistema, “globalmente dominante”, com vida própria que alcançou uma fase de exploração máxima do trabalho excedente, sem limite de fronteiras.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (p. 96).

As explicações advindas dos teóricos defensores dessa ordem afirmam que desde os anos de 1990 as instituições de crédito emprestaram montantes para a habitação com taxas de lucros inferiores e para pessoas com histórico de “crédito podre”. O aumento de devedores fazia com que as renegociações das dívidas acontecessem, mas aqueles permaneciam sem conseguir pagar os empréstimos habitacionais. “Esse processo fez subir os preços dos imóveis numa bolha inflacionária que explodiu em 2007, com milhares de pessoas tendo que entregar suas habitações, resultando numa queda violenta no preço dos imóveis” (FOLADORI, 2016, p. 210).

Outros argumentos para a crise de 2008 têm relação com a “Teoria do Subconsumo”, a qual compreende que o limite do capital se esbarra no limite do consumo. A concentração do capital diminui a renda das massas populares, o que faz reduzir o consumo e a não realização das mercadorias com a mais-valia que a constituem, tendo como consequência uma estagnação

ou crise da economia (FOLADORI, 2016). O mesmo autor nos apresenta, ainda, a “Teoria da erosão do lucro”, que enfatiza a distribuição da riqueza e argumentam que as conquistas da classe trabalhadora relacionadas aos aumentos salariais e às participações nos lucros, por exemplo, diminuem e limitam a acumulação de capitais.

Foladori (2016) tece críticas às três explicações para a crise de 2008. Quanto à primeira argumentação, nos mostra que a referida análise é frágil, pois supõem que se houvesse regulação dos empréstimos não teria havido crise habitacional, ou seja, o problema foi apenas de um erro na política econômica. Sobre a segunda explicação para a crise, Foladori (2016) compreende que o grupo que defende a “Teoria do Subconsumo”, não conhece o funcionamento do capitalismo, pois “É a acumulação de capital que vai condicionar o consumo e não o inverso. Uma variável dependente da acumulação, como é o consumo, não pode explicar a crise; a explicação deve surgir dos elementos da própria acumulação de capital” (FOLADORI, 2016, p. 214). Sobre a terceira argumentação, o autor recorda que o salário e lucro expressam categorias mais profundas, quais sejam: o valor e a mais-valia. Não há uma relação linear entre essas categorias, e a luta de classes é uma constante na sociabilidade capitalista, portanto, mesmo em situações de aumento salarial, aumentando a produtividade, não há diminuição do lucro.

A partir dos estudos marxianos, Foladori (2016) demonstra que as causas dessa crise que ainda estamos vivendo tem relação com a queda tendencial da taxa de lucro, resultado do aumento da composição orgânica do capital (maior investimento no capital constante, substituindo trabalho vivo por trabalho morto).

[...] por um lado, a necessidade de aumentar a produtividade para incrementar a mais-valia e, por outro, a situação de concorrência à qual estão sujeitos os capitalistas. Ambos os elementos contribuem para que exista uma pressão por mecanizar e autonomizar cada vez mais o processo de produção (FOLADORI, 2016, p. 216).

Este é o enunciado da tendência decrescente da taxa de lucro, fenômeno que apresenta a partir da própria dinâmica de acumulação de capital e que atua sobre uma variável chave do sistema. A partir daqui, ao diminuir a taxa de lucro, os capitalistas não encontram incentivos para investir e se produzem em situações de crise (FOLADORI, 2016, p. 218).

Ainda sobre a crise de 2008, Chesnais (2013), buscando identificar também suas raízes, afirma que essa é marcada:

[...] pela incapacidade do ‘capital’ (os governos, os bancos centrais, o Fundo Monetário Internacional e os centros privados de centralização e de poder do capital tomado coletivamente) encontrar, por agora pelo menos, os meios de criar uma dinâmica do tipo indicada acima do nível da economia mundial, ou ao menos de amplas partes dela (p. 23).

Essa tendência dispara processos compensatórios da máquina capitalista, dentre essas está a permanente necessidade do capital de aumentar a produtividade do trabalho incrementando a mais-valia relativa. Também é fator compensatório a diminuição do salário através, por exemplo, da redução ou eliminação de alguns direitos trabalhistas outrora consolidados (aposentadorias, pensões). O aumento do desemprego também favorece tais medidas, pois com o exército industrial de reserva, o capital obtém um maior quadro de escolha dos sobrantes.

Aproximando para a realidade dos países de economia periférica, como o Brasil e a Argentina, o autor demonstra a movimentação de “poderosas oligarquias modernas” para a saída dessa crise, através do ritmo acelerado de acumulação financeira, com ampliação da extração de matérias primas.

Outro fator compensatório, central para esse nosso trabalho, que iremos retomar no terceiro capítulo, é a necessidade de barateamento das matérias-primas, elemento importante da constituição do capital constante. “A guerra contra a natureza, em termos de saque de recursos naturais sem preço, ou a guerra direta contra outras nações para apropriar-se de recursos energéticos por um menor valor, como o petróleo, cumprem essa função de compensar a queda da taxa de lucro” (FOLADORI, 2016, p. 222).

[...] a crise do capitalismo não deve ser compreendida como violência social, insurgência popular, pobreza ou ilegalidade; tais fenômenos são inerentes ao capitalismo, mesmo em períodos de estabilidade. A disfuncionalidade que caracteriza a crise do capitalismo diz respeito à incapacidade de um determinado arranjo social da produção capitalista de manter os níveis de extração do mais-valor diante da queda na taxa de lucro e, ao mesmo tempo, manter sob controle os conflitos e os antagonismos sociais. Crise, portanto, refere-se aos mecanismos estruturais de exploração do trabalho, de circulação mercantil e de concorrência (ALMEIDA, 2018, p. 23).

Todos esses apontamentos sobre a crise da sociabilidade capitalista foram evidenciados em razão de compreendermos que uma estratégia atual do capital para mais uma “superação”, os megaprojetos. Em nossa compreensão, os megaprojetos têm sido importantes ferramentas de busca de aumento da taxa de lucros.

Um das características centrais dos megaprojetos é a integração da produção e circulação de mercadorias em dimensões globais. Isso significa que, desde a década de 1990 empresas transnacionais já vinham forjando essas estratégias. Porém, especialmente na América Latina, é a partir dos anos 2000, com a agudização dessa atual crise do capital, que começam a se materializar expressões desses megaprojetos. Exemplo disso é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), institucionalizada em 1999. Esta foi adotada em 2004, como principal estratégia de investimentos de 12 países da América

Latina. No Plano Plurianual de 2004-2007, o governo brasileiro investe numa integração física a partir da Pan-Amazônica. “O Brasil, por intermédio de suas instituições como o BNDES, tornou-se financiador de projetos em inúmeras fronteiras nacionais de países da IIRSA” (CASTRO, 2017, p. 42).

O Brasil, que faz fronteira com 11 países da América do Sul, com maioria na região amazônica, vem implementando os eixos de integração constitutivos do IIRSA, a exemplo dos megaprojetos hidrelétricos implantados nessa região. Através de megaestruturas, as hidrelétricas barram rios volumosos que têm seu curso interrompido para geração de energia elétrica. Essas águas, bem comum da natureza, deixam de correr e levar vida para centenas de populações, a exemplo do povo do Xingu e de tantos outros povos indígenas e ribeirinhos.

Também caracterizam essa estratégia do capital, os investimentos públicos estatais em infraestrutura e logística do transporte para garantir o fluxo de mercadorias integradas globalmente num ritmo acelerado de circulação. “[...] sincronização de tempos entre portos internacionais, nacionais e regionais, independentemente de países e continentes, de distâncias e produtos” (CASTRO, 2017, p. 52).

Há de se visibilizar ainda duas outras estratégias dos megaprojetos, quais sejam: a revalorização do transporte de cargas por via fluvial, bem como a containerização²¹, que vem garantindo o transporte das *commodities*²² advindas das atividades agropecuárias do agronegócio e da mineração. Constitui condição para a produção de *commodities* os latifúndios, as monoculturas, o uso intensivo de agrotóxicos e o desmatamento de extensas áreas. Também compõe esse hall, os produtos advindos da mineração, que juntos tiveram um *boom* com a crise de 2008.

Existem 57 bolsas de *commodities* pelo mundo, sendo a New York Mercantile Exchange (NYMEX) a maior delas. As bolsas de *commodities* comercializam insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais” (ZONTA; TROCATE, 2015, p.76). Concomitante ao processo de comoditização, exploração do trabalho, também foi e está sendo exportada, especialmente dos países afro-latinos, terra fértil, água, ar e nossa energia. Essa lógica do capital, nas palavras de Mészáros (2009), produziu “uma forma de sistema global plenamente integrado”, cujos “recursos naturais” são ferramentas de superexploração, para conquista de super lucratividade.

²¹ “No que se refere ao transporte marítimo de longo curso, a evolução e o constante crescimento do transporte containerizado tem levado à expansão da frota de navios porta-contêineres. Além disso, pode ser observada uma tendência mundial de aumento da capacidade de tais navios” (CUTRIM, 2015, p.206).

²² As *commodities* são mercadorias primárias, pouco processadas, industrializadas, padronizadas, o que lhes confere baixo valor agregado e em razão disso tem elevado escoamento no mercado internacional (MARZARI apud LIMA, 2019).

Para a economista Amyra El Khalili, é na fase de “[...] comoditização da natureza, como o processo que transforma um bem comum em bem privado” que “Uma matéria-prima se torna commodity após passar por um processo de padronização baseado em critérios impostos por multinacionais e governos” (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 41).

Os projetos megaprojetos de infraestrutura, por exemplo, trabalham principalmente com capital público, enquanto os mega projetos extrativistas tendem a operar dentro da esfera do capital privado. [Os primeiros] operam principalmente com capital público, enquanto que os mega projetos extrativistas tendem a trabalhar dentro da esfera de capital privado. Os principais espaços públicos para influenciar os megaprojetos de infraestrutura são os processos de tomada de decisão, enquanto que as principais “alavancas” para os mega projetos extrativistas residem em processos concessionários e contratuais. Com relação às ferramentas legais, os acordos bilaterais entre os países são os principais quadros políticos para projetos de infraestrutura, enquanto que os projetos extrativistas são voltados mais para os tratados e acordos de livre comércio. Apesar dessas diferenças, ambos os tipos de megaprojetos estão em uma fase de plena expansão e não há nenhuma indicação de que irão desacelerar nos próximos anos (LITTLE, 2013, p. 51).

Ainda de acordo com as contribuições desse autor, a reunião do Grupo dos Sete Países Industrializados (G-7), ocorrida em 1990 e em seguida a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2003, dez anos depois, forma-se um subgrupo, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que vão conformando esse modelo de desenvolvimento econômico, baseado em megaprojetos, nesses países, sendo a China o principal país financiador desses projetos no país.

Como já citado, é através dessa estratégia de produção que o capital vem buscando superar mais uma crise cíclica, inerente à sua ordem sociometabólica de acumulação. Importante expressão desse *modus operandi* internacional do capital, tão bem recebido pelos governos autodeclarados democráticos e populares do Brasil, foi o PAC I e II, ao qual dedicaremos mais linhas à frente, onde também encontramos alguns determinantes para a implantação do CIPP.

2.2 Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e os complexos industriais e portuários

Identificadas, em linhas gerais, as movimentações da sociabilidade capitalista, particularmente suas crises cíclicas e as reações das corporações e dos Estados, a fim de superá-las, consideramos fundamental compreender as particularidades desse modo de produção no Brasil. Dessa forma, recordamos as importantes contribuições de Galeano (1983) ao desvelar as veias de rios e de sangue abertas na América Latina em decorrência do processo de

colonização. Essa que, por sua vez, tinha como finalidade primeira servir à expansão da metrópole que transitava da Idade Média feudal para a Idade Moderna comercial.

Essa transição que revolucionou a História, estruturou-se fundamentalmente em razão da acumulação primitiva de capital. Essa importante descoberta é de Marx (2013): “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida” (p. 514). Ao serem separados(as) dos meios de produção, das condições para realização do seu trabalho, cria-se a relação capitalista de acumulação. Porém essa é chamada de primitiva “[...] porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (p. 514).

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013, p. 516).

Inicialmente na Europa, com os cercamentos e a expulsão violenta das populações camponesas. Depois, as metrópoles iniciam as navegações em busca de novas matérias primas. A invasão das Américas com a escravização e extermínio das populações originárias retirou sangue e suor, por trezentos anos, da história deste país, deixando estruturas ainda presentes na contemporaneidade. Diz Marx (2013) “[...] a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (p. 533).

É impossível compreender a formação social e econômica brasileira, sem identificar seus constitutivos coloniais, patriarcais, racistas e escravocratas, organizados para atender as necessidades expansivas comerciais daqueles países que serão centros da economia mundial.

Prado Jr. (1961) rompe com os escritos sobre o “Brasil feudal” e nos auxilia a compreender esse lugar do país inserido na dominação da burguesia europeia. Apesar dos seus estudos terem como ponto de partida a chegada dos portugueses com suas estratégias de ocupação – desconsiderando a povoação que já se encontrava aqui, por exemplo, contribui para entendermos esse lugar de país serviçal.

Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará o algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior longínquo, um comércio estável e precário sempre. [...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para satisfação das necessidades materiais da população que nela habita (PRADO JR., 1961, p. 67).

Os milhares de indígenas e depois de negros(as) escravizados(as) estiveram sempre na condição de trabalhadores(as) a servir à burguesia que se consolidava na Europa. O extrativismo, as grandes culturas das sesmarias, bem como a mineração, foram saqueadas com o suor e o sangue daquelas populações. Essa passagem tem importante destaque para nossa tese, em razão da relação do CIPP com as populações do seu entorno que, por sua vez, têm também origens étnico raciais indígenas, principalmente. Como é possível, passados três séculos, ainda encontrarmos uma política econômica de Estado que guarda traços do Brasil colônia, mesmo sob a era da inovação tecnológica? Retomaremos essa questão mais à frente.

A economia brasileira esteve subordinada à finalidade de atender à produção do comércio europeu. “Tudo mais que nela exista, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial” (PRADO JR., 1961, p. 113). O que o autor não reconhece é o lugar fundamental das populações negras e indígenas na realização desse projeto capitalista de extermínio. Ao contrário, defende em seus escritos a tese da mestiçagem, sugerindo inclusive em algumas passagens, a superioridade e evolução dos colonos europeus em detrimentos das demais “raças”, bem como a completa coisificação dessas populações. Nada surpreendente para um homem da aristocracia paulista do início do século XX.

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares a muito simples. [...] A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem (PRADO JR., 1961, p. 115).

Sobre essa passagem do autor, a também importante intelectual Gonzales (1980) tece profundas críticas e nos convida a pensar um Brasil verdadeiramente “dos de baixo”. Uma história que não nega “o estatuto de sujeito humano” às populações negras e indígenas. “Trata-os sempre como objetos. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las” (GONZALES, 1980, p. 232).

Nesse caminho de partir “dos de baixo”, e também incluindo as estruturas racistas e patriarcais deste país, Fernandes (1974) dedica análises fundamentais para compreender “os de cima”, a “burguesia brasileira”. Mas se não houve feudalismo, então não temos burguesia, é

isso? Sim, em parte, mas o mesmo autor afirma que temos uma classe supostamente burguesa ou aspirante dessa.

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o ‘usuário’, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do ‘burguês mesquinho, fosse um mal terrivelmente necessário) (FERNANDES, 1974, p. 18).

A “burguesia brasileira” esteve sufocada em razão da dinâmica escravista, da grande lavoura exportadora e do próprio estatuto colonial, ganhando expansão com a Independência. Sendo assim, era fundamental a realização da abolição da escravidão para construção de uma nação verdadeiramente moderna, “[...] uma revolução social dos brancos para os brancos”. Para tanto é necessário romper com a homogeneidade da aristocracia agrária, influenciar a consolidação do trabalho livre para o mercado e a urbanização do país, almejando romper com o que supunham do rural como sinônimo de atraso.

Na medida que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no País concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as Nações hegemônicas do sistema. Os ‘senhores rurais’ tinha de aprender, em outras palavras, a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral em a mediação dos nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade que as referidas Nações encontravam nos nexos coloniais formais (FERNANDES, 1974, p. 35).

Essa burguesia “à brasileira” vai garantir a interação entre o arcaico e o moderno no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, através de uma “[...] articulação permanente entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa”. Essa relação, marca o capitalismo neste país, cuja autocracia burguesa irá direcionar a nação. Esse “espírito burguês” vai contar ainda com o liberalismo e sua força vital para a revolução nacional brasileira. A “revolução pelo alto” excluiu “as massas ativas”, a classe trabalhadora, mantendo o seu lugar de dupla subordinação, tanto à burguesia nacional quanto à imperialista europeia.

Essa burguesia é representada pelas oligarquias regionais e locais concentradas no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, que são aliadas à burocracia imperial, não resolvem a questão agrária e em razão disso, subalternizam o Norte e o Nordeste do país. Essa burguesia acolhe a mão de obra livre e branca do imigrante “[...] e vê na adoção do trabalho livre a superioridade sobre o trabalho escravo, fez-se silêncio sobre a discriminação étnica que a imigração introduzia na

estruturação do mercado de trabalho da região em expansão capitalista, com pretensões de dominação” (OLIVEIRA, 1993, p. 48-49).

Essa formação sócio-histórica heteronômica, a princípio estabelecida com a metrópole no início do século XX, será experimentada internamente. A região Nordeste, central no desenvolvimento da economia colonial brasileira, passa a ser mera fornecedora de matéria-prima e mão de obra para o Sudeste no período de cultivo do café e, posteriormente, com a industrialização do país. Tais relações destinam ao Nordeste uma posição desfavorável no processo de modernização brasileira (SANTOS, 2012).

Os engenhos foram transformados em usinas canavieiras, mas essas também foram deslocadas para o Sudeste. A industrialização chega a passos lentos no Nordeste com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), movimentando um intenso fluxo de empresas do Sudeste para a região. Observamos, portanto, a “atualidade da questão regional, nas particularidades da questão social do país” (SANTOS, 2012, p. 239).

Oliveira (1993) retoma essa categoria “questão regional” e explicita a organização do mercado da força de trabalho no país e sua vinculação com a estrutura agrária concentrada e escravista, em suas palavras:

O que não significa colocar no pelourinho São Paulo, como região por excelência do café, mas como centro da nova classe social que está revolucionando o modo de produção; nem absolver oligarquias regionais, mas tratá-las como aliadas da burguesia de São Paulo que, em determinados período e processo, caminharam, em razão de seus interesses — e não de afinidades eletivas do tipo ethos protestante-capitalístico à la Weber — para liquidarem seus concorrentes locais e regionais na estrutura de poder econômico e político. A Questão Regional é o resultado desses processos (p. 50-51).

Essa questão que, de modo geral, sempre foi tratada por intelectuais nordestinos, tem como gênese “[...] uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho”, que com a revolução de 1930, a ruptura com as oligarquias da política café com leite, se reorganiza no período de industrialização do país em busca da construção de “[...] uma unidade nacional forjada pela hegemonia paulista”. A construção de alianças de interesses entre a burguesia industrial e as oligarquias agrárias, imprimiram uma ideologia nacionalista que aponta como futuro do Brasil a ida para São Paulo e uma política de desenvolvimento econômico que passa pelo sudeste. “O ponto de fuga da resolução é dado no Sudeste, mas o estrondo, no Nordeste” (OLIVEIRA, 1993, p. 60).

E tal qual as primeiras expropriações realizadas no território ameríndio, diversas expropriações também ocorreram no Nordeste para atender e sustentar a “burguesia nacional” do sudeste brasileiro. Isso nos faz identificar que as desigualdades regionais são consequências

do desenvolvimento do capitalismo “à brasileira” que foi/é “desigual e combinado”. Também fica evidente que o processo de industrialização levado a cabo pelo Sudeste brasileiro, aprofunda as relações de dependência da economia nacional que, na atualidade está manifestada na especialização do país em fornecer *commodities*. É sob essa lógica de reprimatização da economia brasileira que os complexos portuários ganharão importante justificativa para a sua ampliação, haja vista ser através dos portos que as *commodities* são exportadas.

O artigo publicado no Capital Now Onze (2020)²³ mostra que essas mercadorias correspondem a mais de 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e representam mais de 60% das mercadorias exportadas. Em 2018 a soja, que continuou liderando o ranking das exportações, foi responsável por 13,8% do total das exportações, rendendo US \$33 bilhões; petróleo foi responsável por 10,4% correspondendo a US \$25 bilhões; minério de ferro com 8,42%, rendendo US\$20 bilhões.

Analisando alguns boletins do Indicador de Comércio Exterior (ICOMEX, 2020), observamos que os índices de exportação e os saldos da balança comercial brasileira são instáveis, assim como o é o ciclo de produção capitalista. O que se mantém constante é a relação Brasil – China, país que desde o início dos anos 2000 continua sendo o principal comprador das *commodities* brasileiras.

Há uma centralidade do agronegócio na balança de pagamento do continente brasileiro e seu peso crescente no PIB. Esse mercado vai induzindo aos investimentos públicos a ampararem grandes projetos de infraestrutura destinados a facilitar e baratear a circulação de mercadorias do setor. Os megaprojetos concentram esses setores, barateando os custos e aumentando os lucros (CASTRO, 2017).

Seguimos o curso de texto sobre os megaprojetos destacando quatro principais tipos desse modelo de desenvolvimento implementado nos países de economia periférica. São eles: os de infraestrutura que envolvem o setor de transportes e elétrico, como já sinalizamos; os extrativistas, cujos produtos advém da mineração e do setor de hidrocarbonetos.

2.3 Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e o seu lugar na economia cearense

Consideramos importante registrar a construção das primeiras regiões portuárias do país, que datam do período imperial, em 1800. Logo em seguida tem-se o primeiro decreto de

²³ Acesso em 18 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/commodities-brasil/>

abertura dos portos às nações parceiras por D. João VI, a fim de garantir a comercialização dos recursos nacionais saqueados, que a princípio eram Pau Brasil, depois minérios, cana-de-açúcar, café e algodão, seguindo as necessidades de matéria-prima do capital em expansão.

Na segunda metade daquele mesmo século, é elaborada a primeira lei de concessão à exploração de portos pela iniciativa privada, sendo que na região sudeste já estavam sendo implementadas as primeiras ferrovias, facilitando as exportações de café. Após a Proclamação da República, a administração dos portos foi privatizada e a Companhia Docas de Santos deu partida à nova forma de organização portuária.

Com o Estado Novo e a estatização de alguns serviços públicos, as regiões portuárias passam a ganhar relevância para o desenvolvimento industrial e econômico do país e retornam à responsabilidade de gestão estatal. Essa política se intensifica no período pós ditadura militar com a criação da Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRAS), em 1975. Porém, com o Estado neoliberal dos anos 1990, a Portobrás é dissolvida em 1993 e é criada a “Lei de Modernização dos Portos” (Nº 8.630/1993). É nesse contexto que se inicia a construção do Porto do Pecém (1995), que nos anos 2000 é transformado em complexo industrial.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, Região Metropolitana da capital cearense, é um projeto de interesse da Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) do Governo do Estado do Ceará, com vistas a atender as necessidades do mercado global. Em consonância com as descrições presentes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) elaborado pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), esse empreendimento se justifica pela:

[...] necessidade do Estado do Ceará de dispor de um complexo industrial e portuário moderno, e de porte condizente com sua política de desenvolvimento socioeconômico, associada às fortes restrições de expansão do Porto de Fortaleza (decorrentes tanto da sua localização urbana, quanto das restrições morfológicas e marítimas que impedem a expansão e acesso de navios de maior calado), conduziram a decisão governamental em implementar [o CIPP] (SEINFRA, 2009).

Esse megaprojeto remonta à segunda metade da década de 1990, quando o Ceará se inseriu nos programas federais “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” (1996-1999). O EIA e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) das obras off-shore (estruturas localizadas em alto mar) do Porto do Pecém foram entregues à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) em 1996, mesmo ano em que foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) a licença de instalação do CIPP (Resolução COEMA Nº 03/1996).

Destacamos as movimentações das populações locais e movimentos sociais da época²⁴, que denunciavam e exigiam as autorizações legais no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), já que se tratava de uma área marinha, de responsabilidade da União. À “toque de caixa”, o IBAMA emitiu a licença de instalação do CIPP no ano seguinte e a licença de operação em 2001, ocorrendo a inauguração do Porto do Pecém em 2002. Essa decisão político-econômica tem como objetivo:

[...] dotar o Estado do Ceará de um núcleo de irradiação de desenvolvimento, através da promoção de atividades industriais integradas, permitindo maior interação regional, contribuindo sobremaneira para redução do desemprego e fixação das populações em seus municípios de origem (SEINFRA, 2019).

Ainda de acordo com as informações presentes no EIA, o CIPP ocupa uma área de 13.337,0 hectares (ha) dos quais 7.111,63ha pertencem ao município de Caucaia e 6.235,67ha ao de São Gonçalo do Amarante. Essa área foi declarada de utilidade pública, através do Decreto Estadual nº 28.883 de 18 de setembro de 2007.

Dentre as justificativas socioeconômicas estão a geração de empregos diretos e indiretos – o EIA não quantifica as previsões; “[...] Utilização de matérias-primas locais; Geração de elevado impacto socioeconômico; Fortalecimento e consolidação de cadeias de suprimento” (FORTALEZA, SEINFRA, 2019). Os principais programas e projetos governamentais previstos para investir no CIPP foram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste (PRODETUR); Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB); Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH), com destaque para os dois últimos, relacionados ao uso da água (FORTALEZA, SEINFRA, 2019).

O EIA do CIPP sinaliza os principais ramos de produção (petroquímica, energia termoelétrica, etc.) que deverão compor o Complexo. Prevê também a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Essas são consideradas “áreas de livre comércio com o exterior”, conforme a Lei nº 11.508/2007. Trata-se de uma área com tratamento tributário diferenciado e são, enfim, “[...] destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro” (FORTALEZA, SEINFRA, 2019).

²⁴ SOUSA, Francisco Amsterdam Silva. De malas prontas para um destino incerto: a atuação da Pastoral do Migrante no Ceará, Pecém (1995 a 2002). 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

De acordo com o EIA/RIMA, os seguintes fatores justificam a concepção do complexo portuário e industrial:

A compatibilidade com a operação de navios de grande capacidade de carga, implicando em necessidade maior calado; a localização adequada tanto do ponto de vista de logística em relação à Fortaleza, que se tornou uma cidade francamente vinculada à expansão do setor terciário moderno, quanto do ponto de vista do eixo de expansão industrial, afetando principalmente os municípios da Região Metropolitana, na sua porção oeste. Nesse sentido vem sendo gerada uma dinâmica de polarização de desenvolvimento industrial positivamente reforçada com a localização portuária; a inserção dentro da concepção ‘porto-indústria’, implicando numa integração operacional entre o porto e o complexo industrial associado [...] (EIA/RIMA, 2014, p. 4).

A princípio era apenas um Complexo Portuário, nos anos 1990, mas nos anos 2000 amplia sua missão e conecta parques industriais produtores, especialmente do ramo de construção civil e mineração, conforme veremos mais à frente. O objetivo do CIPP:

[...] é dotar o Estado do Ceará de um núcleo de irradiação de desenvolvimento, através da promoção de atividades industriais integradas, permitindo maior integração regional, contribuindo sobremaneira para a redução do desemprego e fixação das populações em seus municípios de origem (EIA/RIMA, 2014, p. 5).

Ainda de acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA, 2014), o CIPP conta com uma Companhia que tem como missão administrar e desenvolver o complexo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado “e a geração de valor para os acionistas”.

As principais obras que vincularam as atividades industriais ao porto foram: As correias transportadoras, cujo investimento é de origem estadual e garante o transporte do carvão mineral e do ferro da área portuária ao pátio de estocagem das termelétricas e siderúrgica. Também houve uma obra de ampliação do porto, a partir de um financiamento do BNDES, com a construção de um píer que permitiu “[...] a movimentação de produtos, como minério de ferro, chapas planas e bobinas de aço, fertilizantes cereais a granel, granéis líquidos e gasosos, inclusive contêineres” (EIA/RIMA, 2014, p. 24).

Outra dessas obras, é o Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT), orçada em R\$ 342,5 milhões, que prevê a implantação de 264 tomadas para contêineres refrigerados, bem como uma série de outras medidas: “[...] como o prolongamento de mil metros do quebra-mar existente; a construção de dois berços de atracação; a implantação de linha de guindaste para descarregamento e carregamento de contêineres; [...]” (EIA/RIMA, 2014, p. 24).

Faz-se necessário constar que essas e outras informações sobre o complexo estão em EIA’s/RIMA’s separados. Não há um EIA/RIMA único com todas as indústrias que constituem

o CIPP. Inclusive, o estudo ao qual nos referimos é apresentado ao órgão ambiental responsável, muitos anos após a implantação, com a ampliação do complexo.

Dito isso, evidenciamos que antes da chegada do porto do Pecém e a sua expansão com a criação do CIPP, diversas populações ocupavam esse território. O EIA do complexo se utiliza de uma pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), para apresentar os aspectos sociais do referido estudo. Essa pesquisa aponta que na “Área Potencialmente Afetada” do CIPP encontravam-se as comunidades de Bolso, Madeiro, Paul, Camará, Caraúbas, Fazenda Olho D’Água, Itapará, Matões, Mixira, Comunidade Olho D’Água, Suzano e Tapuio, estimando, segundo essa pesquisa, um total de 3.717 pessoas. Entretanto, sabemos de outros territórios diretamente afetados pelo Complexo que não entraram no estudo, a exemplo de Acende Candeia, Primavera, Parada, Saquinho, Tanques, Gregório, Padre Holanda e Catuana²⁵. Essas comunidades tinham um histórico de trabalho com agricultura, com o extrativismo e com a pesca. Expressão disso é a comunidade do Bolso, cuja origem remete a pessoas que faziam bolsas trançadas de palha de carnaúba, árvore abundante na região. O EIA que, diga-se de passagem, só é apresentado às autarquias responsáveis após a construção do Porto do Pecém e de outras empresas constitutivas do CIPP, têm muitas deficiências e é passível de muitas críticas, conforme indicam pesquisadores e comunidades que resistem a sua ampliação há mais de uma década²⁶.

Outro grupo que não aparece no EIA, é o dos povos indígenas Anacé. Especialmente as mulheres Anacé, do território do Bolso e Chaves, iniciaram sua organização contra a ampliação do CIPP no período de chegada da Termelétrica MPX, em 2008. Essa organização obrigou à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) criar um Grupo de Trabalho (GT) para realizar os estudos e a fundamentação antropológica da existência dessa população na região.

Ainda antes da implantação da termelétrica no CIPP, pesquisas e organizações da sociedade civil já denunciavam os riscos e consequências de gerar energia elétrica a partir da queima do carvão mineral. A exemplo da região sul de Santa Catarina que desde a década de 1980 tornou-se uma das regiões mais poluídas do país em razão da extração e do beneficiamento do carvão mineral, conforme o ensaio/denúncia “Pulmões e Mentes Poluídas pelo carvão que seduz” (SANTOS, s/d).

²⁵ A pesquisa de Amsterdã e a nossa pesquisa de campo ratificam a existência dessas comunidades que não estão presentes no EIA/RIMA (CEARÁ, 1997).

²⁶ O Fórum dos/das Atingidos/as pelo CIPP, nos últimos anos, vem tentando visibilizar a permanência dos problemas enfrentados pelas comunidades na região do CIPP.

Sabemos que o carvão mineral revolucionou a indústria mundial tanto para o uso energético, quanto para o uso térmico. Na primeira revolução industrial inglesa do século XVIII com as máquinas a vapor, diversas produções cinematográficas representaram a importância deste minério para a efervescente e inicial indústria capitalista. Depois esse foi sendo substituído pelo petróleo e em seguida pelo gás natural. Posteriormente, retornou a circular no mercado, após a crise do petróleo de 1970 e se manteve até a contemporaneidade, em razão, principalmente, da pouca oscilação dos preços do mercado de commodities, diferentemente de outros minérios (ANEEL, 2002).

De acordo com informações da Agência Internacional de Energia - International Energy Agency (2018), o carvão mineral continua sendo o principal responsável pela geração de energia elétrica no mundo e na mesma medida, é o combustível que mais causa “impactos ambientais”.

No Brasil, as principais reservas estão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Algumas reservas do “ouro negro” deixaram de ser exploradas nos anos de 1990 na região sul catarinense, porém, estudos e denúncias mostram os passivos ambientais desta atividade.

Mesmo com a condenação de algumas empresas, inclusive da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que à época (anos 2000) ainda era estatal, os problemas deixados pela extração e beneficiamento do carvão mineral permaneceram. O adoecimento de trabalhadores mineiros, o aumento de pessoas com cânceres na região, a poluição das águas e dos ares, bem como o desaparecimento de bens comuns, como a biodiversidade e a expulsão de pessoas dos seus territórios de origem, são exemplos dos passivos ambientais e dos processos de expropriação (PACS, 2017).

A geração de energia elétrica a partir do carvão mineral recebeu investimentos na casa dos 58 milhões de reais com o PAC, apesar de ser o principal combustível emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa e, conseqüentemente, pelo aquecimento global (ANEEL, 2002).

Acrescentam-se os acidentes causados em seu transporte, conforme encontramos em visita realizada à CSP em junho de 2019. Quando as correias transportadoras do carvão estão paradas, ele é levado para as indústrias via terrestre, por caminhões. Porém, as estradas da região estão bastante esburacadas, ocasionando acidentes e derramamento do carvão mineral, conforme ANEXO 1.

No CIPP as Usinas Termelétricas Pecém I e II (UTE Pecém) começaram a ser implantadas em 2008, iniciando suas operações entre os anos de 2012 e 2013, com a capacidade total de gerar 720MW a primeira unidade e 360MW a segunda unidade, conforme informações

da empresa EDP UTE Pecém Geração de Energia S/A (mudança do projeto inicial que pertencia à MPX). De forma semelhante às transformações ocorridas na região sul do país, pesquisas realizadas sobre as termelétricas do CIPP também atestam os “impactos ambientais” desse modelo de desenvolvimento econômico.

Barros (2017) avalia na dissertação de mestrado os passivos ambientais da correia transportadora de carvão mineral do CIPP. Atesta o adoecimento e expulsão de pessoas da comunidade Lagoa do Pecém, a mais próxima de um dos trechos da correia. Também comprova a concentração de material particulado no ar superior ao permitido pela legislação ambiental brasileira, bem como da emissão de outros poluentes.

Como já sinalizamos, além das termelétricas, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) ocupou extensa área na região e também trouxe profundas modificações. A Companhia tem como principal acionista a Vale S/A (com 50% das ações) e a Dongkuk Steel Mill Co. LTD (30%), empresa coreana atuante no ramo da produção de aço, conforme RIMA (2017) e a Posco Engenharia e Produção (20%), também compõe o hall dos acionistas da siderúrgica. Ela, que ocupa uma área de 961,000ha, foi resultado de mais um decreto do Estado cearense que declarou essas terras como de utilidade pública. Mas quais são as razões de uma área considerada de utilidade pública ser apropriada por um complexo de empresas privadas?

Trata-se de uma região historicamente ocupada por populações pesqueiras, agricultoras e indígenas, com abundância de água e de agrobiodiversidade, conforme constatação empírica, bem como apontado no EIA (2009): “Os recursos hídricos disponíveis para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém consistem atualmente no açude Sítios Novos, que possui capacidade de acumulação de 138m³”.

Constituem bacias hidrográficas presentes na região, em consonância com o EIA (2009), a Bacia Hidrográfica do Rio Cauípe, localizada no município de Caucaia. Essa é caracterizada por espelhos d’água com destaque para as lagoas do Banana, Tapacaú, Damião e Tanupaba. Está presente também a Bacia Hidrográfica de São Gonçalo do Amarante, com expressiva fonte superficial de abastecimento de água do Rio São Gonçalo. Somam o total de 44 lagoas em Caucaia e 68 em São Gonçalo do Amarante e, 51 açudes e 21, respectivamente.

Integra também a abundância desse bem comum da natureza, que são as águas, a Micro Bacia Hidrográfica do Gereraú, área potencialmente afetada de acordo com o EIA (2009). Localiza-se entre as Bacias do Cauípe do São Gonçalo do Amarante com destaque para os corpos d’água, lagoas do Pecém, Bolso, Tucum, Acende Candeia e Patos (EIA, 2009, p. 140).

A presença da água na região sempre foi motivo de orgulho das pessoas que conhecemos quando começamos a participar de atividades nas comunidades. Seus poços, chafarizes e lagoas

eram sempre apresentados com muito entusiasmo. Além das águas, o EIA caracteriza a vegetação e os minerais também presentes na região. Porém, a comunidade do Bolso, área diretamente afetada em que vivia considerável parte dos Anacé, atualmente residentes na Reserva Indígena Taba dos Anacé, hoje é abastecida por carros pipas. Ainda moram no território cerca de 340 famílias, conforme informações da Agente Comunitária de Saúde (ACS) responsável pelo território²⁷. Parte considerável dessas famílias residentes hoje nessa comunidade advêm das periferias de Fortaleza, muitas famílias “fugidas” de conflitos violentos, segundo informações da então responsável pela escola de ensino fundamental do distrito.

Nas palavras de algumas moradoras antigas, que não se autoidentificam como indígenas, o Bolso “virou terra sem lei” (sic)²⁸. As pessoas relataram ainda situações de muita insegurança, nas quais crianças e adolescentes que antes tinham liberdade de trânsito no território, hoje não podem mais circular na comunidade. Situações de violências sexuais cometidas contra elas, bem como assaltos, tornaram-se frequentes segundo as pessoas que, na ocasião da nossa visita, se encontravam na Unidade Básica de Saúde (UBS). Essas transformações mostram aspectos da despossessão pela qual essas populações passaram.

O CIPP passa a ser verdadeiramente materializado através dos investimentos do PAC, programa criado no governo Lula em 2007 com finalidade de alavancar a economia do país, tendo como carro-chefe obras de infraestrutura e o aumento da oferta de empregos. As termelétricas são obras desse programa que receberam investimentos na casa dos 3 bilhões de reais e contaram com o financiamento de 1,4 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 556 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁹.

²⁷ Não conseguimos identificar nos documentos oficiais do município qual a população que ocupa hoje a comunidade do Bolso.

²⁸ Realizamos algumas visitas durante o ano de 2018 às comunidades de Bolso, Chaves e Acende Candeia com o MAM. Em março/2018 os moradores das comunidades de Bolso e Chaves nos apresentavam a Unidade Básica de Saúde que estava há dois anos sem água, nem energia. Após algumas reuniões que fizemos com um grupo dessas comunidades e uma articulação com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito, vinculado à Assembleia Legislativa do Estado (EFTA/ALCE) conseguimos, a partir de uma provocação feita ao Ministério Público Estadual (MPE/CE) que a prefeitura de São Gonçalo do Amarante resolvesse esse grave problema, em maio do mesmo ano. Dentre as outras visitas que realizamos, em 29 de setembro de 2018, estivemos no Bolso, a fim de verificar novamente o funcionamento do posto e junto com o EFTA responder um ofício com informações solicitadas pelo MPE/CE. Foi durante esse dia que conversamos com a responsável pela escola e com o grupo considerável da localidade. Esse relatório que produzimos para o Ministério Público respondeu questões referentes à violação do direito à saúde e ao meio ambiente; qualidade socioambiental; sobre o trânsito de caminhões que transportam o carvão mineral; insegurança dos moradores.

²⁹ Informação disponibilizada pela UTE Pecém, empresa do grupo EDP. Disponível em: <https://pecem.brasil.edp.com/pt-br/power-plant> Acesso em: 27 de março de 2022.

No período de 2007 a 2010 houve outras obras do PAC vinculadas ao CIPP, bem como em outras regiões do Estado. Foram 20 (vinte) projetos de infraestrutura Energética, incluindo além das termelétricas, parques eólicos e terminal de gás natural do Pecém. Também houve obras de infraestrutura logística, dentre elas a duplicação Caucaia da BR-222/CE para o Acesso ao Porto do Pecém, favorecendo também o CIPP, obras de infraestrutura social urbana e saneamento, incluindo saneamento rural, abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias habitacionais, conforme publicação do Comitê Gestor do PAC no Ceará (2008).

Apesar de ser um governo advindo do nordeste, representante da classe trabalhadora e de ter garantido direitos importantes para essa classe, observamos que também esteve a serviço dos empresários, seguindo a cartilha do grande capital. Exemplo dessa tamanha contradição observamos, ainda durante o primeiro mandato do governo Lula, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico (CDES), que tinha por finalidade contar com a participação de diversas entidades da sociedade civil nos rumos da economia brasileira.

As representações tanto do empresariado, quanto da classe trabalhadora, foram nomeadas pelo próprio presidente, no exercício do “empresariamento da gestão participativa no interior do aparato estatal” (GUIOT, 2015). A maioria destas representações era da região sudeste e 11 conselheiros representavam o agronegócio; “[...] 6 empresários e prepostos da indústria de cana e álcool, 2 pecuaristas, 2 representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e 1 proprietário de empresa de fabricante de suco de laranja (Cutrale)” (GUIOT, 2015, p. 116-117).

Os diversos ramos de produção (especialmente mineração e agronegócio) se entrelaçam a outros setores da economia e a pesquisa do mesmo autor também apresenta que esses empresários foram os principais beneficiários com grandes empréstimos do BNDES.

O atendimento às demandas do grande capital monopolista no Brasil foi uma marca registrada dos governos Lula da Silva. Isto não se refletiu somente em relação ao volume de recursos dados para sua reeleição de 2006 (evolução de R\$ 27,5 milhões para R\$ 75 milhões em 2006, ou seja, de 273%), mas também pelo fomento acelerado do processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – impulsionado, por sua vez, pelas novas fusões e aquisições envolvendo BNDES e fundos públicos, partícipes do processo de transnacionalização do capital nativo e da criação e/ou refuncionalização de novas arenas no aparelho de Estado que passaram a abrigar grandes capitais, sejam nativos, internacionais ou associados, num processo de ampliação seletivamente burguesa do Estado, de que o CDES, é exemplo (GUIOT, 2015, p. 155).

Em se tratando de empresas do agronegócio, a Cutrale foi a segunda maior doadora para campanha do governo Lula, com o montante de R\$ 4 milhões de reais, a sexta maior foi a JBS-Friboi, com o valor de R\$ 2.502 milhões, ambas importantes empresas do agronegócio

brasileiro. O CDES é exemplo fiel de um Estado com governos alinhados à demanda do capital, favorecendo sua apropriação do fundo público³⁰.

Já no que toca o setor mineral, foi a partir de 2006 que o minério de ferro passou a ser o principal produto de exportação brasileira, representando 6,49% das vendas. A principal mineradora é a empresa, hoje privatizada, criada em 1943, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Atualmente essa é a segunda maior empresa mineradora do mundo, realizando exploração mineral em 22 países e presente em 38 países. É também a principal responsável por conflitos socioambientais e doou o montante de R\$ 4.050.000,00 para a reeleição de Lula, a principal das vinte maiores empresas doadoras (GUIOT, 2015). Neste ranking encontramos ainda a Gerdau com doação de R\$ 3.100.000,00, uma das principais produtoras de aço do país – ambas presentes no CIPP –, além da CNS/Vicunha, a oitava no ranking doadora de R\$ 2.266.000,00, que além do ramo têxtil, também atua com siderurgia nacional.

As empresas Votorantim e Instituto Brasileiro de Siderurgia, segundo Guiot (2015), também contribuíram para a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). Os estudos sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) realizados pelo autor supracitado, demonstram o poderio dos empresários nas decisões das políticas socioeconômicas do país durante os anos de 2003 a 2010.

Além do Estado, que permaneceu se movimentando com a hegemonia da burguesia favorecendo a mineração, tivemos também nestes governos aportes do legislativo, afinal se fazia necessário alterar e tornar menos “burocrático” o processo de pesquisa, lavra/exploração e beneficiamento dos minérios. Semelhante ao financiamento do executivo, o empresariado minerador também financiou as campanhas eleitorais de alguns deputados federais, com destaque para aqueles que compuseram a Comissão Especial do Novo Código da Mineração (PL 0037/2011).

De acordo com Oliveira (2013), através de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que mapeou os doadores da campanha das eleições de 2010 e mostrou que 20% do total de doações adveio de empresas vinculadas à atividade mineral. Esse quadro se agudizou nas eleições seguintes, quando essa porcentagem subiu para 42%.

³⁰ Essas constatações são importantes para nosso problema de estudo em razão da centralidade que a política neodesenvolvimentista ganha e se expressa na ampliação do CIPP com a construção das termelétricas e da siderúrgica. A tese de Guiot (2015) revela as alianças feitas por esses governos, com as indústrias do agronegócio e da mineração, ainda no período da sua primeira candidatura.

Esse quadro, que contou com importantes ações do PAC, mostra que o empresariado produtor de commodities advindas tanto do agronegócio quanto da mineração, contou com o consenso do “governo de esquerda” para execução do seu plano de continuidade de superextração dos bens comuns da natureza e superexploração da classe trabalhadora.

A chamada ideologia neodesenvolvimentista se apresenta neste cenário que estamos investigando da segunda metade do início dos anos 2000. De acordo com Sampaio Jr. (2012) “A perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas” (p. 685). Assim, observamos que as expropriações contam com uma considerável contribuição do Estado no interior do desenvolvimentismo e o CIPP é uma boa expressão disso.

Atualmente o complexo é formado por 80 empresas, de acordo como a Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP)³¹. Dessas, 40 são associadas à AECIPP até o momento, assegurando “[...] 15.5 mil empregos diretos e um faturamento anual superior a R\$ 14,6 bilhões”. Ainda de acordo com a Associação, são 22 empresas associadas em operação e as demais em fase de implantação. Juntas, totalizam investimentos da ordem de 28,5 bilhões³². Abaixo organizamos um quadro com as empresas associadas, destacando seus ramos de produção.

Quadro 1 - Empresas Associadas à AECIPP

Empresa	Ramo de Produção	Empresa	Ramo de Produção
1. Aço Cearense Comercial	Siderurgia - Produção de aço.	21. Makro Engenharia	Mercado de engenharia de movimento, realiza operações de içamento e transporte de cargas, armazenamento e logística.

³¹ Disponível em: <http://www.aecipp.com.br/pt-br/cipp>. Acesso em 20 de setembro de 2022. Fundada em 2015, conta com 26 (vinte e seis) empresas associadas e tem como objetivo principal fortalecer a atividade empresarial na região. “Formada em sua maioria, por empresas âncoras, isto é, capazes de gerar cadeias de suprimento e porte suficiente para promover o arranque do desenvolvimento da região, têm representação superior a 90,0% do PIB do Complexo”. Disponível em: <http://www.aecipp.com.br/pt-br/sobre-aecipp> Acesso em: 18 de junho de 2021.

³² Disponível em: <http://www.aecipp.com.br/pt-br/sobre-aecipp>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

2. Aeris Energy	Fabricante de turbinas eólicas.	22. Mineração Acaua	Empresa do ramo mineral, cuja principal extração é quartzo.
3. APM Terminals	Terminal para movimentação de contêineres ultra grandes (ULCVs) de até 400 metros de comprimento e 56 metros de largura, com calado de 15,2 metros.	23. Nilo Construções e Montagens	Serviços de Engenharia pesada.
4. APSV Advogados	Empresa de advocacia.	24. MRS Ambiental	Desenvolvimento e soluções para todas as etapas do licenciamento ambiental.
5. BF Fortship	Agenciamento, afretamento, operações portuárias e consultoria logística.	25. Núcleo Saúde do Trabalhador (NST)	Empresa especializada em saúde e segurança do trabalho.
6. Brasilimp	Gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos advindos das indústrias.	26. Nova Era Consultoria Aduaneira	Consultoria, planejamento integrado de operações, despacho aduaneiro, frente internacional.
7. Companhia Industrial de Cimento Apodi	Produção de cimento e materiais de construção.	27. Pecém Development	Gerencia o Polo Multimodal Pecém, área retroportuária de apoio a Zona de Processamento de Exportação (ZPE).
8. Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S.A)	Empresa de economia mista criada por meio de Decreto da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, responsável por toda infraestrutura demandada pelas indústrias do CIPP.	28. Phoenix Services LLC	Serviços destinados às produtoras de aço.
9. Cordeiro Guindastes	Mercado de engenharia de movimentação de cargas.	29. Portfolio Consultoria Empresarial	Serviços nas áreas de gestão, tecnologia e formação.

10. Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP)	Siderurgia - Produção de placas de aço.	30. Roca Brasil	Produção de louças, metais sanitários, acessórios, banheiras e colunas de hidromassagem, pisos e revestimentos cerâmicos.
11. Daniel Transportes	Transporte de cargas.	31. Recovery Tecnologia Ambiental	Especializada no tratamento e destinação final de efluentes e resíduos, projetos de saneamento e operações em estação de tratamento.
12. DSM Produtos Nutricionais do Brasil	Nutrição e saúde humanas, nutrição animal e ciências de materiais.	32. Serviço Social da Indústria - SESI	Ações de segurança e saúde do trabalhador.
13. EDP - Porto do Pecém Geração de Energia	Oferta integrada de energia e serviços.	33. SG Premoldados	Produtos com tecnologias especializadas no ramo da construção civil.
14. Eneva	Geração de energia térmica integrada aos campos produtores de gás natural.	34. Tecer – Terminais Portuários do Ceará	Prestadora de serviço operacional no Porto do Pecém.
15. Grupo Empresarial EVSA	Responsável por manutenção e apoio às operações produtivas e administrativas.	35. Termaco Logística	Transporte terrestre de carga fracionada.
16. Fornecedor de Máq. e Equipamentos	Máquinas e demais equipamentos industriais.	36. TMC Transporte	Transporte de cargas gerais.
17. Ferrovia Transnordestina Logística	Transporte de cargas ferroviárias.	37. Tomé Equipamentos e Transportes	Serviços de transportes especiais de cargas.
18. Gerdau/Silat	Siderurgia - Produção de aço.	38. Unilink	Operadora Portuária, possui guindastes Liebherr MHC 400.

19. Intergis Logística	Opera píeres a granel e cais de contêineres	39. Unimed Ceará	Oferta do serviço particular de saúde aos/às trabalhadores/as do CIPP.
20. KW DO BRASIL	Fornecedora de uma plataforma de serviços industriais especializados nas áreas de serviços complementares, manutenção e montagem eletromecânica.	40. VLI - Valor da Logística Integrada	Serviço de transporte com logísticas que integram portos, ferrovias e terminais

Fonte: Elaboração nossa, construído a partir das informações públicas da AECIPP.

Conforme é possível observar no quadro, as principais empresas instaladas no CIPP estão vinculadas à atividade mineral, apesar de não identificarmos à primeira vista. Aço Cearense, Gerdau, Cimento Poty, Phoenix Services LLC, CSP, Roca Brasil e EDP que gera energia a partir da queima do carvão mineral. As demais empresas estão vinculadas ao transporte de cargas, logística do CIPP e proteção e saúde dos(as) trabalhadores(as).

Aqui revelamos o primeiro achado do trabalho que apresenta elementos de análise desta tese. Não encontramos até o momento pesquisas sobre o CIPP que identifiquem a economia mineral que circula no complexo, seja na produção de *commodities* de aço para exportação, na utilização dos minérios como combustível e geração de energia ou no fornecimento de produtos derivados para construção civil. O que nos exige uma atenção, é encontrarmos uma atividade que tem origem no período colonial (primeiro ciclo do ouro no século XVII), de acumulação primitiva de capital, permanecer movimentando a economia contemporânea, mas agora no formato de *commodities* e sob a lógica da modernização e da alta tecnologia.

Afirma Gorender (2016) que “A utilização de escravos (zados/as) na mineração não diferiu praticamente do seu emprego nas atividades agrícolas. Em geral, revestiu-se de características ainda mais esmagadoras” (p. 106). Ainda sobre o “escravismo colonial” e a mineração Gorender (2016) afirma:

Durante o período de ascensão e de auge da mineração de ouro e diamantes, Minas Gerais se tornou o mercado mais atrativo e de preços mais altos, provocando atrofia da oferta e preços às vezes ruinosos para as outras capitânicas. A “normalização” dos preços veio a ocorrer na segunda metade do século XVIII, quando a mineração entrou em descenso (p. 225).

Saltando para o século XXI, permanecemos com trabalhadores(as) de mineradoras (sejam da extração ou do beneficiamento) sob condições de extrema precarização das relações de trabalho e correndo risco de vida. Notícia recente mostra que a Vale é devedora de 275 milhões de reais para a Previdência Social, sem falar das dívidas ambientais desta empresa por todo o mundo.

Pesquisa realizada em 2017 avalia os impactos sociais em cidades de Minas Gerais, estado responsável por 46% da economia mineral do país, a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), feito com base em estatísticas públicas disponibilizadas por alguns ministérios (Bernardo; Santos; Pires, 2017).

Mesmo que os recursos minerais geralmente estejam associados à riquezas, os efeitos quanto ao desenvolvimento local da extração mineral podem ser entendidos sobre três perspectivas: que a extração trará mais malefícios que benefícios; que a mineração é um trampolim para o desenvolvimento; e que ela gera oportunidades e desafios conjuntamente, cabendo às regiões mineradoras superarem os entraves que surgirem (ENRÍQUEZ, 2007 apud BERNARDO, 2017, p. 6-7).

Não é à toa que, conforme a tabela apresentada, existem algumas empresas no CIPP destinadas à segurança, proteção e saúde dos(as) trabalhadores(as). A existência de uma empresa que é responsável pela garantia de planos de saúde a todos os(as) trabalhadores(as), propositalmente brindar a chegada dos principais acidentes e acometimentos à saúde daqueles no serviço público de saúde. Desta forma as notificações de acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho não acontecem junto ao Sistema Único de Saúde (SUS)³³. Apesar disso, encontramos informações advindas do sindicato dos trabalhadores do CIPP que evidenciam as contradições dessa realidade. No capítulo posterior analisaremos melhor esse aspecto.

Uma estreita e considerável continuidade da combinação entre o arcaico e o moderno que estrutura o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, em especial, no Nordeste, como sinalizamos anteriormente. Conforme veremos no derradeiro capítulo desta pesquisa, as condições de trabalho e de vida das populações que estão na área ocupada pelo complexo, permanecem arcaicas, com acesso restrito aos direitos sociais e precárias condições de trabalho

³³ Durante uma das atividades que participamos do Fórum dos/das Atingidos/as pelo CIPP, dia 19 de março de 2021, um trabalhador da siderúrgica, sindicalista, relatou que as empresas garantem plano de saúde privado para todos os empregados, pois assim a notificação dos acidentes de trabalho, não são registradas via SUS e, portanto, não são publicizadas.

3. AS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP)

[...] E Severinin todo dia, lavrava a terra macia/E terra lavrada é poesia/ Mexe com mão na terra/ [...] Enchendo os olhos com bem d'raiz/ E mesmo a plantação tava bonita em flor/ E ao seu lado sua companheira/ Tinha o seu amor/ Mas como diz o ditado e haverá de se esperar/ Depois de tudo plantado/ Fazendeiro pede pra Severinin desocupar [...].³⁴

Dedicamos este capítulo para identificar a atualidade das expropriações a partir da pesquisa realizada junto às comunidades que ocupam historicamente a região “invadida” pelo CIPP. Porém, as aproximações que fizemos a esta complexa realidade, nos indica elementos novos relacionados ao colapso dos sistemas ambientais. Trabalhadores(as) com seus meios de produção também foram submetidos(as) ao capital, conforme as expropriações originárias capturadas por Marx no trânsito para a sociedade capitalista. Entretanto, neste século XXI, o ritmo, a intensidade de superexploração dos bens comuns da natureza, têm também super degradado, contaminado, poluído elementos essenciais para a continuidade da vida na Terra.

Além deste elemento das expropriações na contemporaneidade, que retomaremos no derradeiro capítulo, o Estado, independente dos governos (ora liberais, ora progressistas), ocupou uma centralidade estrutural para viabilização dos megaprojetos. Este vem concedendo incentivos fiscais, flexibilização das legislações a fim de atender as necessidades ambientais dos megaempreendimentos e amparando com toda infraestrutura que vai desde as desapropriações que desterritorializam comunidades até as reformas e aberturas rodoviárias, concessão de outorgas de água e outras estruturas que levem a água ao CIPP.

Finalmente, faremos também nesta sessão, uma retomada desta categoria a partir das elaborações marxianas e de demais autores(as) que também reconhecem a sua validade para compreender o desenvolvimento desta sociabilidade desde a acumulação primitiva de capitais, alcançando nosso tempo.

3.1 A atualidade da categoria expropriação no contexto do capitalismo periférico

³⁴ “Saga de Severinin”, Vital Farias (1992).

No caminho de realizar aproximações entre realidades complexas a partir de um problema real e local, mas vinculado globalmente com a totalidade das relações sociais, os aportes teóricos são fundamentais. Apesar de o CIPP estar situado na Região Metropolitana de Fortaleza (CE), essa economia tem um trânsito regional e internacional. Para tanto se faz necessário evidenciarmos o lugar do Brasil ao longo da história com sua economia periférica, cuja gênese que nos importa para esta pesquisa está na sua vinculação com o processo de acumulação primitiva do capital.

Marx (2011) alcança essa categoria ao observar as mudanças da sociedade feudal e o início da era capitalista no século XVI a partir da Europa. As necessidades burguesas de livre circulação de mercadorias e de pessoas, rompendo com o mundo feudal, revolucionou o modo de viver e produzir no mundo. Nas palavras do mesmo autor, a acumulação primitiva foi “[...] o ponto de partida do modo de produção capitalista [...] esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção” (MARX, 2011, p. 172).

Toda essa nova ordem de produção e reprodução da vida acontece a partir de um processo violento em que a população camponesa, em especial, é abruptamente expulsa dos campos para impulsionar as manufaturas de lã e a mudança de terras cultivadas para terras de pastagens. Analisando a realidade inglesa, Marx (2001) afirma que os(as) lavradores(as) das terras trabalhavam nas terras dos seus senhores e nos tempos livres trabalhavam para os outros proprietários “[...] eles dividiam com lavradores propriamente ditos a utilização dos bens comunais, onde pastavam o gado, retiravam a lenha, os combustíveis, etc.” (2001, p. 173).

Alguns decretos publicados por Henrique VII (rei da Inglaterra de 1485 a 1509) que obrigavam a permanência das terras de cultivo, assim como proibiam a expulsão de trabalhadores camponeses, não resultaram em nada. Ainda com Marx (2001): “E, sem dizer uma palavra, confiscou-se a parte que a lei garantia sobre os dízimos eclesiásticos aos lavradores jogados à miséria” (2001, p. 175). Pelo ano de 1750, a classe dos(das) camponeses(as) independentes já desaparecera e, nos últimos anos do século XVIII, não existiam mais traços da propriedade comunal dos agricultores “[...] liberaram a população agrícola em benefício da indústria” (p. 175-176).

De 1814 a 1820 esses 15.000 habitantes, constituindo cerca de 3.000 famílias, foram destruídos por fogos ou picaretas e todas as suas terras transformadas em pastagens (2001, p. 177). Na Escócia, os(as) trabalhadores(as) do campo, foram substituídos(as) por 131.000 ovelhas, restando-lhes a proletarização ou a miséria. Essas mudanças, em que os instrumentos de trabalho e os bens comunais que eram próprios dos(das) trabalhadores(as), deixaram de sê-

los, e passaram a compor o processo de acumulação de capitais: é o fundamento da expropriação como condição ineliminável da acumulação primitiva.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os(as) trabalhadores(as) e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o(a) trabalhador(a) e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores(as) assalariados(as).

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor/a e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 963).

A categoria expropriação, capturada por Marx (2001) é fundamental para o entendimento da acumulação primitiva do capital e tem sido central para compreendermos a problemática no CIPP, sabendo que essa categoria, a partir de Marx, expressa a radical separação entre o(a) trabalhador(a) e seus meios de trabalho.

Em razão disso, consideramos importante dialogar com as produções de Marx feitas para o jornal *Gazeta Renana* (1842), particularmente os textos organizados por Bensaid (2017), sobre os ladrões de madeira e o direito dos pobres. Essas publicações de Marx debatem sobre o período em que os(as) camponeses(as) foram proibidos de coletar, inclusive as madeiras já liberadas pelas árvores, que lhes serviriam de combustível (sobrevivência), mas também para comercialização. É um período de “pauperismo rural”, em razão do novo ordenamento social, e o furto de produtos florestais passou a ser uma resposta a isso.

A madeira que antes tinha um valor de uso tanto para os possuidores, quanto para os proprietários, com o “[...] circuito de criação de valor comercial torna seu valor de uso e seu valor de troca indissociáveis” (BENSAID, 2017, p. 15). Outrora, a madeira, um bem dado pela natureza (causal), era utilizada por servos(as), camponeses(as) e senhores feudais. Era um bem comum natural, de uso coletivo dessas classes. Porém, com os cercamentos e a expulsão das populações camponesas, a madeira passou a ser também cercada, apropriada não mais por todos os grupos, mas somente pelos arrendatários de terras.

Em face das necessidades de reprodução da nova classe (capitalista), o Estado cria legislações que passam a distinguir “[...] com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de troca da economia de subsistência” (BENSAID, 2017, p. 17). Dessa

forma, os “despossuídos” passam a ser criminalizados, inclusive, pela coleta dos galhos soltos nos campos. “[...] o coletor de madeira seca apenas executa uma sentença já proferida pela própria natureza da propriedade, pois o que se possui é a árvore, mas a árvore já não possui aqueles galhos” (p. 18).

Para o campo teórico que afirma o atraso das contribuições marxianas, que considera ultrapassada sua teoria, essas reflexões podem até soar enfadonhas e exaustivas. Entretanto, consideramos que retomá-las tem sido crucial para que possamos compreender as expropriações na contemporaneidade, mais precisamente na região do CIPP, relacionadas à produção de energia pelas termelétricas e de minérios pela siderúrgica, resguardadas, obviamente, suas particularidades, inclusive temporais.

Não obstante, essa categoria/conceito, expropriação, ter sido capturada por Marx para evidenciar aquele período da nascente era industrial, compreendemos que, passados alguns séculos, ela se atualiza e nos auxilia no desvelamento dos processos de acumulação de capital na atualidade. Assim, a partir de Bensaid e Marx (2017), conseguimos refletir porque algumas formas de apropriação dos bens comuns da natureza são criminalizados e outros não. Não seria também crime a apropriação das águas, das terras e dos ares pelo capital (empresas de siderurgia e termelétrica do CIPP)? Considere-se que esses bens comuns eram outrora de uso coletivo das populações indígenas, camponesas e demais grupos populacionais que ocupam e/ou ocupavam esse território. Essas empresas são a expressão da acumulação, não mais primitiva de capitais, mas que se vale de estratégias semelhantes desde a sua gênese, qual seja, as diversas formas de expropriação das “gentes” e da natureza.

Sobre isso, questiona Marx (2017): “Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?” (p. 19). Fontes (2010) retoma as elaborações de Marx e sua afirmativa de que para acumulação capitalista há “sempre sucessivas expropriações”. Suas elaborações afirmam que as expropriações, inclusive as contemporâneas, permanecem sendo condição social para plena expansão capitalista, “(...) realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural” (FONTES, 2010, p. 71).

Nesse texto, a autora evidencia alguns exemplos de expropriações seja em países de economia capitalista consolidada, seja em economias “periféricas”. Em muitos países, a subalternização de trabalhadores foi realizada sob condições extremas, com o decisivo apoio militar dos países centrais e, em especial, dos Estados Unidos. Assim, a pretensa dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar, e sim

formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão (FONTES, 2010).

Constituem, a meu juízo, não externalidades ou resquícios, mas lutas plenamente internas, que incluem a capacidade renovada de contrapor tradições diversas à forma aniquiladora da imposição generalizada do capital. Reagem abertamente às características fortemente desiguais da subordinação expropriadora capitalista, que não se amainaram e, ao contrário, se aprofundaram. Movimentos populares de base campesina vêm atuando com caráter fortemente anticapitalista, luta caracteristicamente interna, e não apenas com viés romântico, de retorno a um tempo anterior mitificado, desde uma posição externalizada (FONTES, 2010, p. 73).

Há uma tendência de os processos de expropriação alcançarem a vida em sua totalidade, além da terra e do território (natureza fundiária), os bens de uso comum, a partir das relações de trabalho e acumulação de capital nestes tempos. As expropriações contemporâneas incidem também sobre persistências culturais, tradições, sobre conquistas sociais (direito à saúde, à educação, por exemplo, crescentemente privatizados) e sobre elementos naturais, cuja mercantilização resulta de uma massiva expropriação, como as águas ou patentes sobre elementos genéticos (ou mesmo sobre formas de vida (FONTES, 2006).

Feitas essas aproximações iniciais dos processos de expropriação, cujas relações de vida e de trabalho revelavam maior dependência dos recursos naturais – com a consequente conversão em força de trabalho à disposição do capital –, faz-se necessário considerar a particularidade das Américas, na acumulação primitiva de capital, buscando identificar os traços essenciais que se projetam aos dias atuais.

Não há dúvida, conforme a história, que a Europa mercantil buscava a expansão do seu comércio. As expedições marítimas em busca de especiarias, minérios e tantas outras mercadorias, com o amparo da igreja católica, foram uma das estratégias utilizadas para tal.

3.2 O Estado nos processos de expropriações contemporâneas

Harvey (2005) associa as expropriações à, por ele denominada, acumulação por espoliação. Defende a tese de que nesta fase do capitalismo com práticas imperialistas neoliberais e neoconservadoras, a eliminação de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, água, conhecimento) se diferencia da acumulação por

reprodução expandida. O mesmo autor compreende a expropriação (como “um momento original”), a acumulação por despossessão como uma forma arcaica, vinculada a acumulação primitiva do capital. Em razão disso nomeia a fase atual de acumulação do capital de espoliação, haja vista, na sua compreensão, essa ser “qualitativamente” diferente da acumulação tradicional. “[...] a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2010 apud FONTES, p. 63).

Ainda neste campo de autores(as) que conseguem examinar a realidade que vivemos na contemporaneidade a partir das expropriações, estudiosos latino-americanos também encontram lugar por toda América Latina, dessa problemática. Galafassi (2012), revela a movimentação dessas categorias a partir da expansão do agronegócio e do extrativismo mineral na Argentina. Entre “os velhos e novos cercamentos”, ele visibiliza essa estratégia do capital e o esgotamento dos bens comuns da natureza, que podem se converter em extinção.

[...] nuevas formas de cercamiento, que implican la anulación creciente de los derechos básicos de los pueblos que aún no habían sido del todo integrados al capitalismo en proceso de mundialización. Esta, llamada por muchos, ‘acumulación mediante desposesión’ adquiere entonces en la actualidad una evidente visibilidad, dado que el tantas veces anunciado agotamiento de los recursos comienza a vislumbrarse como cada vez más cerca” (GALAFASSI, 2012, p. 6).

Essa é a base da história dos países do sul, incluindo África e a ininterrupta “doação” de matéria prima e mão de obra superexplorada para a acumulação primitiva do capital, que continua seu processo ao longo do tempo. Essa estratégia do período colonial de expansão das metrópoles que substituem formas de trabalho e organização da vida permanece acontecendo. A separação das populações dos seus históricos meios de trabalho e a transformação destas em celeiros de trabalho assalariado constituem novas colonizações, ou reterritorialização do capital, agora com os aportes da tecnologia. Desta forma identificamos que a acumulação primitiva não está vinculada somente ao início da organização da sociabilidade capitalista, não é uma categoria conectada com o século XVI, ela permanece garantindo a reprodução capitalista como um todo.

Apesar disso, o autor já mencionado, destaca que há diferenças nas formas de acumulação primitiva. Aquelas primeiras buscavam consolidar a propriedade privada como base estrutural e fundadora de uma nova forma de sociabilidade; na contemporaneidade a acumulação primitiva acontece já sob essa ordem instituída.

Así, mientras que en los primeros cercamientos se trataba justamente de fundar la propiedad privada como pilar fundamental de la sociedad, en la actualidad se trata de expandir los espacios alcanzados por la propiedad privada o recuperar aquellos ámbitos donde se había tenido que ceder cierto terreno (GALAFASSI, 2012, p. 10).

Inicialmente, temos na história do Estado brasileiro mais de três séculos de um regime que vai forjando uma burguesia nacional, sob aspectos arcaicos, a exemplos das oligarquias escravocratas, e modernos, que busca sua inserção na rota de expansão capitalista ao final do século XIX. Esse Estado que inicialmente queria manter a mão de obra escravizada, portanto contrário à transformação em mão de obra livre, passa por diversas fases e, na contemporaneidade, torna-se o principal patrocinador das expropriações. As diversas iniciativas garantidas pelo Estado brasileiro através do BNDES e, em se tratando do CIPP, o PAC, são exemplos disso. O suporte dado pelo Estado para a garantia das expropriações também veio acompanhado da regulamentação de medidas que flexibilizam as legislações para atender tais necessidades lucrativas do capital.

O que foi problematizado por Marx, em meados do século XIX, nos remeteu aos decretos do governo do Ceará que declararam de utilidade pública as terras para viabilização do CIPP, ou seja, o Estado criou legislações para amparar as necessidades expansivas do capital, no contexto do neodesenvolvimentismo, conforme quadro a seguir.

Quadro 2 - Legislações Estaduais referentes ao uso da terra e o CIPP.

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
1995	Lei no 12.535. Dispõe sobre a constituição da Companhia de Integração Portuária do Ceará – Ceará Portos, responsável pelo Porto do Pecém.	“Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade de economia mista, sob a denominação de Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁ PORTOS, tendo por objetivo a construção, a reforma, a ampliação, a melhoria, o arrendamento e a exploração de instalações portuárias e daquelas destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, localizadas no Estado do Ceará, bem como a prestação de serviços correlatos, observada a legislação pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado.” (CEARÁ, 1995)
1998	Decreto Estadual nº 24.957/98 que institui a Área de Proteção Ambiental - APA do Lagamar do Cauípe e do Pecém e o art. 4º da Resolução no 369/06 do CONAMA. Política mitigatória e compensatória dos impactos ambientais gerados pelo CIPP.	“CONSIDERANDO as peculiaridades ambientais do Lagamar do Cauípe e dos entornos da Lagoa do Pecém que os tornam refúgios biológicos de grande valor; CONSIDERANDO os ambientes dotados de equilíbrio ecológico bastante frágil, pela sua própria natureza e intervenção do homem; CONSIDERANDO a necessidade de conscientização da população regional sobre a preservação dessas áreas pelas suas riquezas florística, sedimentar e paisagística, consolidando ações para os seus desenvolvimentos sustentáveis; DECRETA: Art. 1º - Sob a denominação de APA DO LAGAMAR DO CAUÍPE e de APA DO PECÉM, ficam declaradas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), sob as seguintes localizações e delimitações: A APA DO LAGAMAR DO CAUÍPE possui área compreendida em 884,4640 ha, perímetro de 21.232,78 m, situada no município de Caucaia [...] II. A APA DO PECÉM possui área compreendida em 122,7999 ha, perímetro de 5.875, 23m, situada

		no município de São Gonçalo do Amarante”.
2007	Decreto Estadual Nº 28.883/2007. Declara uma extensa área, ocupada tradicionalmente por dezenas de comunidades como de utilidade pública.	“CONSIDERANDO que a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em fase de implantação, tem por finalidade criar novas perspectivas de desenvolvimento para o Estado, independentemente das suas condições climáticas [...] Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriações e implantação das obras e serviços do Parque Industrial do Pecém, a área de terra, suas construções e benfeitorias existentes”.
2012	Decreto 30.998/2012 declara de utilidade pública para fins de desapropriação uma nova área, atendendo a ampliação do CIPP.	“CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das desapropriações para atendimento aos empreendimentos em implantação e/ou em projeto, bem como as infraestruturas públicas do Complexo Industrial e áreas adjacentes; CONSIDERANDO que as áreas já desapropriadas e em processo de desapropriação, visam atender aos empreendimentos consolidados para o CIPP; CONSIDERANDO a necessidade de consolidação do Plano Diretor para disciplinamento da ocupação industrial desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, bem como os projetos de infraestrutura desenvolvidos no Complexo Industrial e Portuário do Pecém; CONSIDERANDO os compromissos de investimentos e prazos assumidos pelo Governo do Estado, através dos Protocolos de Intenção, Termos de Compromisso e demais instrumentos que estabelecem as obrigações do Governo do Estado na implantação do CIPP. DECRETA: Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação das obras e serviços do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a área de terra, suas construções e benfeitorias existentes, delimitada no art. 2º deste decreto, conforme dados poligonais, equivalente a 161,08km ² (cento e sessenta e um vírgula zero oito quilômetros quadrados) entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo de Amarante, conforme memorial descritivo e planta, constante dos anexos I e II, deste decreto.

Fonte: Elaboração nossa.

Tais iniciativas estão imersas no “governo das Mudanças” do Estado que aposta na industrialização como estratégia de desenvolvimento, em consonância com as políticas desenvolvimentistas pensadas para o Nordeste desde as décadas de 1950-60. Em se tratando do Ceará, teremos particularidades relacionadas à “Era Tasso Jereissati”, momento de materialização daquelas políticas pensadas para o Nordeste. Esse governo realiza uma explícita aliança com os empresários industriais do Estado. De acordo com Nobre (2008) o governo do estado neste período consegue atender as necessidades de mundialização do capital e dentre as medidas tomadas, estão as de caráter político-burocrático em âmbito local.

Isto ocorre, sobretudo, ao se afirmar a modernização econômica, nos termos de uma inserção no mercado mundial, como a única forma de se superar a pobreza desta região, e também de que essa modernização implicava erradicar os tradicionais padrões de intervenção política que aí predominavam. Tudo isto significa que as necessidades do capital são apresentadas e legitimadas por esses governos neoliberais como uma demanda e uma conquista de toda a sociedade, sobretudo a modernização

da política que foi requerida para impulsionar o desenvolvimento capitalista local (NOBRE, 2008, p. 59).

Em nossa compreensão, a criação das citadas legislações atende às medidas político-burocráticas desse “governo das mudanças”. Essas legislações do Estado cearense, desapropriaram terras para fins de utilidade pública, mas que na verdade foram apropriadas pelo capital. Afinal, por toda essa área do CIPP, a única empresa que é de economia mista, é a que administrava o porto, a Companhia de Integração Portuária (Cearáportos) que, em 2017, passou por alterações. Todas as outras são de origem privada de diversas nacionalidades.

A partir de uma mensagem enviada à ALCE pelo então governador Camilo Santana, a Cearáportos mudou sua vinculação administrativa que outrora pertencia à SEINFRA, agora está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), tornando-se a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE-CE) e sua denominação passa a ser Complexo Industrial e Portuário do Pecém S.A (CIPP S.A)³⁵ Conforme informações contidas no site³⁶ da organização, sua missão é:

[...] desenvolver a economia local, regional e nacional movimentando materiais siderúrgicos, fertilizantes, granel e contêineres. O plano diretor divide a região em quatro setores. O primeiro é destinado às termelétricas e à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP); o segundo, à refinaria e polo petroquímico; o terceiro, à área industrial e o quarto, é da área institucional, serviços e ZPE. Grandes e estratégicos empreendimentos para o Ceará estão instalados na região.

Mas para além do aparato legislativo, o Estado se materializou nos territórios através da SEINFRA (na época das desapropriações) e do IDACE, órgãos responsáveis pelo processo de desapropriação, indenização e reassentamento de dezenas de famílias. Todas essas ações possibilitam a continuidade de expansão do CIPP em detrimento da continuidade do modo de vida dos territórios que ocupavam a região. Ou seja, temos o Estado cearense garantindo, possibilitando as condições basilares para a continuidade de acumulação capitalista.

Alguns desses decretos justificam a desapropriação através do desenvolvimento econômico que o CIPP gera para o Estado, não considerando a economia que ali já circulava advinda da agricultura, da pesca, do extrativismo e demais atividades desempenhadas que

³⁵ Sobre a alteração da Cearáportos. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/cearaportos-tem-atuacao-ampliada-e-passa-a-se-chamar-cipp-s-a> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

³⁶ “O Complexo do Pecém, que antes se denominava Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos, é uma empresa de economia mista criada por meio de Decreto da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e sancionada pela Lei n.º 12.536 /95, de 22 de dezembro de 1995, do Governo do Estado do Ceará”. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/#location> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

circulam na economia local. E, semelhante à Inglaterra do século XV com a Lei dos Cercamentos, “[...] a própria lei se tornou instrumento de espoliação” (MARX, 2017, p. 23).

O autor reflete nesta sessão sobre o direito de propriedade e o direito de existência. Alguns(mas) estudiosos(as) marxistas têm empenhado tempo em compreender a fase atual do capital e suas novas formas (também constituídas por antigas formas) de expropriação. Destacamos as contribuições de Harvey (2005) em “O Novo Imperialismo”. A partir de um “materialismo histórico-geográfico”, o autor evidencia a disputa pelo controle do petróleo no oriente médio, por sua vez, o controle da economia mundial pelos Estados Unidos, ou seja, o imperialismo norte americano e seu poder de dominação territorial do espaço e do tempo capitalista.

Nessa fase do capital imperialista, de financeirização e que ultrapassa as fronteiras geográficas dos Estados, com sua autodomação, Harvey (2005) categoriza esse motor do capital de “acumulação por espoliação”; “[...] custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com forte apoio dos poderes do Estado” (2005, p. 128). Em busca da superacumulação, o capital se expande geograficamente, no tempo e no espaço, explorando e condicionando os(as) trabalhadores(as) e populações do entorno a piores condições de existência. A “acumulação por espoliação” é esse processo de novos mecanismos de acumulação, a exemplo do processo de estrangeirização das terras brasileiras ou dos transgênicos acompanhados pelos agrotóxicos e a produção mecanizada.

A acumulação por espoliação e os processos de expropriação também se manifestam por meio das grandes obras e dos megaprojetos. Como observamos, não somente no Ceará, mas também em outros Estados do Nordeste, regiões destinadas aos Complexos Industriais privados, as já conhecidas ZPE’s, são exemplos particulares dessas contradições e desigualdades geradas nesta fase de acumulação capitalista. As empresas contam com diversos incentivos do Estado, como já mencionamos, respaldados com os aportes jurídicos, legais.

Ao CIPP foi garantido pelos governos do estado e federal, a construção e reforma da malha rodoviária, incluindo todas as vias de acesso ao complexo, a criação de escolas técnicas profissionalizantes³⁷, estruturas hídricas etc., para atender às necessidades desse sistema econômico.

³⁷ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE/Campus Pecém, começou a funcionar no ano de 2016, mesmo ano em que tem início a fase de operação da siderúrgica. “O campus é fruto de doação do antigo Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC), construído pelo Governo do Estado do Ceará, numa visão de futuro para atender às demandas latentes de capacitação e as que se apresentarem ao longo da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém”. Esse campus funciona com os cursos técnicos de: Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho e Química. Disponível em: <https://ifce.edu.br/pecem/campus-pecem/o-campus> Acesso em: 18 de maio de 2022.

Em se tratando das estruturas hídricas, temos a construção do Canal do Trabalhador em 1993, durante o governo Ciro Gomes. Com 113 km de extensão, capta água proveniente do rio Jaguaribe, a partir do Açudes Orós, despejando-a no Açude Pacajus para abastecer a Região Metropolitana de Fortaleza. Através do Eixão das Águas³⁸, advindo do Açude Castanhão, se juntam ao Canal do Trabalhador e abastecem também a região metropolitana, incluindo do CIPP³⁹.

Outro importante empreendimento hídrico realizado pelo Estado, foi o Cinturão das Águas (CAC). De acordo com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado (SRH)⁴⁰, sua principal função é direcionar as águas advindas da Transposição do Rio São Francisco pelo território cearense.

São 145,3 km de caminhamento [**Trecho 1**], compreendendo segmentos de canal a céu aberto, túneis e sifões, com a função de aduzir a água derivada da barragem Jati, no município de mesmo nome, situada no Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), na região hidrográfica do Rio Salgado, até as nascentes do Rio Cariús, no município de Nova Olinda, na região do Alto Jaguaribe (RELATÓRIO EXECUTIVO CAC, 2021).

A partir do Mapa apresentado pela SRH⁴¹, a obra terá cinco trechos que, inclusive, um deles se encontra com o Eixão das Águas e finda com o trecho 5, no CIPP. No início dos anos 2000 diversas entidades e organizações da sociedade civil⁴² já denunciavam que a Transposição do Rio São Francisco no Ceará não iria passar pelo sertão, por territórios camponeses que de fato têm demanda por água. Ao contrário do que propagandeavam tanto governo estadual, quanto federal, a transposição do Rio, passaria por áreas que já contam com o abastecimento hídrico em razão dos investimentos nas grandes culturas da fruticultura irrigada – agronegócio. Observamos novamente, conforme sinalizamos no capítulo anterior, a conexão do CIPP com o agronegócio.

Outra importante obra que também desemboca no CIPP e conecta as commodities minerais e agrícolas do país à região Nordeste, é a Ferrovia Transnordestina. Essa é resultado da parceria entre a CSN e o governo federal. Tem 1.753 km de extensão, passando por 81

³⁸De acordo com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado (COGERH), é [...]uma das maiores obras de transferência de água do país, com início da operacionalização em 2005” e prevê a segurança hídrica do Estado por trinta anos - “[...] para abastecimento populacional e Industrial da Região Metropolitana de Fortaleza”; com a extensão total de 255 km. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/eixao-das-aguas/>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

³⁹ Disponível em: <http://www.royalconstrucoes.com.br/index.php/canal-do-trabalhador/>. Acesso em 19 de junho de 2022.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/cinturao-das-aguas-do-ceara/> Acesso em: 19 de junho de 2022.

⁴¹ Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/mapas-cinturao-das-aguas-do-ceara/> Acesso em: 19 de junho de 2022

⁴² No período foi criada a Frente Cearense por uma Nova Cultura de Água e contra a Transposição das Águas do rio São Francisco. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/12/17/manifesto-nao-ao-atual-projeto-de-transposicao-do-rio-sao-francisco/> Acesso em: 19 de junho de 2022.

municípios entre os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco (no Complexo Industrial e Portuário de Suape). “A ferrovia terá capacidade para transportar 30 milhões de toneladas por ano, com destaque para granéis sólidos (minério e grãos)” (CSN, 2022)⁴³.

Por fim, outro importante empreendimento que insere a economia cearense na lógica do mercado capitalista mundial de *commodities* e energética e que também tem relação com o CIPP, é o Consórcio Santa Quitéria (CSQ). Formado pela Fosnor (Fosfatados do Norte-Nordeste S.A), detentora da marca Galvani e pela empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil (INB), objetiva minerar o colofanito (urânio associado ao fosfato). A jazida é considerada a terceira maior do mundo em concentrado de urânio e está localizada no sertão cearense, entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira (RIMA, 2022).

O Consórcio prevê a produção anual de 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados, 220.000 fosfato bicálcico destinados ao agronegócio (monoculturas de grãos e ração animal, respectivamente) e 2.300 toneladas de concentrado de urânio para geração de energia nuclear e abastecimento das usinas de Angra do Reis, no Rio de Janeiro. Toda essa produção tem a previsão de ser escoada via CIPP. Há a previsão de investimento na casa dos 2 bilhões e o CSQ deverá durar por 20 anos (RIMA, 2022). Organizações da sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, incluindo os Anacé dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, temem os impactos da energia nuclear.

Essa teia de conexões que o Complexo estabelece com outros empreendimentos no Ceará, mas também com outros estados do Nordeste, explicita essa lógica de produção integrada do capital, a fim de reduzir os custos e aumentar os lucros, dinâmica constitutiva e impulsionadora dos megaprojetos.

Ao passo que o Estado contribuiu com todas essas obras que estão interligadas ao CIPP, não garantiu uma maior e melhor estrutura para atender às novas demandas decorrentes das atividades do CIPP, por exemplo, de adoecimento da população em razão da exposição à poluição do ar. Ao passo que cavou poços profundos, desviou cursos de rios e recolheu águas de lagoas para as indústrias, não atendeu o direito ao saneamento básico das comunidades, cujos olhos d'águas secaram, e o hoje dependem da compra de água, advinda de carros pipas. Partindo da dinâmica capitalista, houve um processo de valorização do território, a partir dos investimentos realizados. O que resultou disto foram impactos ambientais e sociais que são desconsiderados pelo capital e pelo próprio Estado. Neste caso, o estado do Ceará realizou

⁴³ Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/tlsa/> Acesso em: 19 de junho de 2022.

investimentos com vistas a impulsionar a acumulação com a conseqüente valorização do território.

Na contemporaneidade, como sinalizamos anteriormente, esse processo acontece com todo o suporte legislativo e executivo do Estado. O mesmo Estado que legisla para expropriar, expropria sobre direitos também garantidos pelo próprio Estado, inclusive com a suspensão dos direitos sociais historicamente conquistados e instituídos legalmente, subalternizados às necessidades dessa fase do capital (BOSCHETTI, 2018; MOTA, 2018).

Considerando o projeto neoliberal instituído pelos países de economia central, buscando a superação de mais uma crise do capital, alguns autores chamam as expropriações contemporâneas de “novos cercamentos” (GALAFASSI, 2012). Está na agenda dos Estados, o avanço sobre a exploração dos bens comuns da natureza, desde o período pós-guerra.

No CIPP o cercamento das terras expulsou comunidades (identificar quantas e quais foram as comunidades reassentadas e/ou indenizadas) impedindo que permanecessem com suas práticas de trabalho e, por sua vez, da sobrevivência através da agricultura e da pesca, práticas que predominavam antes da chegada do complexo. Para as que permaneceram nos territórios, estarem cercadas por empresas impediu de forma semelhante continuarem suas práticas de usufruto dos bens comuns da natureza em razão dos impactos ambientais impressos pelo funcionamento, em especial, da siderúrgica e das termelétricas. A poluição do ar e das águas, não possibilitam as culturas agrícolas produzirem como anteriormente, revelando, na nossa compreensão, outras formas de “cercamento”, de expropriações. O pó cinza, preto e brilhante, perceptível por toda a região, impede as plantas de se desenvolverem. Além disso, a grande quantidade de água destinada ao complexo, secou e fez desaparecer rios, afluentes de rios e lagoas, o que eliminou também, a prática da pesca. Essas mudanças empurram as populações a buscarem empregos nas empresas do CIPP, que por sua vez não corresponde a essa demanda e passam a integrar a superprodução relativa.

3.3 Reterritorialização e expropriações do capital no CIPP

Inteirando este terceiro capítulo, escolhemos iniciar a apresentação da pesquisa de campo através das entrevistas realizadas, mas antes consideramos importante situar nosso lugar de compreensão sobre “território”, categoria que já estamos nos referindo desde o início desta escrita.

A partir das contribuições de Haesbaert (2004), desde a sua origem o território remete tanto à terra, quanto ao terror, aterrorizar, apontando sua relação com uma dominação jurídico e política; “[...] podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”. Desta forma, território estabelece relação com poder, no aspecto de domínio, dominação, mas também de apropriação. Lefebvre (1986) distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”). Em sua compreensão, o primeiro tem relação com um processo simbólico, mas constituído das relações sociais estabelecidas, do valor de uso, e o segundo mais concreto, vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (Lefebvre, 1986, p. 411-412, apud HAESBAERT, 2004).

Partindo desta compreensão de território, percebemos a “territorialidade” englobando uma “propriedade de territórios”, como uma compreensão ampla de território. “[...] a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território”.

Essas duas lógicas de poder dentro do sistema mundial de acumulação aparecem também associadas a dinâmicas espaciais distintas - uma, o "capitalismo" em sentido estrito, seria marcada sobretudo pelo "espaço dos fluxos" das grandes organizações empresariais, enquanto a outra, o "territorialismo", marcado pela lógica estatal, seria também o domínio do "espaço dos lugares" (HAESBAERT, 2004, p. 4).

Além das categorias território e territorialidade, a reterritorialização também se apresentou durante a pesquisa como estratégica para compreendermos as transformações e expropriações realizadas em razão da implantação do CIPP. Alguns autores afirmam a existência de múltiplos territórios em resposta à “desterritorialização”, referindo-se aos grupos expulsos ou que têm seus territórios destruídos.

Em consonância com o pensamento de Haesbaert (2004) entendemos que a acumulação capitalista que se materializa através do complexo do Pecém, reterritorializa comunidades. As expropriações empregadas pelo CIPP, alteraram as formas de domínio e de apropriação das comunidades dos seus territórios, particularmente suas relações de trabalho e, conseqüentemente, com os bens comuns da natureza, que também agudizou as contradições entre o capital e a natureza. Sobre isso, afirma Galafassi:

Tanto por el lado de los cercamientos, como de la separación o la contradicción capital-naturaleza, se puede ver que los procesos de acumulación por desposesión

actuales (en tanto continuación y persistencia de prácticas predatorias características de la acumulación originaria) involucran procesos y situaciones de rápida apropiación y usufructo de porciones valiosas de ecosistemas, territorios y bienes comunes aún no privatizados, con el objetivo de inyectar al mercado mundial grandes cantidades de materias primas y servicios con el objetivo de intentar incrementar o, por lo menos, mantener las tasas de rentabilidad del capital (2012, p. 15).

Essas novas formas de apropriação dos bens comuns, impostas pelo CIPP, cujo tempo e ritmo são acelerados, foram identificadas nas pesquisas bibliográficas e documentais já mencionadas, mas também através das entrevistas que realizamos durante a pesquisa de campo. Senão, vejamos:

Você bota uma bacia no inverno, amanhece o dia com água da chuva. Você olhando assim parece que você tirou é água de carvão, parece carvão mesmo! Aí o chão, aqui lavam, no outro dia você passa a mão, está o pó preto. Eu não uso nem nada branco aqui porque não adianta. A água de lavar roupa da minha cacimba, é amarela e a poeira, quando você vem cedo, ave maria!, que coisa imunda, só a poeira da fumaça né?! (CHUVA).

As comunidades do Saquinho, Olho D'Água e Tanques, vinculadas ao distrito de Acende Candeia, junto com o distrito Parada e Lagoa do Pecém, foram as que primeiro sofreram com a operacionalização das termelétricas e siderúrgica, particularmente com o funcionamento das esteiras transportadoras dos minérios. Existem, inclusive, reportagens televisivas que mostram a poeira de carvão mineral e ferro que cobriram a casa das pessoas⁴⁴.

Após denúncias de famílias do distrito Parada, que acolhe alguns assentamentos rurais e está a 300 metros das esteiras transportadoras (estruturas que transportam ferro e carvão mineral do porto para as termelétricas e para a siderúrgica), as empresas foram notificadas pelo Ibama, que embargou o funcionamento das esteiras transportadoras, em 2016⁴⁵. As mesmas já haviam sido embargadas pela Superintendência de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) em julho de 2012 e voltaram a operar em dezembro de 2013. Retornou a operacionalização em 2019⁴⁶ e as famílias da Parada voltam a demandar do Estado o reassentamento, considerando a impossibilidade de permanecerem nos seus territórios.

Questionada sobre as mudanças que percebeu com a ampliação do Porto do Pecém, uma das entrevistadas identificou primeiramente aquelas relacionadas às alterações junto aos bens

⁴⁴ Uma dessas reportagens realizadas pelo CETV 2ª edição, em 2013, justifica a suspensão do licenciamento ambiental das esteiras transportadoras de ferro e carvão mineral emitidas pela SEMACE e mostra os problemas enfrentados por moradores/as das comunidades mais próximas. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2691529/> Acesso em: 15 de julho de 2022.

⁴⁵ Reportagem sobre essa situação. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/ibama-embarga-correia-transportadora-do-cipp-1.1620981> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁴⁶ Reportagem sobre a retomada do funcionamento das esteiras. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/moradores-do-pecem-voltam-a-sofrer-com-fuligem-de-carvao-mineral-da-csp-1.2167561> Acesso em 20 de novembro de 2021.

comuns da natureza, como por exemplo, as mudanças no ar decorrentes tanto do transporte dos minérios do porto para as termelétricas e siderúrgicas, quanto da elevada emissão de fumaça advinda da queima do combustível.

De acordo com o Relatório Técnico feito pela Comissão Especial de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, publicado em novembro de 2019, os principais impactos da siderurgia e da termelétrica confirmam as percepções das entrevistadas. Esse Relatório é resultado de uma visita técnica realizada pela referida comissão, em outubro de 2019, aos distritos de Acende Candeia, Parada e Lagoa do Pecém. As análises foram realizadas com base em depoimentos de moradores(as), visitas técnicas, coletas de dados em campo e análise de dados secundários.

Evidenciam-se, principalmente, “[...] os impactos do pó de carvão proveniente da esteira transportadora de minérios, a ‘chuva de prata’ que consiste na precipitação de material particulado da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a contaminação e o consumo da água dos aquíferos utilizados pelas comunidades” (SÃO GONÇALO, 2019, p. 2).

Além das alterações atmosféricas, as entrevistadas sinalizaram mudanças nas águas que, decerto, também são observadas em outros estudos. O Relatório Técnico ao qual já nos referimos, acusa irregularidades no EIA/RIMA do CIPP, referentes aos recursos hídricos.

Outro importante recurso hídrico não citado é o trecho das esteiras sobre o Oceano Atlântico, este situado ao longo da estrada de acesso aos píeres do porto. Esta área é da maior importância ambiental e econômica, tendo em vista que abriga ecossistemas de grande relevância e peixes de importância comercial local. Este recurso hídrico sequer é citado ao longo do estudo realizado e acidentes de derramamento de pó de carvão no oceano e nas praias já foram registrados e autuados (RT-SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2019, p. 17).

O mesmo relatório visibiliza a atividade intensiva na exploração das águas, tanto da siderúrgica quanto da termelétrica, ambas consumindo uma quantidade maior que todos os distritos de Gonçalo do Amarante juntos.

A outorga do Governo do Estado do Ceará para a termelétrica é de 800 litros de água por segundo (70 milhões de litros por dia), o equivalente ao consumo de 600 mil pessoas. Já para a siderúrgica a outorga era inicialmente de 1500 litros por segundo (130 milhões de litros por dia) e foi reduzida para 1000 litros por segundo (86,5 milhões de litros por dia). Dessa forma, apenas esses dois empreendimentos do CIPP já podem consumir até 154.720.000 litros de água por dia, 31 vezes mais do que o consumo mínimo recomendado para toda a população de São Gonçalo do Amarante (sede e comunidades) (RT-SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2019, p. 19).

A entrevistada que nomeamos de Mar também declarou as mudanças observadas e vividas referentes aos bens comuns da natureza. “[Aqui] Era uma vida tranquila. Começou depois dessas indústrias, os pé de planta cheio daquelas lândias brancas e aquele pó véi preto.

Lá em casa eu quero que você veja, quando eu vou varrer é o pó mais horrível do mundo.” (MAR).

Conforme já sinalizamos anteriormente, as duas esteiras foram investimento da SEINFRA. A primeira, que percorre 16 quilômetros para levar carvão mineral do porto às termelétricas, custou R\$ 211,1 milhões. Já a segunda com 11 quilômetros de extensão e carrega ferro para a siderúrgica, custou R\$ 148,3 milhões aos cofres públicos. Elas têm a capacidade de transportar 2,4 toneladas/hora e além do carvão e do ferro, essa segunda também é encarregada de transportar escórias, o rejeito da indústria (RT-SÃO GONÇALO, 2019, p. 9).

Já existem na literatura científica produções que comprovam os graves riscos de vida aos seres humanos, bem como aos demais seres vivos que estão em áreas com elevada poluição do ar. Estudos mostram:

[...] diversos sintomas perigosos como hiperplasia bronquilar e espessamento de muco. A primeira enfermidade contribui para o início de doenças inflamatórias das vias aéreas podendo a vir a desenvolver também o aumento de pigmento de carbono nas paredes dos bronquíolos. A poluição atmosférica pode também interferir na vida vegetal de forma direta, por meio da destruição dos tecidos vegetais devido a deposição seca e de forma indireta, por meio da acidificação do solo devido à deposição desses materiais. Alterações na agricultura já foram relatadas pelos moradores do entorno das esteiras (RT-SÃO GONÇALO, 2019, p. 13).

Por sua vez, afirma RIO: “As plantas, os frutos estão cheias de pó. Você tá aqui umas horas, passa tipo uma nuvem [de pó] Tem dia que corre um mal cheiro de ferro, final de tarde. Aqui era bom demais aqui!”

Observamos em algumas entrevistas o receio de falarem das mudanças negativas trazidas pelo CIPP, somente após um tempo de diálogo que, algumas dessas entrevistadas, se sentiram à vontade de revelar tais contradições. Essa movimentação está muito presente nas declarações da entrevistada Ar. Ao ser questionada sobre as mudanças, inicia afirmando que não mudou nada, que está tudo do mesmo jeito, mas depois acusa, inclusive exemplificando a partir do seu cotidiano vivido, tais problemáticas. E antes de assumir suas próprias percepções de alterações relacionadas aos bens comuns da natureza, faz afirmações a partir do que escuta falar.

Mesmo com essa realidade observada durante a pesquisa, bem como com as diversas reportagens em comunidades, inclusive mais distantes do CIPP, como as da Taíba, distrito de praia que dista aproximadamente 25 quilômetros do complexo, a SEMACE afirmou em janeiro de 2019 que “a qualidade do ar na região do Porto do Pecém, é positiva”⁴⁷.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2019/01/23/qualidade-do-ar-na-regiao-do-porto-do-pecem-e-positiva/>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

Contrapondo as informações da instituição ambiental estadual, a visita realizada pela Comissão de Meio Ambiente de São Gonçalo do Amarante, cita o seguinte no seu relatório técnico:

As medições já realizadas alertam fortemente para um cenário crítico, já que os resultados do monitoramento chegam a apontar uma poluição de 1563,67µg/m³ e, segundo a norma do CONAMA No 3/1990 (Tabela 1), uma concentração de 241µg/m³ é considerada inadequada, 376µg/m³ é considerada má e a partir de 876µg/m³ já temos um cenário considerado crítico. No estudo, também foram monitoradas as torres de transferência TT-02 e TT-03. Os resultados foram bastante diferentes com níveis de PTS variando desde aproximadamente 180 µg/m³ até 1536,67 µg/m³ (SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2019, p. 14).

Os impactos do CIPP aos bens comuns da natureza cerceiam a continuidade do trabalho com a agricultura e a pesca, por exemplo. Apesar de algumas comunidades não terem sido expulsas dos seus territórios, passam a ser mão de obra livre para o complexo em razão da impossibilidade de continuidade do seu trabalho de cultivo da terra e de pesca. Ainda que convertidos em trabalhadores(as) assalariados(as), a grande maioria só conseguiu emprego no CIPP em sua fase de implantação.

Após a construção da siderúrgica e da refinaria, houve demissões em massa e novos trabalhadores(as) com mão de obra especializada foram contratados para a fase de operação, sendo a grande maioria não residentes nos territórios do entorno. O tema do trabalho no contexto do CIPP, trabalharemos melhor no próximo capítulo, mas aqui cabe resgatarmos sua compreensão a partir da ontologia, especialmente as reflexões de Marx sobre a natureza e a sua separação do ser humano:

No es la unidad del hombre con la naturaleza lo que necesita explicación sino su separación. Esa separación es de carácter histórico y es la base sobre la que se asienta la relación capital-trabajo. El trabajador es separado de su “cuerpo inorgánico” al mismo tiempo que el producto de su trabajo se convierte en mercancía apropiada por el capitalista. Su actividad productiva bajo la forma salario es resultado de la “cosificación” del mundo natural y de las relaciones sociales, al mismo tiempo que la reproduce. Ecos de esta problemática pueden vislumbrarse ya en los artículos del joven Marx en la Gaceta Renana, donde desde un enfoque todavía racionalista liberal, comienza a analizar la cuestión de la creciente mercantilización de los bienes de uso comunal, como la leña, y la consecuente criminalización de su apropiación por el campesino (Marx, 2007 apud TAGLIAVINI).

Apesar de a acumulação primitiva ter sido captada sabiamente por Marx no processo de análise da transição da sociabilidade feudal para a capitalista, observamos que, mesmo no capitalismo maduro, ela ainda está presente. Apesar de estarmos em outro tempo histórico, cinco séculos depois, com todas as inovações tecnológicas, os(as) trabalhadores(as) permanecem sendo expulsos(as) dos seus territórios onde produziam a vida. Ou quando não são expulsos, o processo de reterritorialização e suas consequências para os bens comuns da

natureza, os(as) separam de seus meios de vida e de trabalho, e das condições dadas pela natureza.

Nesta fase do capital mundializado, ainda e cada vez mais, os bens comuns da natureza passam a ser apropriados pelo capital e, talvez, em um ritmo mais acelerado e em um menor espaço de tempo. De maneira semelhante, são transformados em razão das formas de produzir, impedindo o usufruto do modo de vida que outrora era conectado com os ciclos naturais da natureza. Em razão disso Zarembka (2012), afirma que a categoria “acumulação primitiva” é “trans-histórica” e por sua vez, também é a “expropriação”.

4. CRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO PARA O CAPITAL: EXPROPRIAÇÕES E COLAPSOS SOCIOAMBIENTAIS EM ANÁLISE

Eu venho desde menino/ Desde muito pequenino/ Cumprindo o belo destino/ Que me deu Nosso Senhor/ Não nasci pra ser guerreiro/ Nem infeliz estrangeiro/Eu num me entrego ao dinheiro/Só ao olhar do meu amor/ Carrego nesse meus ombros/ O sinal do Redentor/ E tenho nessa parada/ Quanto mais feliz eu sou/ Eu nasci pra ser vaqueiro/ Sou mais feliz brasileiro/ Eu num invejo dinheiro/ Nem diploma de doutor/ Sina - Patativa do Assaré

Nesta seção trabalharemos com os dados coletados em pesquisas documentais e de campo, alinhavadas com análises teóricas e o delineamento da tese. Além dos mapas de localização das comunidades e dos empreendimentos, os registros fotográficos e as transcrições das entrevistas nos aproximam do território-vivo e das relações sociais de produção e reprodução da vida que estiveram e ainda estão sendo forjadas por esses(as) trabalhadores(as).

Também buscamos visibilizar graves contradições decorrentes da ampliação do CIPP, beirando a denúncia de violações dos direitos humanos que permanecem amparados pelo Estado e os caminhos das águas que foram sendo barradas e/ou desviadas no Estado, para atender às necessidades de produção do CIPP. Também identificamos como a operação das empresas com os minérios criam um quadro de demandas hidrintensivas que passam a ser exportadas com as commodities.

4.1 Caracterização da área de estudo

Conforme justificamos anteriormente, realizamos a pesquisa junto às comunidades⁴⁸ de Saquinho, Olho D'Água e Tanques. Esses territórios não são reconhecidos por nenhum dos documentos institucionais, oficiais, publicados no processo de licenciamento do CIPP, sendo essa uma das justificativas para a escolha da pesquisa de campo, apesar de estarem em sua Área de Influência Direta (AID), especialmente da siderúrgica e da refinaria. De acordo com a cartografia que elaboramos, a distância em linha reta das comunidades de Tanques e Olho D'Água para a termelétrica é de 4,5km e a comunidade do Saquinho de 2,5 km.

A Resolução do CONAMA 001/86 dispõe sobre os critérios e diretrizes gerais para implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Em suas especificações estão as definições dos limites da área geográfica de influência direta ou indireta a ser impactada. Essa delimitação deve considerar as fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento e estão divididas, conforme a resolução, em três níveis, quais sejam:

Área de Influência Indireta (AII) - corresponde à área real ou potencialmente sujeita aos impactos indiretos da operação e ampliação do empreendimento; Área de Influência Direta (AID) - corresponde à área que sofrerá os impactos diretos da operação e ampliação do empreendimento; e Área Diretamente Afetada (ADA) - corresponde à área que sofrerá a ação direta da operação e ampliação do empreendimento (BRASIL, 1986).

A delimitação dessas áreas deve considerar bacias hidrográficas onde se localizam os empreendimentos e seus impactos, bem como todo o ambiente físico-natural, sendo definida após os estudos de impactos aos mais variados meios bióticos e abióticos. Conforme a mesma Resolução do CONAMA, em seu Artigo nº 1, são considerados impactos ambientais:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Sobre as áreas de influência tem-se a definição:

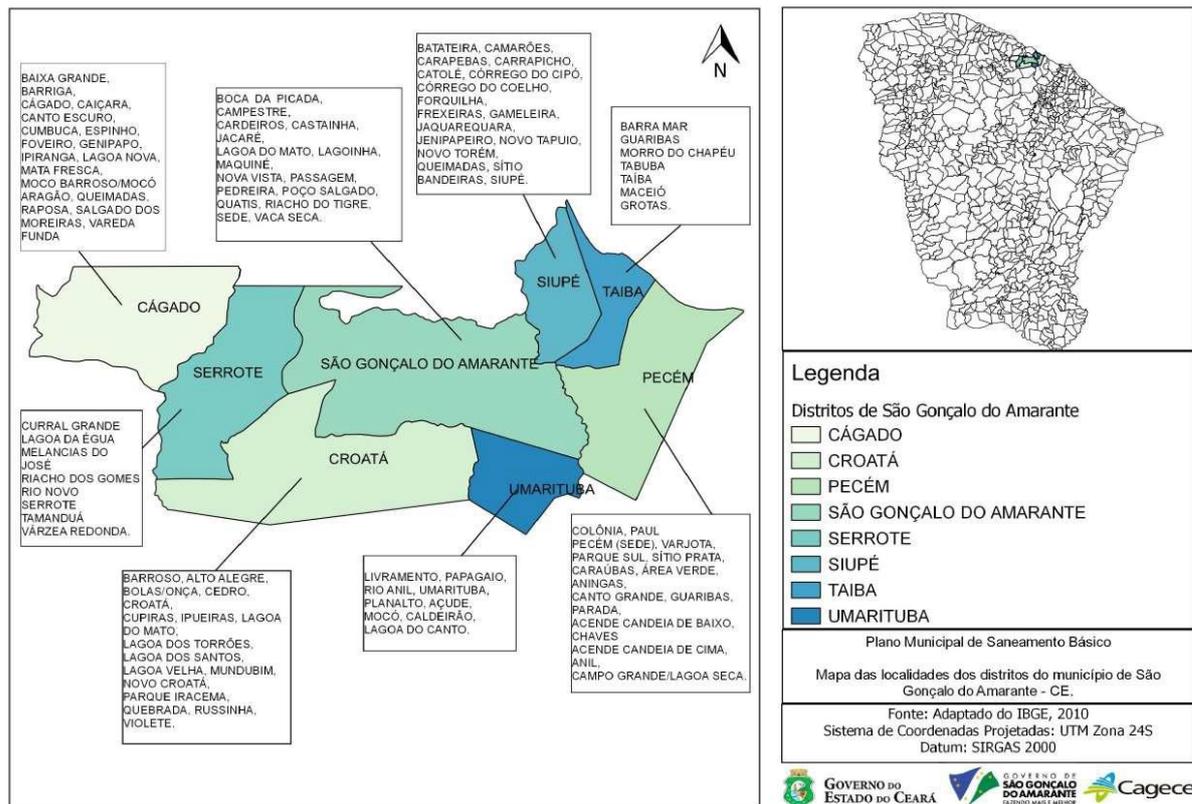
Para a AID, deve-se considerar para o meio físico a área de uma faixa entre 500 e 1.000 m, a partir do traçado da alternativa mais externa, podendo ser ajustados em função de limites de sub-bacias hidrográficas. Enquanto para a AII a proposta é a limitação pelos territórios das regiões administrativas afetadas (CETESB apud MENIN, 2017).

⁴⁸ Essas comunidades, apesar de distarem menos de cinco quilômetros da siderúrgica e das termelétricas não aparecem em nenhum documento público e vêm sofrendo diversos agravos decorrentes dos impactos ambientais do CIPP.

Apesar disso, estudos de Meireles (2021) mostram que, a depender do empreendimento e seus impactos, a AID e AII podem se estender por um raio de 50 a 100 quilômetros, especialmente aqueles com intensa dispersão de poluentes através do ar, a exemplo das termelétricas e da siderúrgica. Portanto, as comunidades que distam entre 2 e 5 quilômetros dessas indústrias, conforme detalhamos acima, bem como os equipamentos públicos, estão na área de impactos diretos do CIPP.

Essas comunidades pertencem à Localidade de Acende Candeia, que por sua vez pertence ao Distrito de Pecém, que dista uma média de 8 quilômetros da sede do município de São Gonçalo do Amarante. Aqui destacamos que de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), São Gonçalo do Amarante tem uma população estimada em 49.403 pessoas. E de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (SÃO GONÇALO, 2021), o município teve um crescimento populacional de 49,87% entre os anos de 1991 e 2010, passando de um contingente populacional de 29.286 para 43.890 habitantes. Ainda de acordo com o documento, o Distrito Sede e Pecém foram as regiões com maior contingente populacional do município, com total de, respectivamente, 11.212 e 9.156 habitantes em 2010

O município de São Gonçalo do Amarante está dividido em oito distritos e, conforme o mesmo documento, o Distrito de Pecém tem um total de 4.309 domicílios, com uma média de 3,75 moradores por domicílio. Somam 1.876 a população urbana e 2.433 a população rural (SÃO GONÇALO, 2021) e conforme o mapa a seguir, as comunidades às quais já nos referimos (como Bolso e Chaves) e estamos estudando (Saquinho, Tanques e Olho D'Água) não estão registradas.



Os serviços públicos ofertados pelo município acontecem através de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Acende Candeia, de uma Creche, uma Escola de Ensino Fundamental (EEF Deputado Lorne Belém), uma quadra esportiva e duas praças. Esses espaços também estão na AID do CIPP, são cerca de 3,00 quilômetros da UBS Acende Candeia para a Usina Termoeletrica (UTE) e da Escola 3,75 km.

A UBS Acende Candeia está situada na Rodovia 156 s/n, no sentido das praias Taiba, Siupé e Pecém. A área de abrangência da Atenção Primária à Saúde alcança as comunidades de Bolso, Chaves, Gererau, Lagoa Seca, Trapo, Flores, Anil, Saquinho, Olho D'água/Tanques, Córrego dos Tocos, Acende Candeia de Baixo e Acende Candeia de Cima.

São ao todo sete Agentes Comunitárias de Saúde (ACS's), uma Enfermeira que é responsável pela gestão da unidade e três Técnicas de Enfermagem, sendo uma delas responsável pela vacinação. Compõem ainda a equipe desse serviço de saúde, dois vigilantes, duas trabalhadoras dos serviços gerais, uma auxiliar de farmácia, uma auxiliar de saúde bucal, duas digitadoras, uma recepcionista, um dentista que realiza atendimentos diariamente e uma médica. Essa, por sua vez, realiza os seguintes atendimentos: Segunda-feira - demanda livre; Terça-feira, atendimento às pessoas com hipertensão; Quarta-feira se desloca para realizar

atendimentos no ponto de apoio da comunidade de Bolso; Quinta-feira realiza os atendimentos de pré-natal e; Sexta-feira realiza visitas domiciliares das pessoas que estão acamadas.

A seguir apresentamos um quadro com o quantitativo de famílias residentes nas respectivas comunidades que estão nesta área de influência do CIPP.

Quadro 3 – Comunidades e famílias

Comunidades	Quantidade de Famílias
Anil, Trapo e Flores	77 famílias
Chaves e Lagoa Seca	108 famílias
Bolso	132 famílias
Córrego dos Tocos e Gereraú	142 famílias
Acende Candeia de Baixo	107 famílias
Acende Candeia de Cima	160 famílias
Saquinho, Tanques e Olho D'Água	236 famílias
TOTAL	962 famílias

Fonte: Elaboração nossa a partir de dados organizados a partir de entrevista com Agente Comunitária de Saúde (ACS). A divisão das comunidades acima apresentada está relacionada com o acompanhamento realizado por cada ACS.

Essa UBS foi inaugurada em 27 de julho de 2008, diga-se de passagem, no mesmo ano em que a primeira termelétrica iniciou o processo de licenciamento ambiental, seguido da siderúrgica. A Creche Raio de Sol⁴⁹, inaugurada em 2019, é resultado de uma parceria do governo municipal com a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Com um total de 2.287m², a nova creche foi uma doação da CSP, construída com recursos da ordem de R\$4.234.067,37. A Prefeitura Municipal entrou com contrapartida com doação do terreno, projeto e mobiliário. O novo CEDI vai atender a cerca de 128 crianças da comunidade (SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2019).

Assim como a quadra esportiva e uma das praças, também são equipamentos resultantes dessa vinculação do município com as empresas do CIPP. Nos documentos legais das empresas apresentados aos órgãos ambientais, não estão explícitas que essas obras são medidas compensatórias aos impactos ambientais gerados.

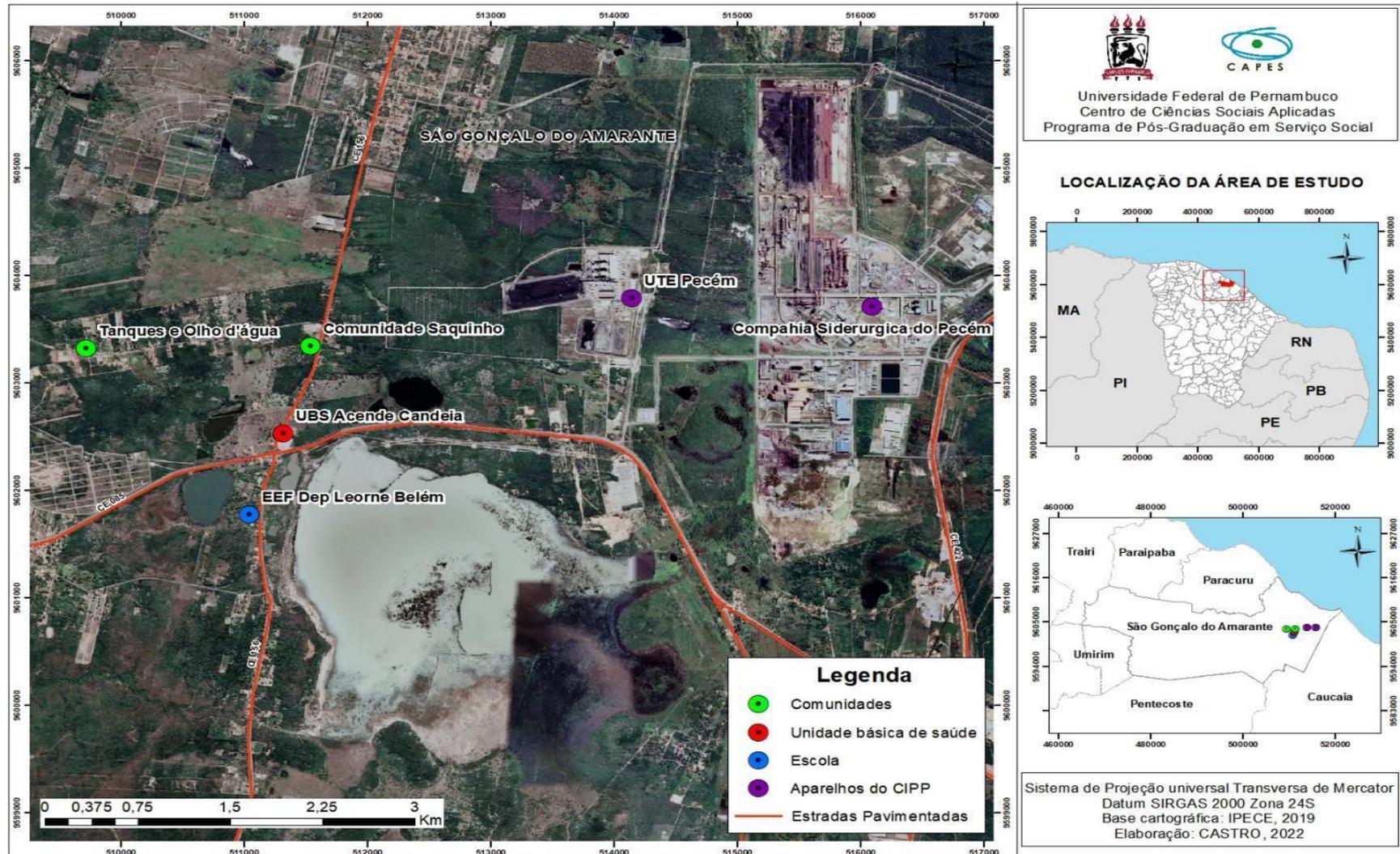
A “Análise legal do Estudo de Impacto Ambiental, para implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém” é um parecer jurídico sobre o EIA da CSP, elaborado pela empresa

⁴⁹ Notícia sobre a creche. Disponível em: <https://saogoncalodoamarante.ce.gov.br/portal/index.php/novasnoticias/2694-comunidade-de-acende-candeia-ganha-novo-cedi> Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

Andrade e Fichtner Advogados, entregue à CSP em 25 de agosto de 2009, que aponta algumas insuficiências do estudo. De acordo com esse documento, dos 537 impactos ambientais, 279 são de “caráter adverso” e não houve medidas mitigatórias previstas pela CSP no Plano de Controle e Monitoramento Ambiental. Conforme previsão legal da Resolução CONAMA nº 01/86 tais medidas devem minimizar os impactos ambientais, classificadas quanto:

- (i) à sua natureza preventiva ou corretiva, avaliando-se inclusive, a eficiência dos equipamentos de controle de poluição em relação aos critérios de qualidade ambiental e aos padrões de disposição de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos; (ii) à fase do empreendimento em que tais medidas deverão ser adotadas; (iii) ao fator ambiental a que se destinam: físico, biológico ou socioeconômico; (iv) ao prazo de permanência de suas aplicações; (v) à responsabilidade pela implementação: empreendedor, Poder Público ou outros (BRASIL, 1986).

Retomando a caracterização do território em estudo, identificamos que as comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água contam com uma Agente Comunitária de Saúde, que reside na comunidade do Saquinho, e com transporte escolar para o deslocamento das/dos estudantes do 1º ao 9º ano. Os/as estudantes do ensino médio se deslocam para a escola situada na sede do município e dependem do transporte escolar público. A seguir apresentamos mapa a fim de situar o/a leitora na região.



Em diálogo realizado com a ACS da comunidade do Saquinho, que nos acompanhou nas primeiras entrevistas realizadas, essa “que nasceu e se criou no lugar” (sic), relatou que viu muitas mudanças acontecerem na região. Durante o diálogo com a mesma, ela nos apresenta seus instrumentos de trabalho e nele destaca o quantitativo de pessoas com adoecimentos decorrentes, principalmente, da dispersão dos poluentes do CIPP pelo ar. Ela nos afirmou que muitas pessoas, após a ampliação do complexo, passaram a desenvolver doenças respiratórias.

Essas informações também se confirmam a partir das entrevistas que realizamos⁵⁰. Estivemos na comunidade do Saquinho no dia 10 de dezembro de 2020. Já no dia 2 de fevereiro de 2021, estivemos nas comunidades de Olho D’Água e Tanques, mantendo todas as recomendações da OMS referentes à pandemia da Covid-19⁵¹. Esse pequeno espaço entre as duas visitas se deu em razão da disponibilidade da ACS em nos acompanhar, bem como das pessoas participantes da pesquisa. Destacamos ainda que só fomos a campo após a submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil com a emissão do parecer favorável para a realização da mesma. Todas as pessoas entrevistadas concordaram em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e cumprimos com todas as normativas orientadoras da ética na pesquisa.

Escolhemos elementos da esfera inorgânica da natureza (Vento, Fogo, Chuva, Mar, Terra, Rio) para nomear as pessoas que participaram da pesquisa a fim de resguardar suas identidades, haja vista os conflitos existentes na região. Além das entrevistas, realizamos observação direta do cotidiano das comunidades, bem como do próprio complexo, com registros realizados no Diário de Campo que também serão partilhados ao longo deste capítulo. A seguir apresentamos um quadro com informações gerais dos/das participantes da pesquisa.

Quadro 4 – Perfil Participantes da Pesquisa

Participante Entrevistada/o	Comunidade	Faixa Etária Identidade de Gênero	Profissão Ocupação atual
Vento	Saquinho	62 anos Mulher Cis	Pedagoga Comerciante
Fogo	Saquinho	77 anos Mulher Cis	Agricultora Aposentada
Chuva	Olho D’Água	73 anos	Artesã

⁵⁰ Conforme apresentando na Introdução desta pesquisa.

⁵¹ Apesar do período grave que a humanidade está atravessando, decidimos manter a pesquisa de campo em razão do compromisso que já havíamos assumido com os territórios, com o Fórum dos/das Atingidos pelo CIPP e com o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Estivemos nos territórios nos momentos de baixa transmissão da Convi-19 no Ceará, com o consentimento das pessoas entrevistadas, bem como da Agente Comunitária de Saúde.

		Mulher Cis	Aposentada
Mar	Tanques	60 anos Mulher Cis	Agricultora Trabalhadora Doméstica
Terra	Olho D'Água	76 anos Mulher Cis	Agricultora Aposentada
Rio	Tanques	49 anos Homem Cis	Agricultor Cozinheiro

Fonte: Elaboração nossa.

As participantes da pesquisa⁵² foram sugeridas pela ACS, bem como indicada pelas próprias entrevistadas. Nestes territórios não tem associação, cooperativa ou qualquer outra entidade que contribua para a organização comunitária. Das seis pessoas entrevistadas, cinco são mulheres e um homem, filho de uma das entrevistadas que também é trabalhador do CIPP.

Todas apresentam trajetória de vida nas comunidades, “nascidas e criadas”, exceto uma delas que foi residir na comunidade do Saquinho, aos seis meses de vida. Apesar de não ter nascido, sua família também é da região. As demais, inclusive o entrevistado, nasceram e viveram/vivem da agricultura, herança de trabalho adquirido com seus ancestrais. Além do cultivo do roçado, milho, feijão, batata e frutíferas, a pesca também está presente em todas as famílias das pessoas entrevistadas.

As participantes da pesquisa possuem idade variante entre os 49 e 76 anos, com baixa escolaridade (nenhuma finalizou o ensino médio). Uma das entrevistadas é analfabeta, as demais estudaram até a 3ª série e o entrevistado concluiu o Ensino Fundamental I.

Mais da metade das entrevistadas iniciaram o diálogo com receios em declarar as contradições, problemas trazidos pelo CIPP. Inclusive algumas delas inicialmente afirmaram que houve mudanças, a princípio, apenas a chegada de empregos, relacionando isso como algo bom para o desenvolvimento da região. Porém, ao longo da entrevista, talvez pela confiança que foram adquirindo, foram revelando os problemas, algumas das entrevistadas foram mais cautelosas.

Muitas coisas que a gente vê assim que ninguém pode nem relatar né?! O que a gente pode fazer. Tem que fechar os olhos e nem tudo pra não se precipitar a gente tem que ficar só de ver, calar e acabou (VENTO).

⁵² A nossa pesquisa não é participante, mas buscamos inspiração nesta metodologia que foi forjada no processo de educação popular levantado por movimentos sociais da América Latina. Essa busca construir uma ciência comprometida como a transformação das realidades vividas e a partir delas. Entendemos aqui a pesquisa como um processo educativo para a pesquisadora, bem como para as/o sujeitas/o da pesquisa a partir do seu território. A pesquisa participante vai ao encontro do método materialista, histórico e dialético que compreende a ciência como ferramenta estratégica para responder às complexas demandas da realidade do povo por meio de um processo que é também educativo (Brandão, 1994).

As entrevistas também revelam os graves impactos socioambientais trazidos pelo complexo e contradizem o argumento da oferta de empregos, afinal, “[...] dá pra contar nos dedos a quantidade de pessoas empregadas” (sic).

Apresentam ainda as alterações nas relações comunitárias, especialmente relacionadas à segurança e/ou melhor, à violência. Antes da chegada do CIPP, os territórios eram formados por pessoas que se conheciam e estabeleciam vínculos de confiança entre si. Porém, “[...] onde chega desenvolvimento, chega tudo”, e diversas expressões da questão social que não se apresentavam, passaram a compor as relações sociais dessas comunidades. A presença de pessoas “estranhas”, vindas de outros lugares, bem como do tráfico de substâncias psicoativas e grupos faccionados, contribuíram para acontecimentos frequentes de violências, deixando as comunidades inseguras.

Em termos de tranquilidade antes era melhor pra nós. Mas você sabe que onde chega o desenvolvimento chega tudo. Então pra nós aqui, aqui acolá aparece alguma coisa, a gente já fica assustado. Mas aqui a comunidade hoje ainda é uma comunidade pacata, comunidade tranquila ainda, a gente ainda pode confiar, não tanto, mas a gente ainda pode confiar um pouco. Ainda tem uma liberdade de ficar numa pracinha dessa. Antes era mais seguro assim porque você não via maldade em ninguém, hoje você já ver né. O que posso dizer é isso (VENTO).

Teve uma época que andou aparecendo umas coisas por aí, mas eu...não vou dizer não. Mas graças a deus esses tempos, tá bem (FOGO).

Podemos identificar as mudanças acontecidas nos territórios através das histórias dessas comunidades que se misturam com a história das próprias pessoas entrevistadas. Apesar da ideologia do progresso afirmar que a região, antes da chegada do CIPP, não era desenvolvida – era uma região pobre, arcaica etc. – as pessoas têm orgulho de serem nascidas no lugar e de lembrar como era a vida antes e nos relatos a seguir também contam a história das comunidades.

Não sou filha natural daqui, mas com seis meses de idade vim morar aqui. De 1958 a 1979. Casei, fui pra Fortaleza, passei 28 anos morando lá e retornei pra o meu lugar novamente. Minha família é toda daqui, só eu que passei um tempo fora (VENTO).

A maioria desses terrenos aqui eram dos meus avós, da minha família. [Família Moraes]. E eu me lembro que quando eu era pequena eu gostava muito de andar em roçado com meu avô. Ai um dia ele vinha num roçado que ele tinha pra cá e saiu batendo. No caminho ele disse que aqui ia ser Saquinho dos Moraes, como hoje é conhecido. Só que muitos, reconhece isso, mas a comunidade jovem de hoje, não querem aceitar. Que inclusive na Câmara tem até um papel, um pedido lá com o nome dessa estrada ser em homenagem ao do meu avô Joaquim Monteiro de Moraes. Foi ele quem botou esse nome, ele era muito brincalhão. Ele saiu com um pauzinho batendo assim, esse aqui vai ser Saquinho dos Moraes. Ai por isso ficou. Ai muita gente não quer aceitar (VENTO).

Esses relatos acusam a temporalidade e pertença das entrevistadas com o território, as origens, a história de propriedade e posse da terra e as atividades que realizaram para sobreviver. Também visibilizam com detalhes a paisagem e os bens comuns que a constituíam. E continuam:

A terra era do meu pai mesmo, ele comprou do Antônio Fernando, perto de uma mangueira que tem bem assim [ao lado]. Nós nascemos e se criamos lá. Aí depois com o tempo meu pai se mudou lá pra o final, pra sair na pista. Aí a gente já era tudo grandinho, já namorava mesmo, escondido mas era. Sempre trabalhamos com agricultura. Também pescava. Aí depois que eu me casei, meu marido também é agricultor, ele morava aqui no Olho D'água. Aí foi quando eu conheci ele, namoramos, casamos e hoje vamos fazer 40 anos (MAR).

Meus pais nasceram e se criaram aqui. Sempre fomos daqui. Meu pai era agricultor, trabalhadeira. Plantava roçado nos terrenos dos outros. Minha mãe também. Trabalhei muito com eles, plantava roçado, plantava sementes. Era ele cavando os buraco na frente e nós entupindo com semente. E fui criada desse jeito, até hoje, estou com 77 anos graças a Deus. Toda vida a gente criou porco, galinha, meu marido criava criação (carneiro) Com tempo foi se acabando tudo e hoje estou sozinha e Deus (FOGO).

A história das pessoas se confunde com a história das comunidades cujas relações de produção e reprodução têm relação com o trabalho realizado com agricultura e pesca principalmente, passando entre as gerações. Esses relatos afirmam um modo de vida cujo trabalho estabelecia uma vinculação direta com a terra, com a água e com a produção para atender as necessidades materiais de sobrevivência, apreendido ainda durante a infância. Os relatos das entrevistadas não sinalizam o destino da produção para atender uma necessidade de comercialização dos produtos. Observamos que, na atualidade, essa prática de cultivar a terra e pescar, limitada em razão das transformações advindas com a ampliação do CIPP, permanecem para atender às necessidades de sobrevivência das famílias.

História de Olho D'Água. Os primeiros moradores eram das famílias do meu pai, tio do meu pai, trabalhavam só nas propriedades deles mesmo, com plantação de mandioca, milho, feijão, essas coisas, pra eles mesmo. Também criavam gado. A terra era dos tios do meu pai, aí foram cinco mulheres e dois homens. Aí tinha o terreno todinho. Aí foi morrendo de um por um, aí dividiu. Ai dos tios foi pra o meu pai e do meu pai foi pra mim.

Eles diziam que aqui era chamado Cipó, mas aqui onde hoje eu tiro água da cacimba, era um olho d'água permanente, a areia era bem branquinha, eu ainda me lembro, era bem nova. Tinha muito gado, o gado bebia era lá. Era um bebedouro feito mesmo no chão, na areia, eles bebiam lá. A água era bem alvinha, bem alvinha. Ela nunca secou. Aí chamaram de Olho D'Água. Mas o meu pai dizia que bem antigo era chamado Córrego do Cipó. Aí começaram a chamar Olho D'água, aí ficou tudo Olho D'água. Aí todo canto que eu faço, minhas coisas é Olho D'água. Poucas famílias, a maioria é minha família. Atrás tem uma vila hoje com comunidade do governo. Desapropriaram os terrenos, pagaram e botaram aí desse pessoal de fora aí, das fábricas. Esses aí não tenho conhecimento deles não (CHUVA).

Desde as nossas primeiras andanças na região é comum ouvirmos as pessoas relatarem a presença dos olhos d'água. Esse relato é bastante semelhante ao que ouvíamos em nossas

primeiras visitas à comunidade de Bolso, das lideranças indígenas Anacé, conforme já lembramos na introdução deste texto. A tese de doutoramento de Teles (2021), recentemente apresentada, também evidencia a presença e a importância da água na região e as condições dadas por esse bem comum para o modo de vida que existia antes da implantação do complexo industrial. Nos seus estudos também ficam evidentes a apropriação desse bem comum pelas empresas, com aval do Estado cearense e como consequência a produção de injustiças hídricas.

Ainda de acordo com Teles (2021), o governo do Estado prioriza a garantia do uso da água para as necessidades industriais do CIPP em detrimento das necessidades das populações locais, ameaçando e dificultando o acesso a esse direito humano fundamental que também pudemos constatar em nossa pesquisa de campo. Teles (2021) se propõe a evidenciar, a partir do direito ambiental e do território indígena Anacé, três dimensões constitutivas da água, qual seja: água como bem comum, o direito humano à água e o direito ecológico da água.

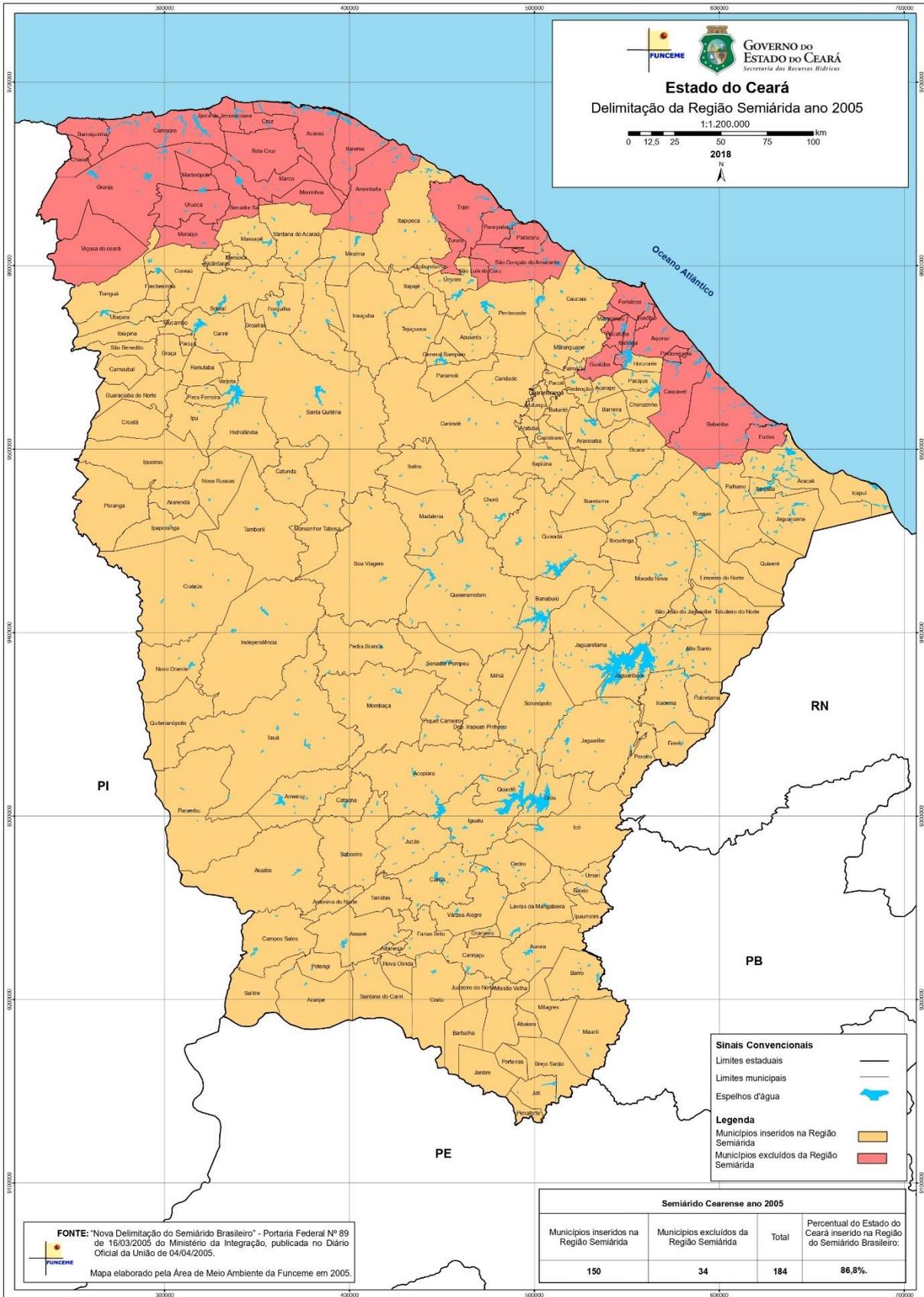
Esses estudos vão ao encontro do que identificamos na pesquisa de campo, mesmo sendo em outra região do CIPP. A entrevistada Chuva nos conta a história da comunidade Olho D'Água, trazendo memórias da infância semelhantes ao que as indígenas Anacé nos mostravam nos idos de 2008. Porém, esses olhos d'água desapareceram, foram apropriados pelas empresas do CIPP com o apoio do governo do Estado e hoje algumas comunidades dependem do abastecimento de carros pipa.

O abastecimento hídrico via carros pipa é predominante em todo o Estado cearense, especialmente nos sertões. Porém, consideramos fundamental evidenciar que estamos trabalhando numa região que outrora brotavam olhos d'água e que esse bem comum da natureza vem desaparecendo.

O CIPP está na zona costeira cearense e tinha oferta de água que existia antes da operação das empresas do Complexo. Essa região era exceção, haja vista de o Ceará ter mais de 90% do seu território no semiárido. Uma publicação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010) aponta que dos 184 municípios constitutivos do Estado, 150 pertenciam ao semiárido, ocupando uma área correspondente a 126.514,9 km² no ano de 2005. Após uma reunião da SUDENE ocorrida em 2017, o Ceará passou a ter 175 municípios incluídos na região semiárida⁵³. Ou seja, conforme mapa a seguir, quase todo o Estado do Ceará está inserido numa região caracterizada por limitações referentes ao acesso à água.

⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/95-das-cidades-do-ceara-passam-a-compor-o-semiarido-brasileiro.ghtml> Acesso em 5 de dezembro de 2022.

Essa região é caracterizada por “[...] temperaturas médias anuais entre 26° e 28°, com insolação superior a 3.000 horas/ano, com umidade relativa em torno de 65%, precipitação pluviométrica anual abaixo de 800mm, solos com baixa profundidade e substrato predominantemente cristalino” (IPECE, 2010).



Tais características estão conectadas com o Semiárido Brasileiro (SAB), que também tem como característica fundamental o bioma Caatinga. Segundo Botelho (2000) apud Mattos (2004) “o Semiárido brasileiro é uma região anômala no mundo, por se constituir na única região do mundo que, situada na faixa equatorial, deixou, progressivamente, de ser uma área superúmida, como a região Amazônica, do Congo e da Indonésia, e passa a ter o clima semiárido” (p.82).

Essa região produz fenômenos como secas e enchentes em razão da variação do regime pluviométrico que tem relação com sua localização natural nos trópicos, próxima a linha do Equador. Porém, faz-se necessário reconhecermos que a ação antrópica também inferiu na antiga e histórica crise hídrica vivenciada pelas populações nordestinas, especialmente. Vale recordar que essa região foi a primeira a ser ocupada pelos colonizadores, tendo suas florestas devastadas e transformadas em pasto, descobrindo os solos e aumentando também a temperatura nestas áreas.

A região Nordeste abriga, quase que integralmente, o Semiárido brasileiro, que corresponde a, aproximadamente, 11% do território nacional e 90% da região. O SAB, abrange cerca de 1.400 municípios, com uma área de 1.219.021.50 km², distribuídos pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, a região setentrional de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo. (MATTOS, 2004, p. 83)

Essa condição nordestina e cearense deveria condicionar o Estado a impedir qualquer tipo de megaprojeto que dependa de atividades hidroativas.

Além do acesso e uso da água, a mesma interlocutora também menciona a presença de um assentamento com famílias desapropriadas para a ampliação do CIPP. Visitamos esse assentamento, chamado Olho D'Água que, de acordo com uma publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará também já mencionada, é constituído por nove famílias advindas da comunidade do Paul “as quais receberam uma casa com um razoável quintal, um poço com eletrobomba e energia elétrica e uma gleba de 35ha, que poderá ser explorada coletivamente” (ALCE, 2013, p. 146).

Observamos que muitas das casas se encontravam abandonadas e, conforme uma das entrevistadas, muitas das pessoas não moram mais lá, pois não tem como sobreviver. O Estado desapropriou as famílias, construiu moradias no assentamento, mas não lhes garantiu quaisquer outras condições para produção da vida. Não encontramos outros documentos, outras fontes públicas que apresentem as condições de sobrevivência dessas famílias que se encontram nesse reassentamento e as condições dadas para essas famílias.

Neste mesmo período solicitamos junto ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado (SDA), responsável por todas essas desapropriações realizadas na região, um levantamento das comunidades desapropriadas e removidas. Também fizemos essa mesma solicitação via Portal da Transparência, conforme garante a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 14.129 de 29/03/2021) porém, não tivemos qualquer resposta até o momento. Não há documento público, oficial do Estado, que identifique quais foram as comunidades desapropriadas e para onde foram.

Exemplo emblemático foram as desapropriações realizadas em 2009/2010 para a construção da Refinaria Premium II. Uma média de 2000 hectares, correspondendo a mais de 100 famílias foram removidas e/ou indenizadas. A comunidade Madeiro foi uma dessas, cujo modo de vida em torno da pesca e da agricultura era ancestralmente mantido. Não sabemos para onde foram as famílias e logo após todas as mudanças feitas na área, desmatando a vegetação nativa, aterrando olhos d'água, foi cancelada a construção da refinaria⁵⁴. Comunidades inteiras com suas histórias e memórias, grupos populacionais de flora e fauna, também desapareceram. O Assentamento Caranguejo tem estrutura para 34 famílias advindas da área que foi destinada à Refinaria Premium II da Petrobrás (ALCE, 2013).

Compreendemos que essas ações de desterritorialização e reterritorialização não só expropriam as comunidades para atender às necessidades das empresas capitalistas, mas mais que isso, amparadas pelo Estado, realizam a extinção, a eliminação das relações sociais, relações de trabalho e de produção e reprodução da vida que ali eram desenvolvidas.

Essa publicação da Assembleia Legislativa sinaliza o Assentamento Munguba localizado no distrito de Jardim, município de Paracuru. Um dos primeiros, ainda na construção do porto, entre os anos 1999/2000. “[...] 37 famílias, das quais restam somente 16, sendo as demais residências ocupadas por moradores que compraram as casas dos assentados” (ALCE, 2013, p. 145).

O Assentamento Nova Vida (Jardim Botânico) está situado na localidade de Parada e tem estrutura para atender 81 famílias, as quais o documento não aponta a origem e para qual dos empreendimentos do CIPP, suas histórias e memórias territoriais deram lugar.

Outro assentamento, que aparece nesse documento é o Novo Tapuio situado no distrito

⁵⁴ Notícia sobre as desapropriações. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/estado-desapropriara-100-imoveis-no-pecem/> Acesso em 27 de março de 2022. Notícia sobre a suspensão da construção da refinaria. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/refinaria-no-ceara-a-ilusao-se-desfaz-1.1208523> Acesso em: 27 de março de 2022.

de Siupé, com estrutura para 55 famílias. Conforme o próprio nome aponta, o povo indígena Tapuio vivia nas localidades de Chaves e Bolso e deram lugar à construção da termelétrica. Junto com a etnia Anacé, o povo Tapuio habitou toda aquela região ancestralmente. Há registros em documentos oficiais dos séculos XVII e XVIII que mostram a existência destes povos.

Os estudos de Costa (2009) apresentam que, aos indígenas aldeados, a coroa portuguesa se dirigia como aliados e aos não aldeados, como inimigos bravos. “Em relação aos chamados ‘tapuias’, ou índios bravos, fica atestado nos documentos oficiais sua repugnância e instinto de perseguição, declarando guerras tanto de capturas como de extermínio” (COSTA, 2009, p. 88). Aos grupos não aldeados, foram realizadas diversas práticas coercitivas a fim de ofertarem sua força de trabalho ao mercado – tratados como preguiçosos, indolentes e vadios.

Documentos oficiais mostram que os aldeamentos indígenas foram extintos no Ceará em meados do século XIX. Registros mostram que as primeiras “vilas de índios” criadas, são do século XVIII. “Vila Viçosa Real (antiga aldeia da Ibiapaba), Soure (antiga Caucaia); Arronches (antiga Parangaba); Messejana (antiga Paupina); Monte-mór Novo (Paiacú, Baturité) [...]” (VALLE, 2009). Esses e outros aldeamentos organizados pela coroa portuguesa e por missionários católicos por todo o Ceará, buscavam “civilizar os povos bárbaros”.

Entretanto, durante o período imperial do país, muitos aldeamentos foram fechados, o que fundamentou o mito de que no Ceará não existem indígenas. Vejamos a resposta do governo provincial à solicitação de informações feita pelos ministérios imperiais, em 1861.

[...] nesta província nenhuma tribu existe no estado selvagem, e que desde o anno de 1833, epocha em que forão extinctas as Directorias a que estão sujeitas as diferentes aldeias estabelecidas na Província, extinguirão-se estas, e ficaram os índios confundidos na massa geral da população civilizada, sendo incorporada aos proprios nacionaes a parte devoluta dos terrenos (VALLE, 2009, p.143).

Dois anos depois, consta no relatório provincial: “Já não existem aqui índios aldeados ou bravos” (VALLE, 2009, p.142).

A partir de 1864, não há nenhuma menção sequer dos índios da província. Com exceção de notas sobre medição das terras dos aldeamentos de Baturité, Arronches, e Almofala, datadas de 1876 e 1877, nada mais se abordou sobre a questão indígena (VALLE, 2009, p.143).

O governo provincial desse período responde ao Ministério da Agricultura que, os poucos índios ainda existentes, viviam da agricultura e estavam “confundidos com a população”. O que entrava em considerável contradição, haja vista o governo imperial receber queixas e notificações dos grupos indígenas existentes no estado (VALLE, 2009).

Essa afirmação da inexistência dos povos originários sob a justificativa de estarem misturados à população, também hegemonizou as produções teóricas sobre os indígenas do

nordeste brasileiro. “Índios misturados”, “índios mestiçados”, “resíduos da população indígena no nordeste”, “magotes de índios desajustados”, foram algumas das expressões utilizadas por autores renomados, como Darcy Ribeiro, para negar a existência das populações originárias ocupantes da região nordestina (OLIVEIRA, 2004).

Toda essa trajetória de negação fez muitos dos povos indígenas do Ceará “se calarem para sobreviver”, como já ouvimos de algumas lideranças Anacé. Porém, com o projeto neodesenvolvimentista, incorporado ao programa dos governos autodeclarados democráticos populares, no início dos anos 2000, esses povos tiveram que “falar para sobreviver” (sic).

Estamos evidenciando estes aspectos constitutivos da História cearense em razão de subsidiar a nossa compreensão sobre a ausência das comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água dos documentos oficiais referentes à implantação e operação das indústrias do complexo. Para o Estado do Ceará, essas comunidades existem porque acessam algumas políticas públicas (saúde, educação, assistência social), mas inexistem por não serem consideradas na área de impactos do CIPP.

Em meados dos anos 2000, mais precisamente em 2006, que esses grupos situados nas localidades de Bolso, Chaves, Gregório, Japuhara e Matões retomam sua história na região e afirmam sua existência étnica. Apesar de as comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água não serem indígenas, consideramos fundamental destacar a presença desses povos na região, afinal, conforme já mencionamos, existem práticas de trabalho e relação com os bens comuns da natureza semelhantes entre elas. E também os principais processos de resistência à ampliação do CIPP adveio dos Anacé conforme estudos de Nobrega (2020), sendo essas, parte da justificativa desta pesquisa.

Também consideramos relevante realizar esse parêntese, a fim de comprovar a diversidade de formas de produção e reprodução da vida que pulsava na região antes da ampliação do CIPP. São povos que estabelecem relação com as águas, com o ar e com a terra que não é mediada pelo recurso do mercado. Esses povos, através da pesca e da agricultura, cultivavam e objetivavam a produção da vida material e espiritual.

De acordo com dados oficiais da Fundação Nacional do Índio – Funai, há registros de 1.229 indivíduos da etnia anacé distribuída nas seguintes localidades. Em São Gonçalo do Amarante: Mangabeira, Pau-Branco, Salgado, Tabuleiro Grande, Boqueirão, Currupião, Baixa das Carnaúbas, Maceió do Rafael, Torém, Área Verde, Lagoa Amarela, Gereraú, Tocos, Chave, Oiticica, Tapuio, Siupé, Bolsos. Em Caucaia: Matões, Japuhara e Santa Rosa (ALCE, 2013, p. 148).

Retomando para as comunidades estudadas, temos:

Comunidade do Olho D’Água é o seguinte; desde que eu nasci e me criei aqui nunca na vida nunca apareceu uma coisa boa pra gente, a gente é um lugar que é esquecido,

entendeu? É um lugar que os prefeitos daqui não ligam pra ninguém. O que eles arrumam por lá, eles despacham mesmo por lá. Aqui nessas crises não aparece nada pra ninguém, não aparece uma cesta pra ninguém. É assim essas crises aqui no Olho D'água é um lugar morto. Não aparece nada de benfeitoria.

Quando Deus mandar água mesmo nessas estradas aí, pro cara ir daqui pra São Gonçalo, transporte eles não querem dá, só se for mototáxi. E ainda só tem um que favorece isso daí. Porque aqui era pra ter um transporte né. São Gonçalo, Siupé, mas nunca foi aparecido (TERRA).

Nasci aqui, me criei, nunca saí daqui. [Essa terra é] herança da minha mãe e do meu pai. Eram três irmãos: tio Manel, tio Raimundo e finado Zé, o finado Zé era meu pai (TERRA).

A comunidade chamada de Tanques tem uma extensa terra comprada pelo proprietário da empresa Ypioca. “Tinha um morador, mas mudou-se. A rede de energia da siderúrgica passou na casa dele, agora só é mato” (CHUVA).

Aqui trabalhei muito tempo na agricultura, aqui nós fomos criados na roça. Sete irmãos, um falecido. Essa comunidade aqui é só família, fui criado na roça, essa família. Não cheguei a conhecer meu avô. Meu avô era pescador do mar, do Pecém, criava gado. Dizem os mais velhos aqui que era assim uns morrendo e passando pra primo, pra filho (RIO).

Assim como a agricultura, a pesca artesanal tanto em água salgada em alto mar, quanto em água doce nos lagos, rios e açudes, eram práticas de produção e reprodução da vida em toda a região. Porém, desde a construção do porto, a Vila dos Pescadores do Pecém foi expropriada e com a ampliação do CIPP, ampliaram-se também as áreas cuja pesca foi sendo impedida de ser realizada.

Aqui consideramos importante visibilizar o histórico da organização portuária, haja vista essa região ser anteriormente eminentemente voltada para atividades com a pesca. Sousa (2019) evidencia quatro momentos da história dos portos no Brasil. A primeira fase corresponde àquela da implantação para a chegada dos colonizadores, geralmente próximo a pequenos núcleos urbanos e com estruturas construídas próximas aos rios. Nesse momento, o objetivo principal dos portos era a troca dos produtos manufaturados e de escravizados/as.

O segundo momento já tem relação com a Lei de Abertura dos Portos às Nações Amigas e a regulação realizada por D. João VI em 1808. Já na terceira fase já temos a concessão da gestão dos portos à iniciativa privada e a consolidação da hegemonia do mercado internacional que vai se consolidando até a primeira metade do século XX.

A produção de café foi a responsável não só pela modernização e ampliação dos portos naquele período, como também impulsionou a instalação de uma rede de infraestrutura ferroviária para facilitar o escoamento até o litoral, assim como de instituições bancárias e atividades ligadas a essa agroindústria.

Com a República, aprofundou-se a exploração dos portos pela iniciativa privada, que não só administrativa, mas também foi a responsável pela melhoria das instalações, possibilitando a atracação de navios de maior calado. “Contudo, as disparidades entre os portos brasileiros se aprofundaram. Excetuando os portos com movimentação rentável, os outros portos amarguraram péssimas condições de funcionamento” (SOUSA, 2019, p. 35).

O quarto e derradeiro momento da organização das regiões portuárias brasileiras está relacionado ao período desenvolvimentista e ao processo de estatização da gestão dos portos no período do Estado Novo varguista. No período de ditadura militar o foco foi em investimentos na área de segurança, considerando o contexto da Guerra Fria.

A presença do Estado nos investimentos e regulação aumentou a ponto de ser criado em 1975 a Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS por Virgílio Távora, representando o interesse do governo na centralização das atividades administrativas e consolidando o modelo monopolista do sistema portuário nacional (SOUSA, 2019).

E a última fase de modernização portuária acontece neste período de implantação do Porto do Pecém e ampliação com o CIPP. A PORTOBRAS é extinta através da lei 8029/90, no contexto neoliberal, o atual sistema portuário brasileiro passa a ser composto por nove Companhias Docas, sendo oito públicas e uma privada, bem como quatro concessões estaduais e mais quatro portos privados. “[...] o porto do Pecém é o primeiro do país a operar dentro do modelo da nova legislação operando na categoria de terminal privativo de uso misto, no qual movimenta cargas próprias e de terceiros. A Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS)” (SOUSA, 2019, p. 37).

Vejamos que a implantação do Porto do Pecém já ocasionou diversas mudanças nesta área de estudo, conforme já sinalizamos anteriormente, que se aprofundaram com a ampliação do CIPP, através, principalmente, da implantação e operacionalização da siderúrgica e das termelétricas. Essas mudanças estão acompanhadas de uma série de violação de direitos que ao longo do texto foram sendo sinalizados.

Escolhemos finalizar essa sessão visibilizando a violação do direito à participação popular e democrática no processo de licenciamento ambiental para a ampliação das indústrias do CIPP. Apesar de o Brasil contar com uma legislação que garante às populações impactadas o direito à informação e a participação em audiências públicas, as pessoas das comunidades de Saquinho, Olho D’Água e Tanques, só ficaram sabendo da siderúrgica e das termelétricas quando essas já estavam sendo construídas.

De acordo com a Resolução 001/1986 do CONAMA, em consonância com o Artigo 225 da Constituição Federal Brasileira, é dever do poder público garantir um estudo prévio de

impacto ambiental de projetos potencialmente causadores de danos ambientais. A legislação também garante a realização de audiências públicas a fim de que as populações impactadas possam realizar manifestações sobre o empreendimento, bem como, em consonância com o princípio da democracia, decidir pela não realização do que está sendo proposto.

Em se tratando de comunidades indígenas, quilombolas, pescadores/as, ou seja, populações tradicionais, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, prevê o direito à consulta livre, prévia e informada, dando-lhes o poder de decidir sobre questões legislativas e executivas do Estado que podem lhes impactar diretamente.

E independentemente de serem povos tradicionais, o direito à informação é fundamental em se tratando de um Estado democrático e está previsto na Constituição Federal de 1988, rompendo com as práticas ditatoriais. Esse direito foi fortalecido com a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI/2012). Perguntamos às entrevistadas como ficaram sabendo da siderúrgica e das termelétricas, vejamos as respostas:

Aqui não comunicaram nada a ninguém (VENTO).

Não falaram nada aqui pra gente, quando vimos, já estava fazendo. As comunidades nem sequer puderam se organizar pra resistir porque quando ficaram sabendo as empresas já estava sendo construídas (RIO).

Andaram aí falando dessas coisas, mas quem sempre conversava era a minha menina, mas já tinha construído as empresas (FOGO).

Eles falaram por lá que iam fazer, mas aqui mesmo, comunicar não, só mesmo onde eles desapropriaram pra lá, nós mesmo aqui, não. Não mexeram com nós não. Só trouxeram essa vila pra cá. Mas tem outras pra banda do Siupé, pra aqueles lado acolá (CHUVA).

Dessa forma fica evidente outra violação de direitos também relacionada às expropriações resultantes da ampliação do CIPP. Mesmo ocupando historicamente um território que dista menos de cinco quilômetros da área onde foi construída a siderúrgica e das termelétricas, as pessoas não foram informadas, consultadas, nem consentiram a presença desses megaprojetos. Essa cadeia de violação recebe o respaldo do governo cearense quando esse também não apresenta com transparência as formas como foram realizadas as desapropriações e os reassentamentos.

4.2 Trabalho, ocupação e desemprego em comunidades do entorno do CIPP

Nesta seção nos dedicaremos a expor como o CIPP estabeleceu novas relações de trabalho, de produção e reprodução da vida a partir dessas comunidades que estão bem

próximas às termelétricas e à siderúrgica. Uma das principais ideologias que acompanham os megaprojetos, que inclusive passa a ser a principal justificativa do Estado, é a da oferta de emprego e renda e, por sua vez, o desenvolvimento econômico e social para a região. Com o CIPP, não foi/é diferente.

De acordo com a publicação da Assembleia Legislativa do Estado, que já mencionamos algumas vezes (ALCE, 2013), a Companhia Siderúrgica do Pecém deveria ofertar 5.500 empregos diretos e indiretos.

Foram avaliadas as oportunidades de desenvolvimento em relação ao CIPP, das quais algumas já estão sendo impactadas, positivamente, pela oferta de emprego para moradores locais, outras porque estão ofertando moradias para funcionários das indústrias e outras, ainda, esperam os benefícios que virão do complexo industrial, especialmente trabalho e renda (p. 127).

Ao passo que associa o desenvolvimento da região com a oferta de empregos, a publicação afirma que todas as localidades estão sendo impactadas por um processo de crescimento urbano desordenado – “[...] os núcleos urbanos mais próximos do CIPP apresentaram crescimento populacional variando de 18,52% a 25,17%, no período 2000-2010, de acordo com o IBGE – e pela deficiência de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água e esgotamento sanitário, saúde e segurança, dentre outros” (ALCE, 2013, p. 127).

Os documentos também apresentam informações referentes à sobrecarga das políticas públicas.

A educação é ofertada por uma escola situada nas imediações dos outros equipamentos (posto de saúde e creche), entretanto, pelo aumento da demanda, constata-se necessidade de ampliação. O atendimento à saúde é realizado em um posto nas proximidades do trevo da Parada, que está sempre lotado devido ao acréscimo da demanda do reassentamento. Há, também, uma creche junto ao posto de saúde, que presta um bom serviço, mas que, também, é pequena para atender a todas as crianças (ALCE, 2013, p. 127).

Há uma seção desta publicação que aponta uma série de dados entre os anos 2007 e 2011 referentes ao crescimento de empregos formais e informais nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, onde se encontram as indústrias do CIPP. “Entre os anos de 2007 e 2011, o emprego formal em Caucaia cresceu 66,1%, atingindo a marca de 30,1 mil postos. Já em São Gonçalo do Amarante, o crescimento foi muito superior, alcançando 157,4% e totalizando 9,5 mil vagas em 2011” (ALCE, 2013, p. 209). Tais crescimentos podem ser explicados em razão da demanda de trabalhadores na fase de instalação/construção das indústrias, de demanda para a construção civil que são, portanto, transitórios.

As informações apontam que o setor industrial foi o principal responsável pela oferta de empregos, sendo 44,4% em São Gonçalo do Amarante e 33% em Caucaia. De acordo com

a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2011 foram ofertados pelo setor industrial em geral, 4.196 postos de emprego. Nos ramos do extrativismo mineral, somaram 32; na indústria de transformação, um total de 1.076 e dos serviços industriais de utilidade pública 164 postos de trabalho. A grande maioria dos(as) empregados(as) recebem de 1,01 a 1,50 salários-mínimos (2.930 pessoas, em 2011). Recebendo entre 2,01 a 3,00 salários mínimos, temos 1.634 pessoas e de 1,51 a 2,00 salários mínimos, o quantitativo de 1.493 (RAIS, 2011).

Durante a pesquisa de campo dialogamos com um representante do sindicato dos trabalhadores do CIPP, a fim de levantarmos os números reais de trabalhadores(as) atualmente, particularmente na siderúrgica e nas termelétricas e especialmente aqueles que são naturais da região. Essa necessidade surgiu durante a realização das entrevistas os(as) interlocutores(as), afirmavam com veemência que poucas pessoas dos territórios trabalhavam no Complexo.

Os(as) entrevistados(as) conseguiam contar rapidamente quem eram as pessoas das comunidades empregadas no CIPP, não ultrapassando quatro, por território.

Não conheço muita gente que trabalha ai não. Aqui mesmo, no Olho D'água só tem dois (MAR).

Conheço algumas pessoas, poucas que trabalham lá. Outra que trabalharam, mas já saíram, já foram pra outros cantos (FOGO).

Não, não tem muita não. Deus abençoe que melhore as coisas, porque se não melhorar estamos é lascado (TERRA).

O representante do sindicato também considerou a importância dessas informações, mas infelizmente ainda não as possui. De acordo com o seu relato, são poucas as pessoas da região que trabalham no CIPP⁵⁵. Contou-nos que nos dois primeiros anos de construção das indústrias um quantitativo maior de pessoas foi empregada, porém operários de outros estados, como Pernambuco e Bahia, ultrapassaram o quantitativo de pessoas da própria região. Após a construção, houve demissões em massa e para a fase de operação se manteve um número reduzido de trabalhadores(as).

Em questão de emprego e questão da poluição. Trabalhei na siderúrgica só no começo, quando estava construindo, depois foi se acabando o emprego. Tem muita gente, muito peão de fora. No início eram 5 mil pessoas pra almoçar, muita gente de fora - eram tão ignorantes [patrões]. Faziam greve. Tinha tempo que botava todo muito do refeitório pra fora, depois que construiu foi tudo embora, acabou o serviço e foi diminuindo (RIO).

⁵⁵ Durante a realização da pesquisa buscamos informações junto ao SINE/IDT de São Gonçalo do Amarante referente aos/às trabalhadores/as da região empregados/as no CIPP, mas não obtivemos êxito.

Na reta final desta pesquisa estivemos coletando dados do Ministério do Trabalho sistematizados pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT/SINE), unidade Pecém⁵⁶. Com relação a quantidade de vagas ofertadas no período de 2008 a 2022 (lapso temporal desta pesquisa, considerando o período de construção e operação das termelétricas e da siderúrgica), há um total de 626 ocupações, nos variados níveis de escolaridade, e parte considerável atende às necessidades do CIPP.

As ocupações de Servente de Obras (636), Alimentador de Linha de Produção (279), Pedreiro (203), Carpinteiro (111) são as que tiveram mais vagas ocupadas em 2008, início da construção da primeira termelétrica e demais indústrias de suporte. Em 2011 houve um aumento da oferta de vagas para Servente de Obras (851), entretanto, as demais caíram; Alimentador de Linha de Produção (30), Pedreiro (38) e Carpinteiro (51).

Sobre isso recordamos Porto Gonçalves (2020) no prefácio do livro organizado por Rigotto e Sant’Ana: “Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração”. O autor, retomando a histórica economia periférica brasileira e sua estrutura colonial, afirma que o adjetivo pátrio terminado em “eiro” (brasileiro), era um epíteto designado em Portugal durante o período colonial, “o português que voltava rico por explorar o Brasil”. Madeireiros, mineiros, que se transformaram nos trabalhadores explorados como pedreiro, carpinteiro, borracheiro, etc.

Observamos que neste ano, as ocupações de Soldador (439), Eletricista (188), Montador de Máquinas (383) e Montador de Andaimos (284) tiveram um aumento, acompanhando as fases de construção da termelétrica. A partir do ano seguinte, quando inicia sua fase de operação, parte dessas vagas ofertadas vão decrescendo e outras ocupações como Vigilante (191), Forjador (174) e Trabalhador de Manutenção de Edificações (100), cresceram. Movimento semelhante acontece com as fases de construção e operação da CSP⁵⁷.

Outros dados que recebemos apresentam a escolaridade dos/das trabalhadores/as colocados no mercado de trabalho. No mesmo período observado, o quantitativo de pessoas

⁵⁶ Aos dias 2 de dezembro de 2022 estivemos realizando uma visita técnica à Comunidade de Chaves. Moradores/as desta comunidade apresentaram a demanda ao Fórum dos Atingidos pelo CIPP, referente a uma empresa instalada a menos de dois anos nas proximidades, que vem elevando o nível de poluição do ar, com um particulado “preto e brilhoso”. A empresa Sudamin Remafra Refratários Ltda, de origem colombiana, com sede em Minas Gerais, “reaproveita os rejeitos” da CSP, com instalação e trabalho à primeira vista, bastante amadores. Na ocasião, identificamos a possibilidade de recolher dados do SINE/IDT Pecém sobre os empregos no CIPP. Em razão disso, voltamos aos dias 16 de dezembro de 2022 e, em diálogo com o Sr. Grijalba Marques, gerente do IDT/SINE Pecém, conseguimos algumas informações relevantes, referentes às mediações de empregos realizadas por essa instituição e as empresas do CIPP. Os dados apresentados estão limitados aos cargos que são viabilizados via IDT/SINE, decerto há um quantitativo de empregos que não passam pelo SINE.

⁵⁷ As tabelas com todos esses dados estão em anexo.

com ensino médio completo foi superior em todos os anos. Em se tratando da faixa etária, também no mesmo período, predominam as idades entre 30 e 39 anos (maioria dos/das trabalhadores/as alocados/as no mercado e em segundo lugar estão os/as com idade entre 25 e 29 anos. Na classificação por sexo, em todos os anos, as pessoas do sexo masculino superam em três ou quatro vezes mais as do sexo feminino (não há classificação por orientação afetiva/sexual), também é superior em todos os anos as pessoas que se classificam pardas. Esses dois recortes nos direcionam para inúmeras reflexões que vem avançando, inclusive no Serviço Social, sobre a divisão sexual e racial do trabalho.

Os empregos, em geral, disponibilizados pelo CIPP, selecionam homens não brancos, com escolaridade mediana e recebendo salários que variam entre 1,51 e 2 salários-mínimos. Em seguida estão os/as trabalhadores/as com faixa salarial entre 1 e 1,5 salários-mínimos. Uma informação fundamental para essa pesquisa que não conseguimos do IDT/SINE tem relação com a origem, a naturalidade desses/as trabalhadores/as. A fim de identificarmos quem são os/as trabalhadores/as originários da região, esse dado seria de muita valia, mas o sistema não apresentou. Apesar disso, algumas pessoas, no quesito raça/cor, se identificaram, ainda que excepcional, como indígenas em alguns dos anos entre 2008 e 2022.

Vejam, essas informações, apesar de não expressarem toda a massa trabalhadora do CIPP, haja vista existirem empresas que contratam diretamente, sem contar com a mediação do IDT/SINE, são dados que nos apresentam um quadro sobre o mundo do trabalho no CIPP. Esses dados, a princípio, confirmam o que as interlocutoras da pesquisa informaram sobre o volume de empregos (bastante propagandeado pelo Estado) nos períodos de construção das empresas, mas que na fase de operação há uma considerável diminuição.

Outra articulação que podemos fazer tem relação com as ocupações demandadas pelo CIPP e os cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE - Campus Pecém), quais sejam: Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho e Química. “[...] construído pelo Governo do Estado do Ceará, numa visão de futuro para atender às demandas latentes de capacitação e as que se apresentarem ao longo da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém”⁵⁸. Na sede dos municípios de Caucaia e São Gonçalo, bem como em Fortaleza, também cresceram instituições privadas, como o CEPEP, Escola Técnica responsável pela oferta de diversos cursos que também atendem à demanda do CIPP.

⁵⁸ Disponível em: <https://ifce.edu.br/pecem/campus-pecem/o-campus> . Acesso em 18 de dezembro de 2022.

Importante recordarmos que à época da construção do Porto, ainda no início dos anos 1990, circulava o discurso de que aquela região era pobre e que as pessoas viviam sob condições precárias. Vinculavam essa suposta condição de vida às práticas de trabalho que predominavam, quais sejam a agricultura, a pesca e o artesanato.

Essa prática de desconsiderar modos de vida que não estão diretamente inseridos na lógica de produtividade do capital como arcaicos e insuficientes para a sobrevivência das pessoas, acompanha a chegada do “desenvolvimento”. Essa ideologia, inclusive, passa a ser incorporada pelas próprias populações locais. “Era pobre, só tinha umas veredas, a gente andava pisando nos mato” (CHUVA).

Essa estratégia do capital possibilita expropriações, a negação do modo de produção realizado tradicionalmente por territórios, faz com que suas práticas laborais percam materialidade e são substituídas pelo trabalho alienado do capital nas indústrias. Estrategicamente, ao longo do desenvolvimento capitalista, vincula-se a precarização da vida da classe trabalhadora ao trabalho com agricultura, pesca, artesanais, considerados arcaicos. Com isso há a promoção da disponibilidade das populações para vender sua força de trabalho para o capital.

O que encontramos nessas comunidades do entorno do CIPP expressam também processos de acumulação primitiva de capital, apesar de essa prática estar presente no início da organização da sociabilidade capitalista, localizada naquele tempo e espaço.

As pessoas viviam do seu suor né?!Trabalhavam, davam um dia de serviço. Botava o roçado, quando fazia a farinha eles vendiam aquela farinha, aquela goma que eles produziam. Da agricultura, peixe. [Avô, dono das terras] Ele tinha as pessoas que trabalhavam pra ele e ele era o proprietário. Tijolo também. Ele arrendava as lagoas pra fazer tijolo (VENTO).

Era só diária de serviço mesmo. Trabalhava por diária e os que não tinha terreno, trabalhava de diária. Esses mais novo que tem agora, da família mais nova é que tem outros empregos e estão alguns nas fábricas (CHUVA).

Era isso, tijolo, agricultura, a pesca muitas vezes para sobreviver, pra uma refeição, uma coisa, pra consumir (VENTO).

Nunca trabalhei de carteira assinada, sempre trabalhei dentro da agricultura. Me casei, meu marido plantava roçado e eu quem cuidava mais ele (MAR).

Pescaria sempre teve. Meu pai era pescador, caçava e pescava. Trabalhava às vezes nas olarias (FOGO).

Esses relatos nos apresentam os trabalhos realizados pelas populações que tradicionalmente ocuparam aquele território. Porém, com a chegada do CIPP, essas formas de produção e reprodução da vida praticamente desapareceram. Aquelas responderam à pergunta:

Como era a vida aqui e o trabalho antes da chegada do CIPP?. Na continuidade as respostas apresentam elementos contraditórios dessa realidade:

Minha filha melhorou muito pra todos os pobre né? Melhorou porque tem muito que tem o emprego, e não quer trabalho né?! Agora quem tem coragem de trabalhar, enfrenta. O meu enfrentou, graça a Deus, trabalha nessa empresa, nunca ele saiu nem um dia. Trabalho de cozinheiro, nunca falhou nenhum dia. Esse daí que tá aqui também nunca falhou. É bom, só um pouco longe, mas né?! ele tava indo de bicicleta, agora a firma vem buscar e deixar ele (MAR).

Outra entrevistada, que é comerciante, relata uma situação vivida junto ao CIPP.

Fazia trabalho pra siderúrgica, só que como houve uma demanda com os coreano que nos deu um prejuízo de R\$ 40 mil, perdemos praticamente nossos bens - que foi os ônibus e as topics, que eu tinha. Eu não, meu esposo que tinha, seis ônibus e três topics. Devido a despesa com motorista, combustível, pneu, essas coisas né, do dia a dia pagando transporte, nos enganou, foram simhora e nos deixaram na mão. Ai nós fomos obrigados a vender nossos bens. Só não a nossa residência, pra poder pagar algumas coisas. Aonde nós entramos em várias processos de causas trabalhistas. Eu sei que a gente não recebe mais porque daqui foram embora pra Coréia, quem é que vai atrás. E ultimamente meu esposo é aposentado, ainda tem um ônibus, trabalha pra uma empresa particular e eu tenho esse comércio. Não sou aposentada e tenho esse comércio. Foi dentro da siderúrgica. Transportando funcionários. Está com 4 anos, logo no início, na cavação dela todinha, da termelétrica, de tudo aí. Aí quando a gente estava bem agregado com eles, eles tiraram os ônibus da gente, de muitos empresários da nossa redondeza. Botaram pra fora e pegaram a Gertaxi pra botar, uma empresa de nome, de fama, muito ônibus bom. Era pra eles terem nos apoiado, mas eles não fizeram nada disso (VENTO).

A entrevistada Rio assim se manifesta:

Aqui antigamente não tinha emprego, só existia uma empresa, a Woben, depois a BRFisher Trabalhei dois anos nela. Aí depois foi se enchendo, se enchendo de empresa (RIO).

Outra fala se refere aos impactos considerados positivos do CIPP

Melhorou muito, as pessoas principalmente, aquelas pobres, aquelas mães que criaram os filhos já com muita dificuldade, mas que seus filhos hoje já tem uma vida melhor que as mães que seus pais né. Antigamente você via um pobre com uma chinela trocada, uma blusa rasgada. Você num via uma televisão, uma geladeira na casa de ninguém. Hoje tudo tem televisão boa, tem uma roupa boa, já pode comer uma coisa melhor, um alimento melhor. Tem haver com a chegada sim das empresas. A termelétrica e a siderúrgica ela desenvolveu muito para o povo trabalhar, pra ter uma sobrevivência melhor né. Às vezes eu digo assim: ai meu deus tem gente que bota banca com uma comida, com uma coisa com outra. Ai meu esposo diz assim, mas você tem que ver que era antigamente hoje tá diferente as coisas né (VENTO).

Foram vários empregos como pra pedreiro, servente né, eletricista que aqui nesse lugar ninguém ouvia falar em eletricista, hoje nós já temos eletricista de prédios industriais. Nós temos muita gente capacitada aqui no nosso lugar. A maioria das pessoas tem computador na sua casa né, tem cursos eletrônico, tem curso pra computação. Melhorou muito né (VENTO).

Essas ocupações vão ao encontro dos dados apresentados pelo IDT/SINE, são as ocupações com maior oferta de vagas. Conforme o gerente da unidade Pecém, uma

característica dos empregos do CIPP é a curta temporalidade. Há uma flutuação dos empregos, conforme afirmam as entrevistadas. Buscamos identificar quais as empresas do CIPP que mais empregam, porém, em razão do sigilo requerido pelas próprias empresas, essa informação não foi concedida.

Meu neto teve oportunidade de trabalho, graças a deus. Passou dois anos e 6 meses da CSP como jovem aprendiz e depois conseguiu se fixar e passou dois anos e dois meses, ai saiu. Recentemente conseguiu como soldador na Votorantim (FOGO).

Não tem mais muita gente que vive da agricultura. Os mais velhos já morreram e os outros vão atrás de outras coisas pra trabalhar (FOGO).

Sempre trabalhei na área de cozinha. Antes trabalhava na Tortuga [que] hoje é a DSN, de ração. Trabalho na cozinha na parte da refeição dos trabalhadores, há 6 anos. Entrei na época, na parte de limpeza lá dentro. Ai como surgiu uma vaga dentro da cozinha, aí um colega meu me ajudou a ir pra cozinha mesmo (RIO).

Quando falamos de mudança, a primeira coisa declarada diz respeito aos (poucos) empregos, como sinônimo de melhoria para a vida do povo. Incrível como a ideologia do Estado tomou de conta das consciências. Atrelam melhoria e desenvolvimento à possibilidade de vender a mão de obra, mesmo alterando completamente as condições de vida. Há muitas possibilidades de aprofundarmos essas contradições da realidade, Galafassi (2009) nos auxilia:

La separación de las poblaciones respecto de sus medios históricos de producción, la aparición del trabajo asalariado y la constante reproducción de los mecanismos de acumulación, son tres de los procesos que reaparecen en forma permanente en los diversos lugares que el capital va colonizando o re-colonizando (es decir re-ocupando los espacios con renovadas formas de economía de mercado, en correlación con la evolución mundial de este y con el progreso tecnológico) y así son mayoritariamente tratados por la bibliografía actual que rescata el análisis de la acumulación originaria (o primitiva) para el estudio de la sociedad contemporánea (GALAFASSI, 2009, p. 7).

Partindo desta dada particularidade que estamos analisando há de trazermos elementos da universalidade, almejando nos aproximar da totalidade da realidade. Assim, consideramos importante evidenciar que o CIPP está inserido no programa de modernização da economia cearense que busca rupturas das relações políticas que caracterizam os governos dos coronéis. Desde o primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966) com a eletrificação do Estado, a atração de grandes indústrias, com a construção do polo industrial de Maracanaú, tem sido vista como um vetor de aumento das receitas e o consequente desenvolvimento industrial.

O intenso processo de industrialização que o Ceará passou com o aporte de recursos vindo do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e que promoveu uma modernização econômica foi outro fator importante. No caso cearense a maior parte dos recursos empregados na industrialização foi oriunda de uma elite econômica local o que favoreceu que o CIC se colocasse como o representante desta para substituir o governo dos coronéis, mesmo sendo estes os que criaram as bases para a industrialização (SOUSA, 2019, p. 31).

O Complexo Industrial Governador Mário Covas com 53,25% da sua área localizada município de Caucaia e 46,75% no município de São Gonçalo do Amarante, é resultado dessa política de modernização implementado pelo governo de Tasso Jereissati (1995 – 2002), constituindo o “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará” (1995 –1998) com vinculação aos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), conforme já sinalizamos.

O discurso dos novos empresários, que representava a elite política e econômica cearense que emergia durante a redemocratização do Brasil, estava carregado com cunho modernizante de superar o atraso econômico e suplantando as velhas práticas clientelistas que marcaram a política cearense e nordestina (SOUSA, 2019, p. 14).

Oliveira (1985) identifica essa estratégia de superação do atraso por via do “desenvolvimento” que no Nordeste também teve particularidades e nos complexos industriais estiveram e ainda estão imersos nessa estratégia econômica.

4.3 Territórios, expropriações e as mudanças no acesso e uso dos bens comuns da natureza

Nesta derradeira sessão buscaremos visibilizar as contradições entre capital, natureza e o trabalho priorizando as mudanças nas relações de trabalho estabelecidas por comunidades camponesas, indígenas, extrativistas e pescadoras antes da chegada do Porto do Pecém e sua ampliação para um complexo industrial. Apesar de pairar nos circuitos acadêmicos, afirmações que a teoria social crítica marxiana instrumentalizou a natureza e reduziu-a ao produtivismo, apresentaremos importantes contribuições de autores marxistas da atualidade que direcionam e visibilizam seus apontamentos na direção contrária a essa.

A começar pela compreensão do próprio Marx de que a natureza não é propriedade humana. “Mesmo toda uma sociedade, uma nação, todas as sociedades de uma época somadas, não são proprietárias da terra. Elas são somente posseiras da terra, os que a utilizam e como bons pais [e mães] (grifo nosso) de família a devem repassar às gerações seguintes em melhores condições” (MARX, 1983a: 784 apud ADRIOLI, 2009 p. 5). A centralidade da nossa análise está na forma que, ao longo do tempo, a humanidade foi dominando a natureza, particularmente na era do capital, cujas “forças produtivas foram se transformando em forças destrutivas” dos bens comuns da natureza.

Portanto, em nossas análises nos distanciamos daquela perspectiva que beira ao moralismo, dicotomizando essa relação entre o ser humano e suas bases materiais de

sobrevivência, que estão na natureza. Aqui também compreendemos que a destrutividade dos solos, das águas e do ar não são de responsabilidade dos indivíduos e do seu consumo pessoal, mas é especialmente resultado de como a classe que se apropria da natureza (burguesa/capitalistas) e da força de trabalho de modo que foi transformando os bens comuns em fonte de lucro. Há de termos uma atenção à “armadilha ideológica de redução do debate ambiental a uma questão de afirmação de valores, à moralização da economia ou a uma falsa dicotomia entre ecocentrismo e antropocentrismo” (ANDRIOLI, 2009, p. 9).

Marx já apontava nos seus escritos essa relação de destrutividade da natureza para a produtividade do capital, a exemplo da teoria da renda da terra. Exemplifica como a agricultura é desenvolvida para atender às necessidades do mercado. Ele elabora extensos estudos para explicitar os lucros advindos dessa atividade, a chamada renda da terra, quando apropriada pelo capital.

A teoria da renda da terra explica como parte do lucro global é derivado para pagar pelo uso de um pedaço do planeta. Isto constitui uma irracionalidade dentro da própria lógica do capital. Irracionalidade que fica evidente, por exemplo, nas cidades capitalistas mais avançadas onde a terra foi municipalizada (FOLADORI, p. 157).

É daí que também se origina a dicotomia entre cidade e campo. Essas sinalizações evidenciam que as afirmativas de produções do intelectual numa perspectiva economicista e produtivista, talvez estejam vinculadas com uma leitura enviesada das suas análises.

Marx era evidentemente antropocentrista. Com isto entendemos que o interesse pela natureza reside na importância que tem para a realização da espécie humana. Entretanto, a visão antropocêntrica de Marx atribuía ao tipo de relações sociais a causa principal do distanciamento do ser humano da natureza, o que implicava uma utilização classista dos recursos naturais e um esbanjamento irracional do mundo natural. Com isso submetia a tecnologia, e o desenvolvimento das forças produtivas em geral, a uma crítica histórica; isto é, a uma análise de seu uso sob determinadas relações sociais (FOLADORI, 1997, p. 160).

Esses estudos marxianos mostram que em meados do século XIX, a forma de produção capitalista já era compreendida cientificamente considerando sua constituição a partir da relação entre trabalho, ser social, capital e natureza. Ainda sobre a agricultura e a renda da terra, vejamos:

a gênese da agricultura capitalista como algo que rompe a relação orgânica do trabalhador com a terra. [...] A relação capitalista com o solo é puramente mercantil, predatória. Não está conectada às gerações futuras (DANTAS, 2010, p. 101).

Cada progresso da agricultura capitalista não é somente um progresso na arte de expropriar o trabalhador, mas, ao mesmo tempo, na arte de expropriar o solo; cada progresso em aumento da sua fertilidade por um determinado tempo é, ao mesmo tempo, um progresso na ruína da fonte da sua fertilidade a longo prazo (DANTAS, 2010, p. 103).

Dito isso vamos nos reaproximando das comunidades de Saquinho, Olho D'Água e Tanques a fim de identificar como as relações capitalistas constitutivas do CIPP vêm expropriando esses territórios e os bens comuns da natureza. Nos relatos seguintes é possível observar como a dispersão do carvão mineral e do ferro pelo ar, alterou o solo e passou a impedir a continuidade dos cultivos de algumas culturas realizadas historicamente.

Era uma vida tranquila. Começou depois dessas indústrias os pés de planta cheio daquelas lêndas brancas e aquele pó véi preto. Lá em casa eu quero que você veja, quando eu vou varrer é o pó mais horrível do mundo (MAR).

Os pés de planta tudo; esse aqui é um pé de laranjeira, eu quero que tu veja, a folha chega é dura assim preta, preta, preta, aliás é as plantas tudim. Aqui não deu mais. Aqui dava ata era demais, caju, agora vive umas atas desse tamanho [bem pequena], ela seca sem amadurecer. Caju, os caju réi só uns nós pequenos cheio, rachado, couro duro, e vive desse jeito tudim. Morre pé de árvore grande, eu num sei se é disso as árvores que morrem. Porque antigamente aqui a gente criava árvores anos e anos crescia e tudo, agora cai, morre. Pessoal diz que é disso daí né. Mas eu não sei dizer. Eu só sei dizer da fumaça (CHUVA).

As mudanças das plantas o pessoal diz que é por conta desse pó né, que disse que esse pó dá câncer né também. Tem gente que diz que [...] não vai produzir mais planta nenhuma por causa desse pó de ferro (CHUVA).

Neste caminho, há de reafirmarmos a relação estabelecida entre ser humano e natureza, em especial às formas de apropriação dos bens comuns. Antes da chegada do CIPP as pessoas cultivavam alimentos que agora não conseguem mais em razão dos impactos negativos dos empreendimentos sob o ar.

Isso nos envia novamente à categoria trabalho e a relação ser humano/natureza. Partimos da compreensão de que desde que o ser humano passou a conhecer e dominar as esferas orgânicas e inorgânicas da natureza e as técnicas e instrumentos de trabalho, instaurou-se relações de destrutividade da natureza.

Retomando o que já fora assinalado anteriormente, sobre o trabalho numa perspectiva ontológica Engels (1999), em seu texto “Sobre o papel do macaco na transformação do macaco em homem”, também partindo da ontologia, apresenta como o trabalho é responsável por fundar o ser social. Através do trabalho que o homem simiesco foi mudando sua postura e desenvolvendo importantes habilidades com as mãos, transformando a natureza e sendo transformado por ela.

O ser humano ao atuar “sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (SILVA, 2010).

O trabalho humano não é ação realizada sobre o meio de forma instintiva ou mecânica, mas processo complexo de aprendizagem, no qual o homem, além de repetir ações e processos, como os outros animais, desenvolve técnicas e tecnologia que lhe são úteis. O homem se diferencia dos demais animais ao criar suas próprias ferramentas e sua ação não se limita a modificar os materiais que encontra disponíveis na natureza. No

fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (SILVA, 2010, p. 56).

Ao longo do desenvolvimento da história da humanidade, também foram se modificando as formas de dominação e apropriação dessa diversidade de formas de vida no planeta, que não a humana. E na sociabilidade capitalista essa apropriação tem como destino principal e final a máquina de lucros do capital.

Nesta sociabilidade o ser humano, bem como a natureza, são transformados em mercadoria - o que Lukács categorizou de reificação; “dupla alienação”. Corroborando com Dantas (2010), compreendemos que “[...] a relação com a natureza sofre uma determinada deformação ou ‘falha metabólica’: a produção – ou a relação dos homens com a natureza através do trabalho – se recompõe, tendo como objetivo a acumulação de capital, de mercadorias” (p. 89). Há, portanto, um profundo estranhamento entre o ser humano genérico (entre si) e deste com a natureza. O autor supracitado compreende essa falha metabólica,

[...] como sendo esse hiato, essa ruptura que se abre na relação homem-natureza. O objetivo da produção, diferentemente de antes, não será o de satisfazer necessidades (mesmo que sejam as da classe dominante, sua suntuosidade, seu poder, seu excedente etc.), por meio da produção de valores de uso, de consumo. O objetivo agora é acumular capital, produzir para vender para obter mais-valia. A natureza estará subsumida ao reino das mercadorias. (DANTAS, 2010, p. 92)

É correto e necessário jamais se perder de vista que a espécie humana é a única em que um setor impede que os demais tenham acesso natural aos víveres, à natureza, aos meios de sobrevivência. Por conta da fratura social interna, social e política. O que remete a ecologia e o ambientalismo diretamente para o campo da política, política revolucionária. Isto em primeiro lugar. Uma ecologia que recorra à dialética materialista na sua análise da natureza e da relação da sociedade com a natureza se faz, então, necessária. (DANTAS, 2010, p. 114-115)

Na contemporaneidade, essas relações se aprofundaram ao ponto de apresentar bases materiais para a comunidade científica, com toda a sua diversidade, partindo de paradigmas e epistemologias distintas, afirme a necessidade radical de mudanças nas formas de exploração dos bens comuns.

Não há conciliação histórica possível entre uma produção voltada para o lucro – cuja dinâmica inexorável é a da acumulação do capital – e qualquer coisa parecida com utilização racional e ambientalmente correta dos recursos naturais. Como argumentou Marx sobre a agricultura capitalista, ela não é apenas a arte de depredar o trabalhador, como também o solo. Uma coisa leva necessariamente à outra: a alienação na relação entre os homens é seguida da alienação da relação sociedade-natureza (DANTAS, 2010, p. 87).

Essa forma de transformação da natureza em lucro foi condição fundamental na consolidação da sociabilidade capitalista através da acumulação primitiva. Porém, essa

movimentação permanece presente na contemporaneidade, conforme observamos nos relatos dos/das entrevistados/as.

[...] la acumulación primitiva entonces, no es solo un período a partir del cual emergieron las relaciones sociales capitalistas. Más bien, es el acto histórico constitutivo de las relaciones sociales capitalistas como un todo. Como Marx puntualizó, esta separación determina la concepción del capital. La separación del trabajo respecto a sus condiciones y la concentración de estas en las manos de `no trabajadores` postula al capital como a una forma perversa de una práctica social humana en donde el proceso de producción domina al hombre, en lugar de ser controlado por él (Bonefeld, 2001: 7 apud GALAFASSI, 2009, p .7).

Mesmo no século XXI, com toda a tecnologia de ponta utilizada no sistema integrado de beneficiamento do aço na siderurgia, estão presentes formas de acumulação primitiva do capital. O ferro, transformado em placas de aço, advém do extrativismo mineral realizado em território camponês na região do Carajás (Pará). Lá os/as camponeses/as foram expropriados/as, sendo obrigados/as, em razão dos impactos da mineração, a deixarem os cultivos de suas terras, passando a vender sua mão de obra para o capital da Vale S.A. De certo essa empresa também funciona a partir do capital rentista e acionário, dessa maneira convivem, portanto, formas antigas e novas de acumulação em espaços geográficos distintos (Pará e Ceará).

De forma semelhante acontece com a atividade realizada pela termelétrica, abastecida com o carvão mineral advindo da Colômbia. Essa mineração também vem impactando negativamente a natureza e expropriando as comunidades do entorno da mina, que quando chega ao Ceará, sua queima para geração de energia também expropria os territórios locais em decorrência da emissão e dispersão do carvão mineral no ar. “Este proceso de apropiación y separación fue y sigue siendo un mecanismo esencial para el desarrollo del capitalismo, por cuanto provee el soporte necesario tanto en fuerza de trabajo como en libertad de usufructo de los recursos espacio-territoriales presentes” (GALAFASSI, 2009, p. 7).

Vejamos:

Você bota uma bacia no inverno, amanhece o dia com água da chuva. Você olhando assim parece que você tirou é água de carvão, parece carvão mesmo. Aí o chão, aqui lavam, no outro dia você passa a mão está o pó preto. Eu não uso nem nada branco aqui porque não adianta, a água de lavar roupa é da minha cacimba, é amarela e a poeira, quando você vem cedo, ave maria que coisa imunda, só a poeira da fumaça né! (CHUVA).

Nasci e me criei aqui mesmo. Deixa eu pegar minha identidade porque eu tomo muito remédio sabe?! Trabalho com agricultura mesmo. Eu planto feijão, milho, roça, não planto pra venda, plano só pra o colhimento de casa mesmo. Eu tava dizendo, negada vamo rezar pra ter um inverno bom porque se não tiver nós estamos [é mal] com uma carestia dessa. Tá tudo muito caro (TERRA).

Manga também não deu muito mais nada. Invocado essas lagartas dado na folha do feijão. Poluição agora está mais pouco. Mas antes era demais. A poluição era que a gente varria a casa né, a gente tinha aquele poção horrível né?! Agora está mais pouco.

Até agora estou percebendo [mudança nas plantas] umas lagartas que tem, elas davam na época de outubro, agora elas estão dando agora [fevereiro, risos] acho que tudo está errado né [risos]. Eu estou meio invocada com isso daí. Essas lagartas davam na época do caju, e agora estão dando (TERRA).

Ahh sim...o pessoal disse, que tem um problema com as plantas. Atingiu um pouco. Eu tenho plantado pouco (FOGO).

Alguns autores evidenciam a presença dos “cercamentos” realizados no processo de acumulação primitiva do capital na sua origem, também presentes na contemporaneidade.

Así mientras en los primeros cercamientos de lo que se trataba justamente era de fundar la propiedad privada como pilar fundamental de la sociedad, en la actualidad de lo que se trata es de expandir los espacios alcanzados por la propiedad privada o recuperarse en aquellos ámbitos en los cuales había tenido que ceder cierto terreno (GALAFFASSI, 2009, p. 8).

El rescatar los procesos de cercamiento característicos de las etapas clásicas del desarrollo del capitalismo y volver a situarlos en procesos actuales conceptualizándolos como nuevos cercamientos es también un elemento esencial para explicar los rumbos actuales del proceso de acumulación por desposesión y reproducción de la sociedad de mercado (GALAFFASSI, 2009, p. 11).

Apesar de ainda existir uma diversidade de grupos humanos que resistem aos “novos cercamentos” e conseguem estabelecer relações distintas com a natureza, sabemos que não é o que predomina. A exemplo dos povos indígenas, camponeses/as da agricultura familiar e dos povos de terreiro com sua cosmovisão africana, cuja natureza tem inclusive significados materiais e espirituais. Sobre isso, afirma Luxemburgo (2007:112 apud GALAFFASSI, 2009, p. 6)

Pero semejante sociedad no existe; sabemos que la producción capitalista no es la única que existe en el mundo. Tanto en el interior de las naciones capitalistas como en los países atrasados existen productores independientes –artesanos y campesinos– que no son ni asalariados ni capitalistas. Toda la historia del capitalismo se reduce a la historia de las relaciones entre la producción capitalista y el medio no capitalista que la rodea.

A relação de exploração dos bens comuns da natureza que predominou nesta fase atual do capital, tem sido a principal estratégia para a obtenção de lucros. No Ceará, o CIPP é um exemplo trágico dessa forma de lucratividade. Ao passo que vem “modernizando a economia cearense”, vem poluindo o ar, contaminando os solos e as águas, impossibilitando diversos grupos populacionais continuarem produzindo e reproduzindo suas vidas a partir da agricultura, da pesca e do extrativismo.

Essas relações de produção impostas pela indústria capitalista empurram a humanidade para o cenário de crise ambiental que é, por sua vez, crise das relações estruturais capitalista.

Sobre isso e ainda articulando essas análises a partir das contribuições de Marx, Dantas (2010) afirma:

a) está instalado no planeta e em flagrante desenvolvimento um processo de degradação e devastação dos solos, ares e águas, que desconstrói a qualidade da vida humana e cuja dinâmica ameaça nossa própria sobrevivência; b) a crescente degradação ambiental produzida pela sociedade tem levado todas as espécies ao sofrimento, à degradação biológica e, muitas delas, à extinção; e c) o marxismo está apto a ir mais fundo e de forma prática mais consequente na crítica a esse estado de coisas (p. 78).

Ficaram bastante evidentes, a partir da pesquisa de campo, a destrutividade do ar e da água na região. Todos/as os/as interlocutores/as da pesquisa apresentaram as mudanças no uso da água e as alterações no ar que passou a pairar suas casas - “o pó preto e brilhoso”. A região que antes brotava olhos d’águas, hoje depende do abastecimento de carros pipa. O próprio CIPP depende hoje da água que deve chegar via Canal do Trabalho, da transposição do rio São Francisco. Além da transposição do rio São Francisco, que *a priori* seria para abastecer o semiárido cearense e contribuir para a agricultura familiar que, diga-se de passagem, seu percurso seque passa pelo sertão (ver trabalho/referência sobre-mapa), outros megaprojetos do Estado também estão conectados com o CIPP. O “Consórcio Santa Quitéria” que há mais de uma década busca explorar a jazida de Itataia constituída por urânio e fosfato, deveria/deverá exportar seus produtos beneficiados também através do CIPP.

O modo de produção capitalista continua produzindo a sua própria negação e destrói a própria base de acumulação de capital. Por outro lado, o capital ainda possui um imenso potencial de expansão, integrando territórios e formas de produção, ou seja, submetendo-os ao seu modo de produção para convertê-los em formas de geração de valor de troca (CFMARX, 1983a, 791 apud ADRIOLI, 2009, p. 8).

Além do Canal do Trabalhador da Transposição do Rio São Francisco, que também tem conexão com o Cinturão as Água (CAC) (megaprojeto do governo do estado cearense), foram cavados mais de trinta poços profundos (TELLES, 2021), não sem resistência popular⁵⁹, para atender a demanda de água do CIPP que, por sua vez, polui a água disponível para o acesso da população local.

Porque eles fizeram esse poço ai, mas nem todo mundo botou água pra suas casas pra baixo, eles sofrem...pessoal não tem água encanada. Se não tiver suas cacimbas em casa ou então pra beber, comprar água 11:50 (VENTO).

Aqui consideramos relevante destacar o CAC que, de acordo com a publicação de Brito (2016), é uma das maiores obras de integração hídrica do Estado do Ceará, que tiveram início

⁵⁹ População realizou um acampamento contra a abertura dos poços no distrito de Taíba, próximo a comunidade de Parada que dista poucos quilômetros da siderúrgica e das termelétricas. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/luta-pela-agua-no-ceara>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

em 2013. Essas que “[...] outrora eram atributo das políticas dos coronéis e agora servem à expansão do agrohidronegócio. O legado desse tempo histórico foi a construção de 7 transposições hídricas e 153 açudes, com capacidade de armazenamento de 18 bilhões de m³ de água, metade de todo o Nordeste” (p. 26).

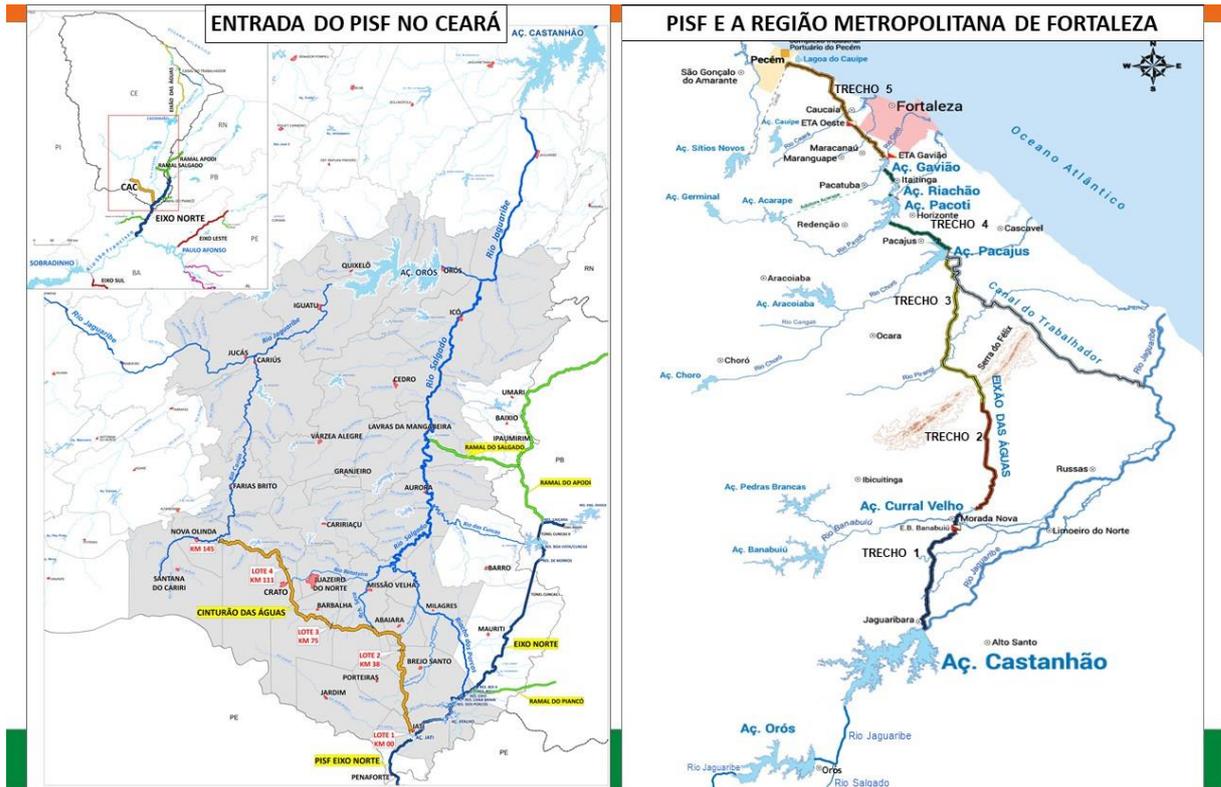
O CAC foi desenvolvido mirando “[...] os vales e tabuleiros férteis, RMF e o CIPP”. O mesmo autor continua: “Os resultados dessas três décadas de ‘governos de mudanças’ foram repetidos projetos de barramento dos corpos hídricos, integração de bacias e construção de perímetros públicos irrigados, à disposição de uso extrativo de grandes empresas” (BRITO, 2016, p. 29).

No mesmo estudo, Brito (2016) relaciona os desvios das águas feitos pelas corporações, também imersos nessa relação dos complexos industriais no Nordeste, deste com a América Latina e o lugar da IIRSA na reprodução das novas explorações das economias periféricas.

Um conjunto de ações físicas e normativas que visam promover interligação bioceânica em sentido transversal e longitudinal, aproveitando-se de estruturas existentes e criando próteses intermodais no território, de modo a dinamizar os fluxos em locais estratégicos para expansão do capital. Outro inequívoco conjunto das obras previstas por essa iniciativa é relativo a controles e enquadramentos de corpos hídricos, viabilizando usos e apropriações de terras e águas para produção energética, circulações hidroviárias e alimentação de atividades extrativas de minerais e atividades industriais (BRITO, 2016, p. 80).

Neste caminho este estudo corrobora, inclusive, com a nossa afirmação de outrora referente às políticas dos governos que se autodeclaram de esquerda, e implementam políticas neoliberais e o seu carro chefe, o Programa de Aceleração da Acumulação de Capitais (PAAC), se pudéssemos renomeá-lo.

O CAC também recebeu investimentos deste programa, bem como do governo do estado, e tem seu início na região sul do Ceará através de uma extensão da Transposição do Rio São Francisco. Composto por três eixos e seis ramais, intenciona ligar todas as onze macrobacias do estado e deverá percorrer mais de 1300 km de forma gravitária. Apenas em um dos ramais será utilizada a energia elétrica para o bombeamento da água.



Segundo discurso do governo do Estado, a prioridade das águas advindas do Rio São Francisco que serão conduzidas pelo CAC é o abastecimento humano, porém os estudos de Brito (2016) mostram que o CAC não apresenta em seus planos de construção e gerenciamento e tratamento das águas para disponibilizar ao consumo humano.

Assim como o CIPP, o CAC tem diversas contradições e ambos não consideram as demandas das populações locais e o uso comum da água. Sobre a importância da água (RIGOTTO; SANT'ANA JUNIOR, 2020) afirmam:

Tendo em vista a ampla e complexa função ecológica da água, fundante de todas as formas de vida humana e não-humana, tanto a redução de sua disponibilidade, como sua contaminação repercutem sobre os ecossistemas, ameaçando a vegetação e a fauna, degradando a biodiversidade, que são constitutivos do território (p. 21).

Essas águas, que no Ceará contam com uma importante tecnologia de captação, criada a partir dos povos sertanejos nordestinos, que passam boa parte dos meses esperando a chuva cair do céu para abastecer as cisternas, tecnologia indispensável para toda a população do semiárido cearense, passou a ser dispensável para as comunidades do entorno do CIPP.

A água da chuva, o pessoal dizia, os médicos dizia, que essa água não dá [mais] pra beber, mas a gente nem bebe [mais], a gente tá comprando. Não bebe água da cisterna. Mas antes das empresas [chegarem], bebia normal. Agora a gente não bebe porque os médicos mesmo recomendaram a gente não beber. Tem que comprar uma carrada d'água pra não deixar a cisterna cheia. Mas as pessoas que não tem como comprar são obrigadas a beber. Os médicos dizem que não é pra beber por conta dessa fumaça. Tem dia que a gente sente aquela cantiga ruim, mas ninguém vai atrás disso não. Tem

essa tipo um cinza preta dentro de casa né, que a gente limpa as coisas agora e quando é de tarde tá tudo pretinho de novo e ninguém sabe porque é isso aí. Antes não tinha isso não. A gente varre a casa agora e a tarde tá essa cinza preta de novo. Antigamente só tinha aquela poeirinha de casa mesmo, não era essa poeira preta. Agora uma coisa que está diferente é que antes caía um brilho, caía um negócio brilhoso que a gente saía e ficava brincando, olha tamo vendo pó de ouro. Agora acabou, está só o pó preto. (FOGO)

Só tem um pouco de caparosa. Usa água da cisterna pra cozinhar, pra beber não, pra beber é água do poço. (TERRA)

Esse pó brilhoso que a entrevistada se refere, diminuiu após ação das comunidades com movimentos sociais e apoio de parlamentares estaduais durante o ano de 2015, que fez o judiciário obrigar a siderúrgica a cobrir as pilhagens de ferro que ficavam expostas a céu aberto, bem como colocar filtros nas suas chaminés. Antes disso as esteiras transportadoras foram embargadas pelo IBAMA até que também passassem por reformas que diminuíssem a dispersão do pó pelo ar⁶⁰.

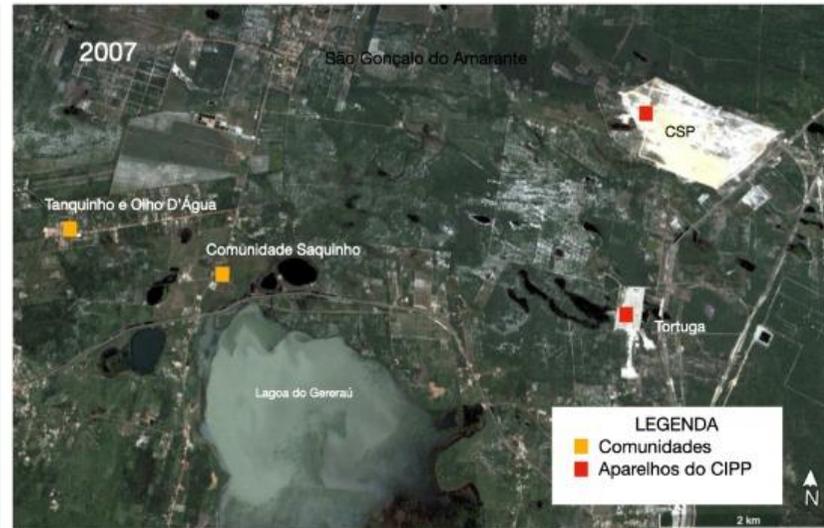
A água continua assim, quem tem água pra consumir em casa, pra lavar roupa, pra o uso de casa tudo bem, mas em termos de água pra beber, encanada, água boa, que sega assim da Cagece (empresa estatal responsável pelo saneamento/abastecimento hídrico) tratada pra aqueles que não têm condições de comprar um tambor de água. Continua do mesmo jeito a dificuldade de água para o povo (COMENTÁRIO DA AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE).

Em 2018 o Brasil bateu novo recorde de exportação de minérios, ano em que foi o maior exportador da América Latina e o segundo maior do mundo. 21,6% de todos os minérios exportados, de acordo com a International Trade Center (2019) A exportação dessas *commodities* requer o uso intensivo da exportação também das águas, apesar de haver o “uso invisibilizado da água” (MILANEZ; FELIPPE, 2020). Esses autores afirmam que a atividade mineral, nesta fase do capital, cria “territórios hidrossociais”.

Embora os estudos não identifiquem a mineração circulante no CIPP, conforme afirmamos desde a justificativa desta pesquisa, compreendemos que as termelétricas e a siderúrgica operam com os minérios. Seja para a produção de energia, através da queima do carvão mineral, seja no beneficiamento do ferro, resultando nas placas de aço, bem como diversos outros processos que alimentam a construção civil e que também já destacamos em capítulos anteriores. Portanto, esses processos minerários presentes no CIPP, demandam uma elevada quantidade de água. “[...] as principais implicações da mineração para a dinâmica das águas é o esgotamento de mananciais e a contaminação” (MILANEZ; FELIPPE, 2020, p. 52).

⁶⁰ Uma série de ações das comunidades impactadas contaram com apoio de parlamentares estaduais e de ações da Comissão de Meio Ambiente da ALCE. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/noticia/luta-pela-agua-no-ceara>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

O mapa a seguir mostra a mudança, no lapso temporal em que estamos estudando, da Lagoa do Gereraú, que fica no distrito de Acende Candeia e dista poucos quilômetros da CSP e das termelétricas.



LEGENDA
■ Comunidades
■ Aparelhos do CIPP


 Universidade Federal de Pernambuco
 Centro de Ciências Sociais Aplicadas
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

APARELHOS DO CIPP (2007-2022)



Fonte: Imagens Google Earth (2022 e 2007)

Ainda em consonância com esses autores, essas atividades impactam a disponibilidade e a qualidade da água, contribuindo para o aumento dos conflitos envolvendo água e mineração. “[...] não é uma externalidade da conjuntura político-econômica brasileira, mas uma consequência da reordenação dos territórios hidrossociais a partir da lógica do capital internacional” (MILANEZ; FELIPPE, 2020, p. 55).

Em processos muitas vezes intensivos de modificação da paisagem e dos usos do espaço, constroem barramentos nos rios, ou modificam seu curso - inclusive para atender as suas demandas de hidroeletricidade, acessam a água profunda dos aquíferos com tecnologias muitas vezes não acessíveis às populações locais e, com isso, trazem graves consequências não só em seu entorno imediato, mas também regionais, ao comprometer nascentes e assim reduzir a vazão dos rios, podendo levar a sua morte. (RIGOTTO; SANT’ANA JUNIOR, 2020, p. 20)

O uso intensivo de água pelo CIPP, bem como a contaminação dos espelhos d’água, das cisternas, evidenciam a tese “águas que findam” e nos faz visibilizar as contradições em torno do binômio seca-enchente. A seca existe e sempre existiu para uma classe cearense, nordestina – a classe trabalhadora, camponesa, indígena, quilombola – ao passo que enchentes de água irrigaram e ainda irrigam as produções agrícolas de grandes fazendas, bem como das grandes indústrias.

Portanto a seca tem uma relação com os condicionantes naturais, mas fundamentalmente é uma expressão da questão social e regional deste país. Reconhecendo isso, estudiosos afirmam a existência de uma “crise hídrica” no estado do Ceará, haja vista existir água para o CIPP, para as fazendas de carnicultura, para os perímetros irrigados do agronegócio, mas não existir para a população trabalhadora.

Essa relação contraditória entre capital, natureza e trabalho, também possibilitou os estudos referentes ao “racismo ambiental” e a “injustiça ambiental”. No Brasil, pesquisadores/as e lideranças de territórios indígenas e de comunidades tradicionais, organizados em torno da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), vem estrategicamente utilizando esse conceito/categoria como importante ferramenta de denúncia e enfrentamento aos megaprojetos, bem como de afirmação e defesa dos bens comuns. Esses grupos reconhecem, inclusive, as dimensões sagradas e espirituais da Terra, da floresta, da água e do ar. Esses campos de estudo ainda são bem distantes do Serviço Social, o que nos limita em aportes teóricos para compreender.

Dando continuidade às informações da pesquisa de campo sobre as águas, os/as entrevistadas e a ACS mencionam outras ocorrências que ameaçam a saúde das populações locais, quais sejam, doenças respiratórias e dermatites "Coceira, muita coceira no corpo; o pó

na toalha, ainda mais gente idoso né” (RIO). Em todas as casas que visitamos as pessoas fizeram questão de passar o dedo nos móveis e no chão para mostrar a presença do pó.

Pra melhorar esse negócio aí, eu acho que tinha que te ter um jeito de acabar esse poluimento [poluição] aí. Entra aqui pra tu ver a minha casa - olha aqui o pó. Passa o dedo aqui pra tu ver. Terreno aqui não tem mais valor. Plantas, as frutas estão cheias de pó. Você tá aqui umas horas, passa tipo uma nuvem [de pó] Tem dia que corre um mal cheiro de ferro, final de tarde. Aqui era bom demais aqui (RIO).

Quando era de noite, aqui dentro era uma pancada grande, a gente via um poeirão. A gente sentia também um mal cheiro, agora está mais pouco. A gente sentia na boca da noite. Mas agora está mais tudo mais quieto (RIO).

Todas as afirmações dos/das entrevistados/as vão explicitando as mudanças radicais no uso dos bens comuns, particularmente do ar, água e solo (que também está contaminado com o pó). O CIPP, a partir da siderúrgica e das termelétricas vem se apropriando da água da região, deixando as populações locais dependentes do abastecimento de carros pipa e a água que chegava para as pessoas a partir das cisternas (era para o uso doméstico) agora chega contaminada em razão da poluição do ar.

O ar puro, a água pura, o espaço virgem, devem também ser considerados como bens econômicos raros, constituídos de matérias-primas aparentemente gratuitas, mas na realidade muito custosas para a coletividade. São as restrições do meio ambiente que vêm agora subsistir-se à rarefação dos combustíveis fósseis como limite do desenvolvimento energético e, portanto, de todo o desenvolvimento industrial. (PUISEIX apud COGGIOLA, 2010, p. 127)

O CIPP criou um território para o capital e com o apoio do governo do estado do Ceará vem expropriando populações locais e cerceando, violando seus direitos a uma vida com saúde, segurança e soberania alimentar. Como afirma Galafassi (2009) “[...] desconoce los derechos de sus antiguos ocupantes, socava las bases del desarrollo territorial existente y otorga permisos y facilidades de usufructo a una actividad económica depredatoria y predominantemente concentrada en grandes capitales” (p. 13).

Ainda sobre isso, Leroy e Meireles (2013), analisando o Mapa dos Conflitos Ambientais no Brasil⁶¹, especialmente aqueles relacionados a povos indígenas e comunidades tradicionais, afirmam que “Tornou-se senso comum a compreensão de que o desenvolvimento dominante, identificado como a busca permanente do crescimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, leva ao esgotamento desses recursos e à poluição irremediável do meio ambiente” (p.120). Essa forma de produção leva a “colapsos ambientais” e também nos faz

⁶¹ Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 4 de dezembro de 2022.

mencionar os alertas feitos pelo Relatório sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade do IPCC (2002).

Em entrevista concedida à Agência Eco Nordeste (2022), o pesquisador Alexandre Costa, que compôs a equipe responsável pela elaboração do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, afirmou que a quantidade de dióxido de carbono está 50% superior ao período pré-industrial e que a última vez que houve uma concentração elevada de dióxido de carbono na Terra foi há 3,2 bilhões de anos, cenário chamado de “emergência climática”. O mesmo afirma que o ciclo hidrológico do planeta mudou e “[...] secas extremas em regiões subúmidas e semiáridas são 70% mais frequentes do que no período pré-industrial”.

No caminho desses autores identificamos que as comunidades de Saquinho, Tanques e Olho D’Água, que outrora produziam e reproduziam suas relações sociais de forma tradicional com a agricultura, a pesca e o extrativismo, foram transformadas de comunidades tradicionais, em territórios para o capital.

Assim vamos fechando esta seção que, a partir das expropriações de comunidades e, conseqüentemente, dos bens comuns da natureza, expressa no CIPP a ordem de produção e reprodução do capital global e sua destrutividade ambiental. “A crise do meio-ambiente não reflete nenhuma fatalidade histórica, ela não é consequência inevitável do "crescimento" ou da "técnica" em si. Ela exprime a crise da humanidade, da civilização humana, devida à sobrevivência do imperialismo capitalista” (COGIOLLA, 2010, p. 140).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que chegamos, não ao fim, mas em uma pausa para elaboração de sínteses desta pesquisa, essas que, inclusive, anunciam janelas abertas que não conseguimos fechar neste estudo. Nesse movimento incessante de aproximações da realidade, “[...] espaços são transformados e se transformam. O aparente reflete a intensidade e a velocidade dessas transformações, revelando o multifacetado processo de mudança” (BAGLI, 2006, p. 81).

Voltando pelo caminho que fomos, encontramos alguns achados que, ora explicitam as expropriações contemporâneas e a ininterrupta máquina lucrativa do capital que tem como pilar de sustentação o Estado, ora oculta na aparência, a essência desta realidade. Tivemos, neste movimento de conhecer a realidade para transformá-la, “A viva contradição [que se apresenta] no novo que se constrói, no velho que se destrói e, sobretudo, naquilo que se reconstrói, seja sobre novas ou antigas formas” (BAGLI, 2006, p. 81).

Tais contradições presentes na realidade e identificadas em nosso problema de pesquisa, foram percebidas no tempo de sua realização que, por sua vez, também está imerso em um período da história deste país, repleto de contradições e desafios. Não é irrelevante evidenciar que o levantamento bibliográfico, a análise documental, a pesquisa de dados, a ida ao campo, os diálogos paralelos com outros/as pesquisadores/as, bem como com lideranças e representantes de movimentos sociais, aconteceram no período de pandemia da Covid-19. E mais que isso, sob uma era presidencial que nega a ciência e contamina as consciências com mecanismo irracionais, “a miséria da razão”.

Já são diversos os estudos que acusam as consequências para as subjetividades, para a saúde mental e as relações sociais em sua diversidade, complexidade e totalidade, deste período pandêmico que, no Brasil, sofremos com os agravos irresponsáveis do então presidente. O relatório da CPI da Pandemia⁶² investigou a conduta do referido e atesta dentre diversas irresponsabilidades, o estímulo ao uso de medicações sem comprovação científica na prevenção da infecção pelo vírus, bem como o atraso na compra das vacinas, consequência do negacionismo à ciência. Além disso, “[...] o governo federal, de maneira reiterada, estimulou a população brasileira a seguir normalmente com suas vidas, sem tomar as cautelas necessárias (SENADO FEDERAL, 2021). O relatório identificou 29 tipos penais aos quais se enquadram o então presidente, incluindo deputados e empresários. Esses condicionantes, sem dúvida, trouxeram limitações para a feitura desta pesquisa que envolvem as situações singulares e universais vivenciadas pelos/as sujeitos/as participantes e suas particularidades.

A supervalorização das individualidades, do “presentismo” nos levando ao desconhecimento da história e ao irracionalismo, também são marcas deste momento de avanço do neoconservadorismo. Mas como a história é contraditória, também temos o reconhecimento da solidariedade coletiva e de práticas advindas das organizações populares que vem livrando, por exemplo, centenas de pessoas da fome. Essa pesquisa tem uma origem nesse lugar, das demandas coletivas populares e permaneceu nessa articulação no decorrer de sua elaboração.

As respostas teóricas que buscamos responder ao longo da construção deste trabalho científico, são o resultado da “reprodução ideal, de um processo real”. Os territórios ocupados historicamente por populações que produzem e reproduzem suas vidas a partir de relações de trabalho primárias que transformam os bens comuns da natureza, ao se organizarem, nos apresentaram a necessidade desta pesquisa. Com isso queremos destacar que esse conhecimento

⁶²Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

deve, de alguma forma, contribuir para o cumprimento da função da universidade pública e da ciência a serviço da emancipação política e humana.

Essa realidade que conhecemos há um pouco mais de dez anos e buscamos examinar com maior afinco nestes últimos cinco anos de pesquisa, permaneceu e se modificou ao mesmo tempo. “Se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a lógica da mudança e no jogo de sua contradição, permanece mudando ou muda permanecendo. Esse movimento só pode ser apreendido se interpretado pela relação aparência-essência” (BAGLI, 2006, p. 81). As expropriações constitutivas da sociabilidade capitalista, presentes na contemporaneidade, continuam modificando o modo de produção e reprodução das relações sociais. Trabalhadores/as permanecem sendo empurrados/as para vender sua mão de obra nesta “servidão moderna” e na particularidade que analisamos do CIPP, para empresas que afirmam desenvolver uma economia integrada com “tecnologias de ponta”, mas que perpetuam a colonial economia brasileira de fornecimento de produtos primários (*commodities*) para os países de economia central.

Dessas relações estruturantes da sociabilidade capitalista – as expropriações –, capturamos dois desdobramentos: um primeiro está relacionado à venda da força de trabalho. Apesar de a geração de empregos ser o carro-chefe utilizado tanto pelas empresas quanto pelo Estado para a ampliação do CIPP, na prática a população local pouco atende às exigências dos cargos e funções das indústrias. Ou melhor, atendem em parte, na fase de construção dos empreendimentos com funções nas áreas da construção civil e serviços gerais. Porém, mesmo nesta fase houve a imigração de uma quantidade massiva de trabalhadores de outros estados, e que desde esse momento já foram observadas mudanças substanciais na sociabilidade local, conforme apontamos ao longo da pesquisa. No entanto, esses trabalhos têm tempo de início e fim. Para a construção tanto das termelétricas quanto da siderúrgica, duraram uma média de dois anos. Após a finalização da instalação das indústrias, houve uma demissão em massa desses trabalhadores.

Para a fase de operacionalização das indústrias, a grande maioria da mão de obra especializada, advém de Fortaleza e outras regiões. No caso da siderúrgica existe um quantitativo volumoso de trabalhadores de outros países, especialmente da Coreia de Sul, que chegou ao Estado ainda na fase de construção, mas permaneceu para a fase de operacionalização. A zona costeira do município de Caucaia, que extrema a região portuária, tem territórios que foram radicalmente transformados, sendo uma das suas expressões, a alteração do idioma. Ao passar pelas localidades de Cumbuco e Tabuba, por exemplo,

encontram-se com facilidade restaurantes, pousadas e outros serviços apresentados em linguagem coreana.

Assim, temos uma parcela da população local que é inicialmente cooptada pelas empresas do CIPP, mas que não permanecem nos empregos. Tanto a pesquisa de campo, quanto as vivências que tivemos nos territórios através do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Fórum dos/das Atingidos/as pelo CIPP, mostram a não estabilidade dos empregos e a pouca oferta e/ou pessoas empregadas advindas da região.

O segundo desdobramento se refere às inflexões ambientais e sua vinculação com as expropriações, especialmente os que se relacionam às águas e ao ar. Os impactos ambientais causados pelas termelétricas e siderúrgica impossibilitaram a manutenção/continuidade do trabalho realizado pelas populações que não foi transformado em mão de obra para o capital, e como vimos, essas são a maioria.

Foram/são diversas as formas de apropriação/contaminação direta e/ou indireta dos bens comuns da natureza na região. Diretamente, as empresas do CIPP que demandam um elevado quantitativo de água (especialmente as termelétricas e a siderúrgica), com o consentimento do Estado, conseguiram atender essa demanda através da abertura de poços profundos e do abastecimento advindo de lagoas e açudes. As consequências foram a diminuição da atividade com a pesca, extrativismo e agricultura, haja vista todas dependerem das águas. Além disso, a região sofre com a crise no abastecimento hídrico e muitas comunidades que antes tinham cacimbas e olhos d'águas que nunca haviam secado, hoje dependem de carros-pipa.

De forma indireta, compreendemos que a poluição do ar, tanto em razão do ferro quanto do carvão mineral dispersos através dos ventos, também foram/são mudanças negativas que expressam a relação entre as expropriações capitalistas, os bens comuns da natureza e a produção das relações sociais. Conforme a pesquisa de campo que realizamos, o cultivo das plantas não frutifica e, conforme a compreensão das pessoas entrevistadas, tem relação com o “pó preto e brilhoso” que recai sob as plantações. Essa poluição do ar também contamina os solos e as águas, além de favorecer o adoecimento de animais e pessoas, conforme sinalizamos anteriormente.

Dessa forma, é possível perceber que ao serem transformados/as em trabalhadores/as para o capital, são separados/as dos seus meios de trabalho, mas mais que isso, os bens comuns da natureza essenciais para a produção desses territórios. Ao serem contaminados e/ou extintos, também impõem a necessidade de se buscar outras formas de sobrevivência (que já não será a do emprego formal ofertado pelo CIPP) que não aquela tradicionalmente praticada antes da chegada do CIPP.

É sob essas novas relações forjadas não somente pelo CIPP, mas recorrentes em diversos outros territórios criados pelo capital através dos complexos industriais e dos megaprojetos, que revelamos a nossa tese. Conforme identificamos, as expropriações originárias (separam trabalhadores/as dos seus meios de produção e os/as transformam em mercadoria para o capital) permanecem contribuindo para acumulação de capitais. Porém, são expropriações contemporâneas porque não constituem acumulação primitiva e contam com o Estado e a atual fase do capital internacional, financeirizado. Até aqui, temos importantes acúmulos, inclusive advindos do Serviço Social.

Entretanto, esse caminho de volta da pesquisa nos revelou uma dimensão diferenciada dessas expropriações contemporâneas que está relacionada diretamente com os bens comuns da natureza, suas conexões planetárias e a continuidade da vida na Terra. Além de se apropriar dos bens comuns da natureza de forma superintensiva (minérios, das águas, das terras etc.) esse processo produtivo que polui o ar, contamina e finda as águas, colapsa os sistemas ambientais em ordem planetária, ameaçando, portanto, a continuidade das vidas. Poderíamos designar como expropriações derivadas, ou duplas expropriações, mas tais categorias ainda não alcançam as profundas consequências.

Expropriações por decesso, foi a designação mais próxima do que ainda estamos buscando capturar desta realidade. São expropriações que têm como resultado a ação e a consequência de deceder, decrescer, falecer, diminuir os complexos sistemas ambientais que, integrados, possibilitam a existência da vida na Terra.

Outra captura que fizemos desta realidade e que está na base dessas expropriações, é a economia mineral presente no CIPP, conforme evidenciamos. Essa atividade colonial ganhou novamente centralidade na economia brasileira durante os anos 2000 – o chamado “boom da mineração” – e a arcaica estratégia de reprimarização e heteronomia do Brasil. Como estratégia de superação da crise estrutural do capital, os então nomeados recursos naturais passam a ser uma das principais ferramentas de lucratividade, aliadas à superexploração do trabalho.

Entendo que é necessário dedicar outros estudos sobre a economia mineral que circula no CIPP, o que não foi objeto deste trabalho, mas durante a realização da pesquisa ficou evidente que é a principal atividade demandante de água. Também ficaram explícitas as contradições dos governos autodeclarados democráticos populares referentes à mineração, aos megaprojetos e à questão ambiental. Vimos que o CIPP inicia sua ampliação com a construção das termelétricas e da siderúrgica através de investimentos do PAC.

Mostramos que outros megaprojetos desenvolvidos no Ceará, neste marco que se iniciou no ano de 2008, também receberam investimentos federais. Daí concluímos que apesar

de conquistarmos governos que atenderam dezenas de demandas da classe trabalhadora, inclusive das populações camponesas, indígenas e quilombolas, que têm uma dependência dos bens comuns da natureza, tivemos, por outro lado, alinhamentos desses mesmos às necessidades das empresas transnacionais. Através do PAC, o governo federal reafirmou a heteronomia da economia nacional, garantindo toda a infraestrutura para a operacionalização e exploração “das gentes” e dos nossos bens naturais por essas indústrias.

Mas não somente no Ceará, há investimentos em todo o Nordeste e articulação entre esses megaprojetos. A Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e o Consórcio Santa Quitéria são exemplificações desta conexão entre esse capital que circula nessa região do país. O primeiro tem as obras iniciadas no sertão Pernambucano, chegando ao Ceará e sendo integrado ao Cinturão das Águas que finda no CIPP. A Transnordestina inicia no estado do Piauí, em uma dada extensão se divide em dois ramais ferroviários, um que finaliza do Porto de Suape, em Pernambuco, e outro tem seu fim no CIPP. E o Consórcio Santa Quitéria, prevê a exportação tanto do material radioativo (para ser enriquecido fora do país, retornando em seguida para abastecer as usinas nucleares de Angra) quanto dos agrotóxicos e rações animais (que devem atender às demandas do agronegócio de toda a região Nordeste), através do CIPP.

Seriam esses megaprojetos interligados no Nordeste possibilidades de superação da heteronomia interna e, por sua vez, da questão regional ainda não resolvida no país? Ou, ao contrário, essas grandes obras do capital, que contam com a garantia do Estado, recolocam o Nordeste no seu histórico lugar de economia dependente? São questões que não responderemos neste trabalho, mas podem ser relevantes para continuarmos buscando entender as particularidades da formação e da economia brasileira e nordestina em particular.

Continuando com os achados e as sínteses da pesquisa, temos questões referentes ao Estado. Dezenas de comunidades tradicionais, camponesas, extrativistas, pescadoras foram desapropriadas desde a construção do Porto do Pecém até o processo de ampliação e transformação em complexo industrial e portuário. Há uma completa ausência e não transparência do Estado cearense sobre essas informações.

Houve desapropriações para fins de utilidade pública, mas esses territórios foram apropriados privadamente e os destinos das comunidades são desconhecidos; não há publicidade dessas informações por parte dos órgãos do Estado consultados⁶³. Essas ações

⁶³ Desde o início desta pesquisa nós solicitamos via portal da transparência, assim como envio de ofício ao IDACE e à SDA, informações referentes às comunidades desapropriadas e os respectivos reassentamentos. Não obtivemos nenhuma resposta até a fase final da pesquisa.

violam o direito à informação, à democratização e direito à participação popular, assim como violou o direito reconhecido internacionalmente, em que o Brasil é consignatário da Consulta e o Consentimento Livre, Prévio e Informado, conforme preconizado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também elucidamos o lugar dos complexos industriais e portuários no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Essa estratégia econômica que ganha força em todo o Nordeste brasileiro a partir da década de 1970, reafirmam a atualidade da questão regional e a condição de região e país periférico. Assim como o CIPP, o Porto de Itaqui, no Maranhão, entra em operação no início da década de 1970 e ao longo dos anos, foi recebendo investimentos e se transformando em complexo industrial e portuário. Da mesma forma o Complexo Industrial Portuário de SUAPE, em Pernambuco, e sua ampliação com a construção das refinarias durante o mesmo período dos anos 2000.

Essa realidade confirma a aliança dos governos, inclusive os democráticos populares, com as corporações do mercado. Essas conformações da mundialização do capital que comprime ainda mais os países de economia dependente e a centralidade da propriedade dos meios de produção. Além disso observa-se a ausência das elaborações políticas sobre a questão ambiental, numa perspectiva crítica, não só no âmbito do Estado e dos governos, mas também em organizações da esquerda brasileira. As contribuições da escola ecossocialista nos alerta para essa dimensão importante para a pauta programática do pensamento crítico.

O que implica não apenas a substituição das formas de energia destrutivas por fontes de energia renováveis e não-poluentes como a energia solar, mas também uma profunda transformação do sistema produtivo herdado do capitalismo, assim como do sistema de transportes e do sistema de habitação urbana (LÖWY, 2005, p.40).

A Transposição do Rio São Francisco, a Hidrelétrica de Belo Monte, a Usina Nuclear de Angra II, as Refinarias, são alguns dos megaprojetos viabilizados nestes governos que denunciam a sobreposição dos interesses do capital aos condicionantes ecológicos e ambientais. Essas grandes obras do capital foram amparadas pelo governo federal e expropriaram indígenas, ribeirinhos/as e pescadores/as, mudaram o curso dos rios, transformaram radicalmente os biomas amazônicos e pantaneiros, tão fundamentais para o equilíbrio climático e a manutenção da biodiversidade do país.

Löwy (2005) nos convida a refletir sobre a relação necessária entre marxistas, socialistas e a ecologia, considerando a barbárie desta sociabilidade e os limites da natureza, bem como a necessidade de uma mudança radical nas formas de organização social desta civilização. Para

os/as ecossocialistas/as a utopia deve conduzir as organizações populares à ruptura com a lógica capitalista, inserindo todas as necessidades humanas em sua diversidade.

Observamos ao fim, a necessidade de o Serviço Social também afinar tanto na formação, quanto no exercício profissional, o diálogo com a questão ambiental. Já temos acúmulos em curso relacionados aos megaprojetos e as expressões da questão social, mas esses ainda não ganharam a importância que, na nossa compreensão, tem.

As transformações territoriais ocasionadas por essas grandes obras do capital geram violências e pobreza que se apresentam nos equipamentos públicos onde se encontram as assistentes sociais. Ainda que tardiamente, o Serviço Social deve avançar nas elaborações e práticas relacionadas às expressões da questão social com os determinantes de superexploração dos bens comuns da natureza pelo capital. Além disso, incluir em nossos estudos, tanto a nível de graduação, quanto de pós-graduação, os rebatimentos da crise estrutural do capital para as relações sociais e ambientais

Esse modelo de produção em larga escala, em ritmos e intensidades recorde precisam ser reconsiderados pelos Estados nacionais aliados com as corporações, sob o risco das expropriações por decesso nos levarem à barbárie. Diversos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, organizações populares vêm apresentando outras formas de produção da vida que priorizam o ritmo do trabalho humano digno, bem como a oferta dos bens comuns, no tempo da natureza. Além disso, estabelecem produções em pequena escala, para atender a necessidade de alimentação e geração de energia, por exemplo, de pequenos grupos populacionais, contrapondo a predominância capitalista.

Esse movimento contraditório da realidade possibilita a produção agroecológica, agroflorestal, pesca artesanal, turismo comunitário, biodigestor, fossa verde, placas solares comunitárias e diversas outras iniciativas reais, que vão na contramão do que está posto. O Estado, através das políticas públicas, pode realizar maiores aproximações destas ações e a partir de uma participação ativa do povo, inserir nos planos e políticas nacionais essas outras formas de produção da vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Função Social da Propriedade e Desenvolvimento Sustentável: camponeses versus agronegócio**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, (s/d).
- ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3. ed. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- ANDRIOLI, A. I. A atualidade do marxismo para o debate ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, 2009. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7542>
- ANGELIS, Massimo. Marx e acumulação primitiva: O caráter contínuo das "vedações" do capital. O Comuneiro. **Revista Eletrônica: pensa, resiste, crítica, transforma**. 2019. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr26_2_MassimodeAngelis.html. Acesso em: 28 de setembro de 2019.
- ARAÚJO, S. G. de. Terra e poder na virada do século. IN: **Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social**. Ano II. N° V. Rio de Janeiro: Dezembro de 1999.
- ARAÚJO, L.B.C. **Sociabilidade no Assentamento rural de Santana-Ce: terra e trabalho na construção do ser social**. Tese (Doutorado) UFC, FAGED, Fortaleza, 2006.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. IN: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direitos dos pobres”. In: MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017, p.11-74.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA 001/1986.
- BRASIL. MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.
- BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Águas para que (m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2016.
- CARITAS Diocesana de Sobral. **No Ceará a Peleja da Vida Contra o Urânio**. 2013
- CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2ª ed – Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Artigo publicado na revista Em Pauta**, v.11, n.31 (Rio de Janeiro: UERJ, 2013)

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRV**, vol. 25, núm. 64, 2012, pp. 45-61 Universidade Federal da Bahia.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. **EMPAUTA**, Rio de Janeiro. 1º Semestre, 2013. n. 31, v. 11. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

COLETIVO FLORES. **Cartas de Engels e a Crise do Capitalismo**. Disponível: <https://cemflores.org/2018/08/12/cartas-de-engels-e-as-criises-do-capitalismo/>. Acesso em 18 de julho de 2022.

CUTRIM, S.S; ROBLES, L.T; PEREIRA, N.N. (Orgs). **Tópicos estratégicos portuários**. São Luís: EDUFMA, 2015.

DESCHA. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. **Relatório da Missão Caetité: Violações de Direitos Humanos no Ciclo Nuclear**. Plataforma Descha Brasil. Curitiba. 2011.

DORNELLES, R. A. A atualidade de Lenin em tempos de crise do sistema do capital. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 583 - 607, Jul./Dez. 2013.

DUPAS, Gilberto; OLIVEIRA, Fábio Villares de. Uma visão estrutural da dinâmica econômica da América Latina. In: DUPAS, Gilberto (coord.). **América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.140-161.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. IN: BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

GALAFASSI, Guido. La predación de la naturaleza y el territorio como acumulación. **Revista de debate y crítica marxista**, no 42, Bs. As., octubre de 2009.

_____. Entre viejos y nuevos cercamientos. **La acumulación originaria y las políticas de extracción de recursos y ocupación del territorio**. Theomai 26. segundo semestre de 2012. Universidad Nacional de Quilmes – CONICET.

GALEANO, Eduardo. **O Império do Consumo**. Carta Maior, 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GUIOT, André Pereira. **Dominação Burguesa no Brasil: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010**. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto (Parte I)**. 7ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEROY, J.P; MEIRELES, A. J. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

LIMAVERDE, J. de. A. **O setor mineral no Nordeste**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1979. 242p. (BNB-ETENE. Estudos Economicos e Sociais, 8).

LIMA, M.C; OLIVEIRA, E.M. (Orgs.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: FASA, 2019.

LESSA, Sérgio. Lukács: o método e seu fundamento ontológico. IN: MONTAÑO, C; BASTOS, R.I. (Orgs.). **Conhecimento e Sociedade. Ensaios marxistas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LITTLE, Paul Elliot. **Megaprojetos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia**. Lima: Red Jurídica Amazônica - RAMA, Articulación Regional Amazónica - ARA, Derecho, Ambiente y Recursos Naturales - DAR, dezembro de 2013.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Coleção Perspectivas do Homem. Volume 33. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MALERBA, J. (org.). **Diferentes formas de dizer não. Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. 1ªed. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini. Vida e Obra. IN: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. CAP XXIV. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

_____. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017, 150p.

MATTOS, Beatriz Helena Oliveira Mello. **Educação do campo e práticas educativas de convivência com o semiárido**: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição. IN: MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. V. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **RAP Rio de Janeiro** 40(6):975-95, Nov./Dez. 2006.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente; contribuições à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓBREGA, L. N. O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza (CE), v. 51, n. 2, p. 165-211, jul./ out. 2020.

OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Conferência do Mês do IEA** feita pelo autor no dia 31 de março de 1993.

PORTO, M.F.S; FINAMORE, Renan; CHAREYON, Bruno. **Relatório Preliminar Justiça Ambiental e Mineração de Urânio em Caetité: Avaliação Crítica da Gestão Ambiental e dos Impactos à Saúde da População**. Fiocruz. Criirad. 2014.

RIGOTTO, R. M. **O “progresso” chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento**. Tese Doutorado. Fortaleza: UFC, 2004.

RIGOTTO, Raquel Maria; SANT’ANA JÚNIOR, Horário Antunes. (Orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, F. A. S. **De malas prontas para um destino incerto: a atuação da pastoral do migrante no Ceará Pecém (1995 a 2002)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2018.

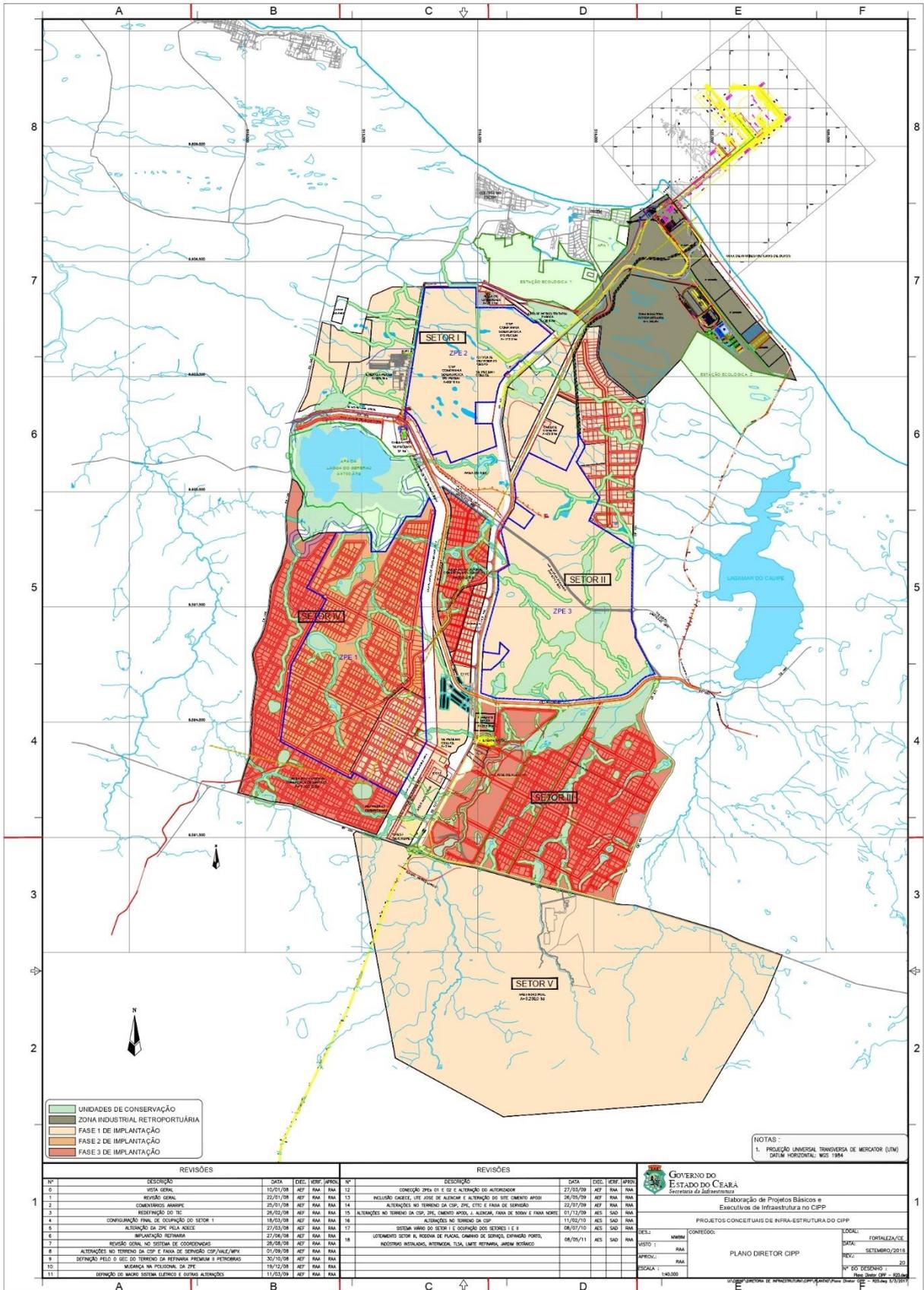
TELLES MELO, João Alfredo. **A tríplice dimensão da natureza da água como condição para a justiça hídrica: um estudo ecológico, social e jurídico a partir de conflitos socioambientais no território do Pecém, no Ceará**. 465 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

TONET, Ivo. **Método Científico: Uma abordagem Ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O Camponês: um trabalhador para o capital**. Artigo consultado em julho de 2014.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) **A Questão Mineral no Brasil. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.

ANEXO A – MAPA DO PLANO DIRETOR DO CIPP



NOTAS:
1. PROJEÇÃO UTM/RSAL TRANSVERSA DE MERGATOR (UJN) DATUM HORIZONTAL, 1984.

REVISÕES				REVISÕES							
Nº	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.	Nº	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
0	VISTA GERAL	10/01/08	AEF	RAA	RAA	12	CONEXÃO APÓS O1 E O2 E ALTERAÇÃO DO AUTODRAGADOR	27/03/08	AEF	RAA	RAA
1	REVISÃO GERAL	22/07/08	AEF	RAA	RAA	13	INCLUIÇÃO CADETE, LITE JOSE DE ALMEIDA E ALTERAÇÃO DO SITE CEMITÉRIO APOSTÓFIS	26/09/08	AEF	RAA	RAA
2	CONTEÚDOS ANEXOS	25/07/08	AEF	RAA	RAA	14	ALTERAÇÕES NO TERRENO DA CIP, ZPE, CITE E FAIXA DE SERVIÇOS	22/07/08	AEF	RAA	RAA
3	REDEFINIÇÃO DO TR	26/02/08	AEF	RAA	RAA	15	ALTERAÇÕES NO TERRENO DA CIP, ZPE, CEMITÉRIO APOSTÓFIS, ALUGAR, FAIXA DE SERVIÇOS E FAIXA NORO	01/12/08	AEF	RAA	RAA
4	COMPLANTAMENTO FINAL DE OCUPAÇÃO DO SETOR I	18/03/08	AEF	RAA	RAA	16	ALTERAÇÕES NO TERRENO DA CIP	11/02/10	AEF	RAA	RAA
5	ALTERAÇÃO DA ZPE PELA AEECE	27/03/08	AEF	RAA	RAA	17	SISTEMA VIÁRIO DO SETOR I E OCUPAÇÃO DOS SETORES I E I	08/07/10	AEF	RAA	RAA
6	IMPLANTAÇÃO REFINADA	27/06/08	AEF	RAA	RAA	18	LOTAMENTO SETOR II, REDEJA DE FAIXAS, CAMINHO DE SERVIÇOS, DEFINIÇÃO PORTO, REDEJA INDUSTRIAL, INTERFERÊNCIA TUBA, LAMPE, REFINADA, JARDIM REFINADO	08/06/11	AEF	RAA	RAA
7	REVISÃO GERAL DO SISTEMA DE COORDENADAS	28/08/08	AEF	RAA	RAA						
8	ALTERAÇÕES NO TERRENO DA CIP E FAIXA DE SERVIÇOS CIP/VALE/IMP	01/09/08	AEF	RAA	RAA						
9	DEFINIÇÃO PELO O SEC DO TERRENO DA REFINADA PRIMAEM II PERECORRAS	30/10/08	AEF	RAA	RAA						
10	REVISÃO NA PROJEÇÃO DA ZPE	19/07/08	AEF	RAA	RAA						
11	DEFINIÇÃO DO MAQUÊ SISTEMA ELÉTRICO E OUTRAS ALTERAÇÕES	11/03/08	AEF	RAA	RAA						

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Infraestrutura no CIPP

PROJETOS CONCEITUAIS DE INFRA-ESTRUTURA DO CIPP

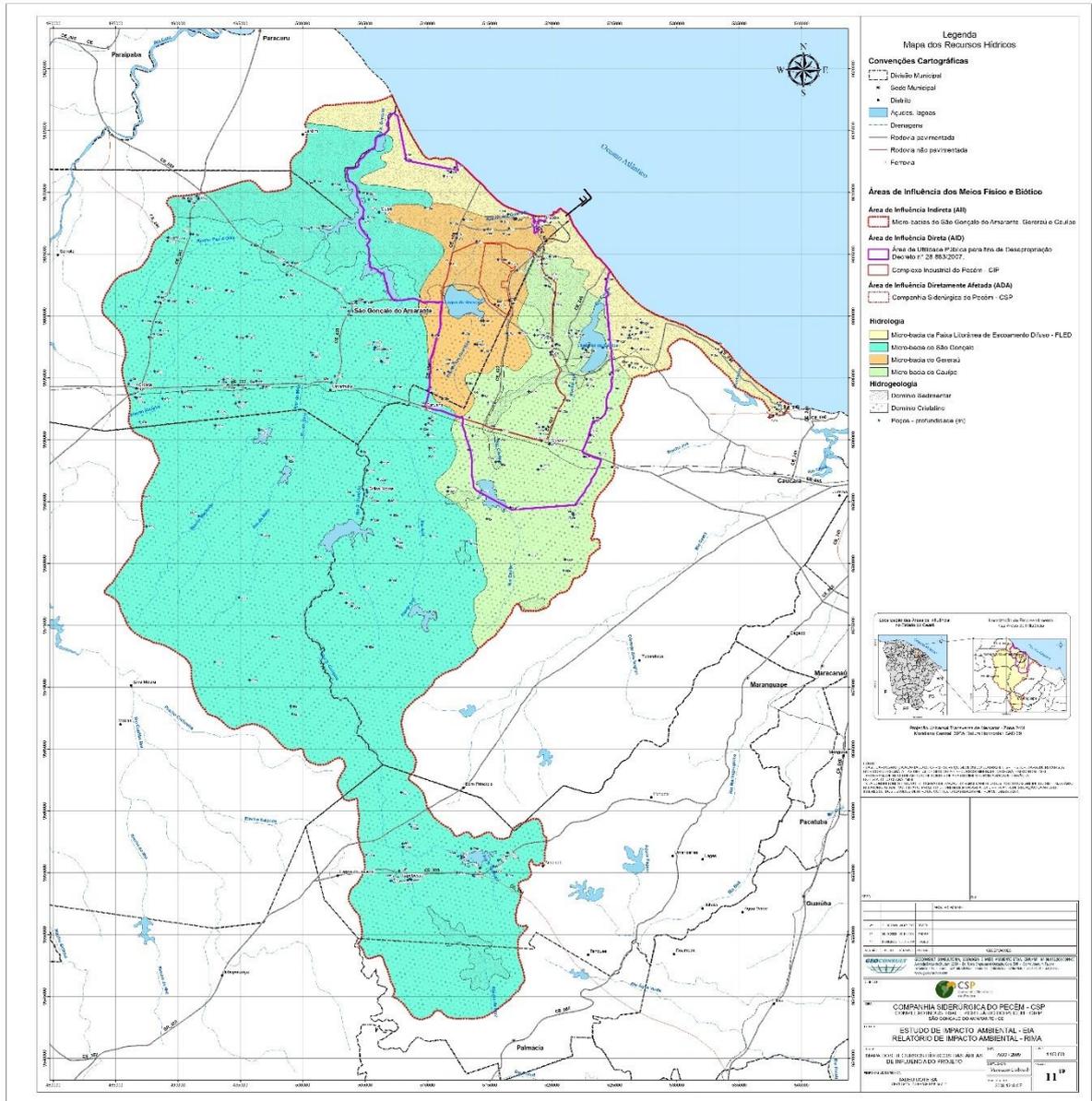
PLANO DIRETOR CIPP

ESCALA: 1:140.000

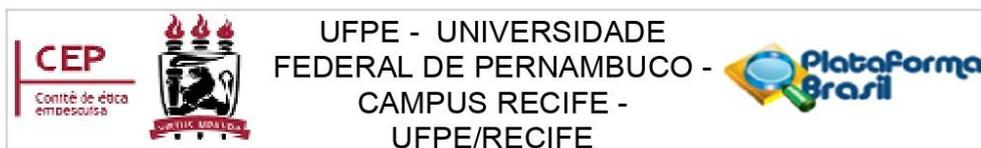
DATA: FORTALEZA/CE
SETEMBRO/2018

Nº DO DESENHO: 23
FOLHA: 140.000

ANEXO B – MAPA DOS RECURSOS HÍDRICOS



ANEXO D – PARECER PLATAFORMA BRASIL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EXPROPRIAÇÕES NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP), CE: DOS BENS COMUNS E A BENS DO CAPITAL

Pesquisador: IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38509320.0.0000.5208

Instituição Proponente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.438.187

Apresentação do Projeto:

Este protocolo corresponde ao projeto de pesquisa da doutoranda Iara Vanessa Fraga de Santana, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, com orientação da professora Maria das Graças e Silva.

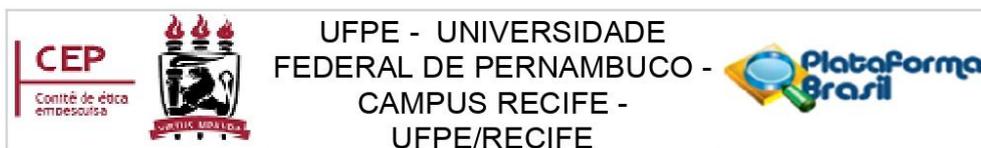
O estudo pretende investigar os processos de expropriação na região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), situado entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. Na investigação, levará em consideração as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, no modo de vida de comunidades da região do entorno do complexo e no uso dos bens comuns da natureza, durante o período de 2008 a 2020. Possui um caráter qualitativo, fará uso de revisão bibliográfica, análise de documentos e pesquisa de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas com lideranças das comunidades de Tanques, Olho D'Água e Saquinho, envolvendo dois participantes de cada comunidade, totalizando 6 (seis) pessoas. Os critérios de inclusão e exclusão estão bem definidos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os processos de expropriação das comunidades do entorno do CIPP, destacando as principais mudanças provocadas nas relações e condições de trabalho, bem como no acesso dos bens de uso comum da natureza.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.438.187

Objetivos Secundários: 1. Caracterizar o CIPP e sua relação com o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro na atualidade. 2. Analisar as mudanças na dinâmica de ocupação e nos processos de trabalho, ocasionadas pela expansão do CIPP nas comunidades pesquisadas. 3. Identificar as mudanças ocorridas na relação das populações com os bens comuns da natureza, após a expansão do CIPP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram avaliados de maneira satisfatória.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa poderá contribuir para uma melhor compreensão sobre o impacto causado pela implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) na vida das pessoas atingidas pelo projeto, principalmente dos moradores das comunidades Tanques, Olho D'Água e Saquinho. O resultado poderá servir tanto para os atingidos, que poderão reivindicar medidas compensatórias ou avaliar se possíveis medidas compensatórias já executadas foram suficientes, quanto para os órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas para os territórios afetados.

O tema é relevante pelo fato de tratar dos impactos de grandes projetos, o que envolve aspectos socioambientais, políticos e econômicos. A bibliografia utilizada está atualizada, a metodologia está bem definida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos anexados encontram-se em conformidade com as exigências do CEP.

Recomendações:

Inserir na plataforma o currículo lattes integral da pesquisadora, porque só foi anexada parte do currículo.

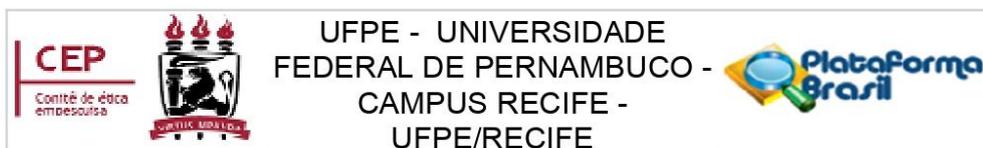
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências anteriormente identificadas foram solucionadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.438.187

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1556785.pdf	30/11/2020 13:27:36		Aceito
Outros	cartaresp.doc	30/11/2020 13:26:53	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
Outros	CurrículoGraCa_compressed.pdf	19/11/2020 15:51:53	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
Outros	iaracurriculo.pdf	19/11/2020 15:49:30	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCEPok.doc	19/11/2020 15:14:13	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_OK.doc	19/11/2020 14:59:30	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de	ANUENCIA.odt	24/09/2020	IARA VANESSA	Aceito

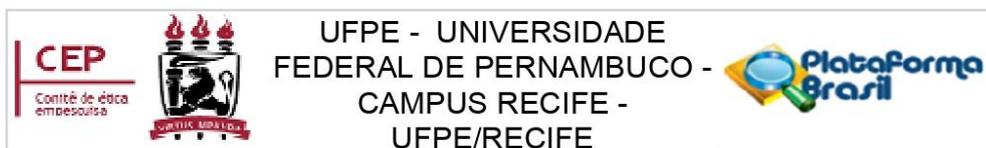
Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600

UF: PE **Município:** RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.438.187

Assentimento / Justificativa de Ausência	ANUENCIA.odt	13:32:18	FRAGA DE SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	18/09/2020 19:49:07	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
Outros	declaracaovinculo.pdf	18/09/2020 19:45:48	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCONFIC.pdf	18/09/2020 16:06:46	IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 04 de Dezembro de 2020

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

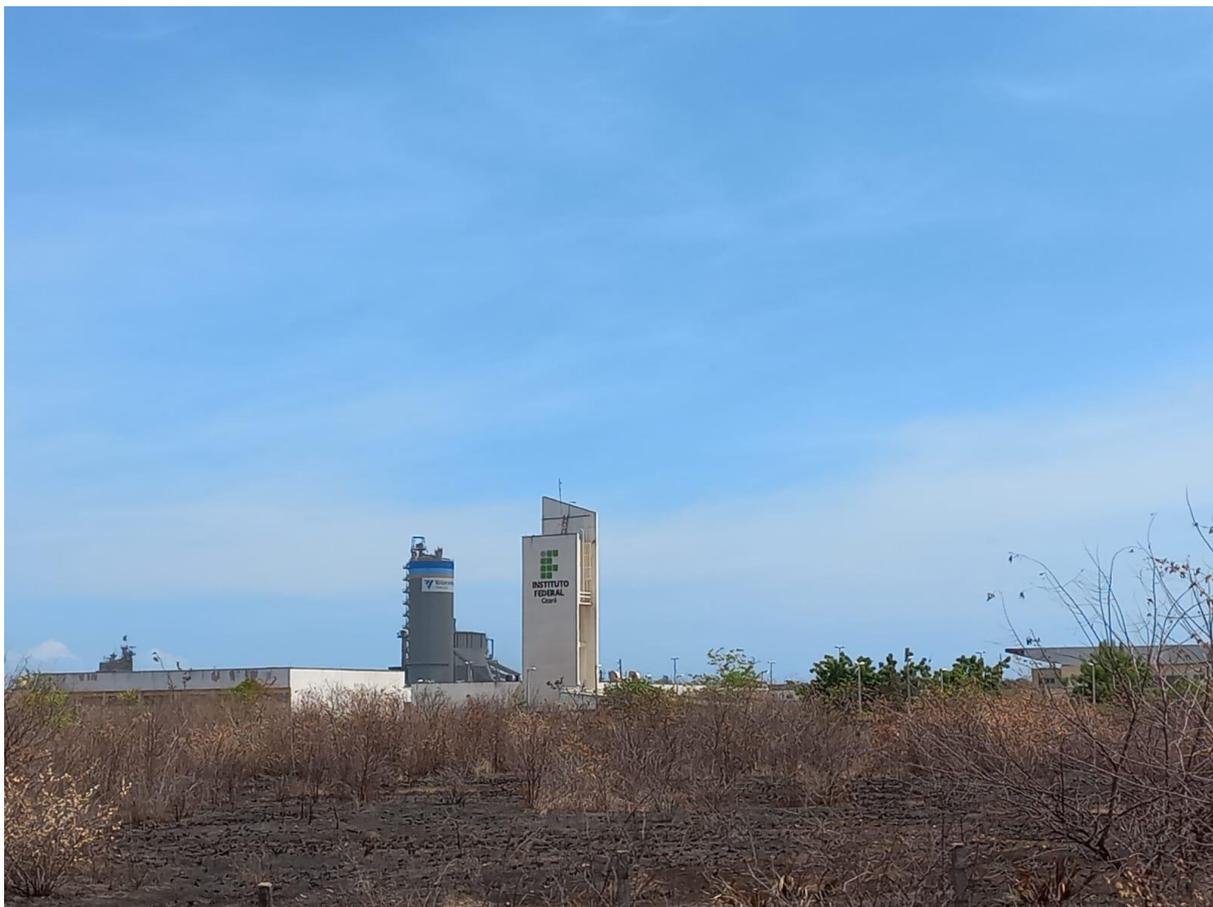
ANEXO E – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Foto 1 - Termelétrica EDP



Fonte: De autoria própria.

Foto 2 IFCE Campus Pecém



Fonte: De autoria própria.

Foto 3 - Canal do trabalhador/Canal da integração



Fonte: De autoria própria.

Foto 4 - CSP Vista da comunidade de Saquinho



Fonte: De autoria própria.

Foto 5 - Estruturas de transmissão elétrica cruzam as comunidades



Fonte: De autoria própria.

Foto 6 - Aumento da venda de lotes na comunidade Saquinho



Fonte: De autoria própria.

Foto 7 - Aumento da venda de lotes na comunidade Saquinho



Fonte: De autoria própria.

Foto 8 - Lagamar do Cauípe, município de Caucaia. Estruturas/Tubos de captação de água para o CIPP



Fonte: De autoria própria.

Foto 9 - Lagamar do Cauípe, município de Caucaia. Diminuição do volume da água marcada no poste de energia elétrica



Fonte: De autoria própria.

Foto 10 - Estrutura para gestão da água do Lagamar do Cauípe



Fonte: De autoria própria.

Foto 11 - Acesso a água na região do Lagamar do Cauípe



Fonte: De autoria própria.

Foto 12 - IDT/SINE Pecém



Fonte: De autoria própria.